



Serviço Social e Terceiro Setor

Serviço Social e Terceiro Setor

Adriana Luiza da Silva Strobel Penze

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Cristiano De Almeida Bredda

Daniela Delgado

Priscila Pereira Silva

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Penze, Adriana Luiza da Silva Strobel
P419s Serviço social e terceiro setor / Adriana Luiza da
Silva Strobel Penze. – Londrina : Editora e Distribuidora
Educacional S.A., 2018.
208 p.

ISBN 978-85-522-0635-4

1. Serviço social. I. Penze, Adriana Luiza da Silva
Strobel. II. Título.

CDD 300

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Terceiro setor: fundamentos teóricos	7
Seção 1.1 - Terceiro setor: breve histórico, conceitos e definições	9
Seção 1.2 - Estado, mercado e terceiro setor: interfaces e diferenciações	23
Seção 1.3 - Pessoas e qualificações jurídicas do terceiro setor no Brasil: associação e fundação; Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal; CEBAS e OSCIP	37
Unidade 2 Estado e terceiro setor	53
Seção 2.1 - Interface e papéis do Estado e do terceiro setor no enfrentamento da questão social	55
Seção 2.2 - Desafios, possibilidades e limites às organizações do terceiro setor no Brasil	68
Seção 2.3 - O rebatimento dos princípios e das diretrizes das políticas sociais na gestão das organizações do terceiro setor	84
Unidade 3 Gestão de organizações do terceiro setor	105
Seção 3.1 - A gestão nas organizações do terceiro setor: instrumentos e ferramentas	107
Seção 3.2 - Gestão de pessoas nas organizações do terceiro setor	122
Seção 3.3 - O marketing institucional e a captação de recursos	138
Unidade 4 O serviço social no terceiro setor	157
Seção 4.1 - O plano gestor institucional: programas e projetos sociais	159
Seção 4.2 - O trabalho do assistente social na gestão e na prestação de serviços diretos em organizações do terceiro setor	175
Seção 4.3 - Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e o serviço social	189

Palavras do autor

Olá Aluno/a!

Espero que você esteja ansioso/a para estudar um pouco mais sobre o terceiro setor e entender como ele se configura em um espaço sócio-ocupacional para o serviço social. Nossa disciplina está superinteressante, pois queremos levar você a conhecer as bases conceituais do terceiro setor, sua interface com o Estado e o mercado e o espaço sócio-ocupacional de atuação do assistente social. Assim, apresentaremos temas que privilegiarão que você conheça na Unidade 1 os conceitos, as definições, os objetivos e as características do terceiro setor, compreenda as interfaces do Estado, do mercado e do terceiro setor e diferencie pessoas e qualificações jurídicas do terceiro setor no Brasil. Na Unidade 2 discutiremos ainda sobre os desafios, possibilidades e limites às organizações do terceiro setor no Brasil, abordando o rebatimento dos princípios e das diretrizes das políticas sociais na gestão das organizações do terceiro setor. Na Unidade 3 verificaremos a gestão nas organizações do terceiro setor: instrumentos e ferramentas, entenderemos também sobre a gestão de pessoas nas organizações desse setor, bem como o *marketing* institucional e a captação de recursos. Já na Unidade 4 privilegiaremos a discussão sobre o Serviço Social no terceiro setor, o trabalho do assistente social e os desafios contemporâneos para os profissionais.

Pretendemos analisar criticamente sobre o surgimento e o conceito de terceiro setor, para entendermos a visão estabelecida por Carlos Montaño (2010), e faremos análises sobre as características que o revestem e também sobre as debilidades que cercam a noção hegemônica do terceiro setor.

O terceiro setor configura-se como uma nova oportunidade no mercado de trabalho para os assistentes sociais, daí a importância de estudar esse assunto tão atual. Vamos fomentar aqui uma compreensão real do papel que as organizações do terceiro setor ocupam no contexto capitalista contemporâneo e as possibilidades de intervenção do serviço social.

Bons estudos!

Terceiro setor: fundamentos teóricos

Convite ao estudo

Olá aluno, seja bem-vindo à Unidade 1 da disciplina Serviço social e terceiro setor. Vamos a partir de agora introduzir a reflexão e o debate teórico e conceitual desse processo histórico e quais os efeitos na assistência social. Apresentaremos a você o processo que influenciou a formação da sociedade civil organizada nos moldes atuais e, a partir dessa base, reconhecer as características e funções do terceiro setor. Vamos também compreender a “reemergência da sociedade civil” como prestadora de serviços sociais e agente concretizador de direitos fundamentais. Com isso vamos procurar conhecer e analisar criticamente conceitos, fundamentos e concepções sobre o trabalho do assistente social no terceiro setor, considerando as dimensões de competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e, ao final desta disciplina, aplicaremos na prática os conhecimentos adquiridos. Para início de conversa, imagine que, mesmo diante de algumas ampliações dos direitos sociais vislumbrados a partir da Constituição de 1988 (que introduziu a noção de seguridade social), do alargamento dos deveres do Estado para com os cidadãos e da apropriação pelo Estado do discurso popular de resgate da dívida social, foram fixadas imposições para as políticas sociais, ocasionando retrocessos em relação aos direitos conquistados constitucionalmente. Diante dessa falência do Estado, abre-se caminho para que a iniciativa privada intervenha nas questões sociais por meio das inúmeras organizações que compõem o terceiro setor, constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que geram serviços de caráter público. Dentre muitas experiências sociais vividas profissionalmente,

Camila, assistente social com vasta experiência na atuação em associações de bairro, decidiu colocar seu conhecimento em prol de muitas pessoas visando esclarecer as falácias que giram em torno do terceiro setor. Ela escreverá um *e-book* que contextualize o terceiro setor e conta com sua ajuda para descortinar algumas controvérsias. Agora o convite é para que você, caro aluno, a ajude a destacar pontos importantes da pesquisa que a ajudará a compor o *e-book*: afinal de contas, o que exatamente é o terceiro setor? Como surgiu a necessidade de existir um terceiro setor interferindo em questões sociais? Isso é válido? Qual o papel do Estado e suas instituições, do mercado e do terceiro setor? Quais as regulamentações e políticas que os respaldam?

Boa ideia essa da Camila, não é mesmo? Entusiasmado para dar início aos estudos? Então vamos começar!

Seção 1.1

Terceiro setor: breve histórico, conceitos e definições

Diálogo aberto

Iniciaremos esta seção de autoestudo com o intuito de conhecer um pouco mais sobre a história e o surgimento do terceiro setor no Brasil e ver que dentre muitas experiências sociais vividas profissionalmente, Camila, assistente social com vasta experiência na atuação em associações de bairro, decidiu colocar seu conhecimento em prol de muitas pessoas visando esclarecer as falácias que giram em torno do terceiro setor. Ela escreverá um *e-book* que contextualize o terceiro setor e conta com sua ajuda para descortinar algumas controvérsias. Será uma ótima oportunidade para entender tudo isso não é mesmo? Bom, Camila anda pensativa, quer que seu trabalho esclareça alguns problemas que ainda rondam as questões que envolvem o terceiro setor e nada melhor do que começar pelo começo, certo? Ela reuniu alguns textos de pesquisadores, assistentes sociais que se dedicaram a estudar a fundo esta área, bem como pesquisas oriundas de sua prática profissional para embasar seu *e-book*. Você vai ajudá-la a contar um pouco da história do terceiro setor: como surgiu esse movimento? O que o define? Qual o motivo de ele existir? Quais são as diversidades e abrangências das organizações do terceiro setor no Brasil?

Vamos lá, é hora de ajudar Camila a destacar os pontos-chaves que vão compor a introdução do *e-book*. Diante da problemática apresentada, identifique as raízes do terceiro setor.

Vamos estruturar para você um conteúdo que lhe auxiliará a conhecer o terceiro setor no Brasil: breve histórico dos conceitos e das definições, os segmentos que o constituem, bem como sua diversidade e a abrangência das organizações desse setor no Brasil.

Chegou a sua vez de mergulhar neste assunto e entender o funcionamento do terceiro setor.

Mãos à obra!

Não pode faltar

Se você é uma pessoa dedicada aos seus estudos como eu imagino, deve ter tido contato com artigos e textos relatando que diversas sociedades registram, desde seu princípio, cuidado com as pessoas no sentido de proporcionar elementos básicos à sobrevivência. Existem registros de sociedades que desenvolveram relações de solidariedade com seus membros, considerados por elas 'menos favorecidos'.

Veja bem, caro aluno, nesse sentido uma parcela dessas sociedades desenvolveu características por elas denominadas de responsabilidade social, ética, solidariedade, principalmente entre aquelas que adotaram um modelo religioso.

Para abordarmos o tema sociedade civil e terceiro setor, fazemos-se necessários uma visão histórica e o entendimento sobre os diferentes interesses e conflitos que se apresentam na sociedade. Nesse histórico você poderá perceber que o desenvolvimento do que se convencionou chamar 'terceiro setor' originou-se na Europa e nos Estados Unidos provenientes de uma versão religiosa ligada à caridade, à filantropia e ao voluntarismo. Como conceito ideológico, terceiro setor não é um termo "neutro", pois sua nacionalidade é clara, de acordo com Montaño (2010, p. 53) o 'terceiro setor' "surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John Rockefeller III. Ao Brasil chega por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho".

Vale lembrar que o termo "terceiro setor" é uma tradução do termo inglês *third sector*, que também é conhecido como *nonprofit organizations* (organizações sem fins lucrativos) e *voluntary sector* (setor voluntário.) Na Inglaterra foi utilizado o termo *charities* (caridades), que tem sua origem relacionada às obrigações religiosas das primeiras ações comunitárias. Outra expressão utilizada com bastante frequência é *philantropy* (filantropia), buscando trazer humanismo e modernidade ao termo.

Falando ainda sobre o seu surgimento, algumas linhas buscam explicar a origem do terceiro setor, porém todas acabam por considerar que sua gênese está diretamente relacionada às ações sociais surgidas no seio da igreja com ênfase na caridade e na doação. Então podemos acreditar que as iniciativas de 'ajuda ao

próximo' estão presentes no cerne da sociedade desde tempos muito remotos, concorda?

Podemos entender que filantropia surgiu como uma modernização do conceito de caridade, porém esse conceito carrega em seu contexto a mesma característica de ajuda ao próximo, ou seja, realização de ações assistencialistas (paliativa ou imediatista) para melhoria de sua condição social. Dessa forma, entendemos que as organizações religiosas também acompanham as organizações sociais mesmo antes do surgimento do Estado moderno. Com certeza você já deve ter estudado tal assunto em seu curso de graduação e entende a problemática por trás desse assunto.

Você deve ter percebido ainda que a utilização da expressão caridade pode ser encontrada em documentos que remetem à época medieval e que já refletem a atuação da igreja nas ações sociais. No Renascimento podem-se encontrar referências ao mecenato que "unia o seu apoio desprendido às artes e, eventualmente, ao desenvolvimento da ciência, por meio de fomento aos novos inventos" (RODRIGUES, 2006, p. 223).

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, proliferaram no seio da Igreja Católica as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), das quais algumas originaram um novo tipo de organização: as ONGs (Organizações não Governamentais), que se transformaram em entidades privadas cujo papel foi o de defender interesses públicos e que aos poucos substituíram práticas assistencialistas de caráter secular no Brasil.



Pesquise mais

Leia o artigo "O Terceiro setor no Brasil: uma visão histórica" para que você fique por dentro desse assunto. Disponível em: <<http://conectar3.com.br/portfolio/energia-consciente/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

É um pouco complexo conceituar o 'terceiro setor' por agregar várias organizações que, mesmo que sejam não lucrativas, não podem ser necessariamente classificadas como de interesse público pela limitação de sua atuação ou por atuar em interesses próprios.

Esse tema gera controvérsias e opiniões divergentes, pois com a reestruturação do capitalismo financeiro internacional do final

do século XX, a partir de uma lógica neoliberal, isso significou a precarização das condições de trabalho de vários setores, com a diminuição da atuação do Estado na garantia dos mínimos sociais. Nessa época também ocorreu a expansão do terceiro setor no Brasil.

Analisando os pressupostos e as promessas que transpassam o debate acerca do 'terceiro setor', percebe-se a primordialidade de ultrapassar a confusão formada na esfera do 'terceiro setor', que busca estabelecer o que é público e o que é privado, pois existem compreensões simplistas e mistificadoras. Bom, apenas para lembrarmos:

- Público – é tudo aquilo relativo ou pertencente a um povo, portanto, serve para uso de todos, ou melhor, é comum a todos. A Constituição Federal de 1988, no Art. 3, apresenta como um de seus princípios fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, [s.p.]).

- Privado – é aquilo que não é público e sim restrito a alguém, ou seja, particular, confidente.

Vale ressaltar que ao se procurar conceituar o 'terceiro setor', o elemento principal é a constatação de que o objetivo das instituições deste setor deve ser “a busca do bem comum”, conforme consta na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Uma das grandes metas do 'terceiro setor' é “[...] contribuir para a conquista efetiva e manutenção da cidadania dos excluídos” (RODRIGUES, 2006, p. 222). Esse autor esclarece que quando se fala em conquista efetiva, evidenciam-se exatamente os direitos já conquistados por meio da Constituição brasileira, pois nos países democráticos, tais direitos estão assegurados pela carta magna. Tais direitos afiançam:



[...] a igualdade de condições entre as pessoas, acesso à saúde, à educação, à moradia, à dignidade, ao trabalho, etc. No entanto, em termos práticos, sabemos que todos eles são afrontados e violados sem qualquer atribuição de responsabilidade ou constrangimentos de qualquer ordem. (RODRIGUES, 2006, p. 222)

Veja bem, tal composição nos direciona a conceituar a cidadania que integra todos os direitos do cidadão e seus deveres na sociedade. Sabe-se que o 'terceiro setor' é formado por organizações sem fins lucrativos e por ser não governamental tem ainda a finalidade de realizar serviços de caráter público, diferente de outros setores pelo fato de privilegiar o social em vez do lucro.

Nesse caso podemos afirmar que o 'terceiro setor' viabiliza ações que o Estado não consegue realizar e também onde a iniciativa privada não consegue ou simplesmente não quer atuar (RODRIGUES, 2006).

Ao se estudar sobre o 'terceiro setor', é bastante comum que se encontre uma enxurrada de explicações vindas de outras áreas do conhecimento com vários trabalhos justificando a emergência do 'terceiro setor' e o panorama que o sustenta, sempre muito otimista, e as várias formas e os inúmeros modelos para montar e gerir uma organização sem fins lucrativos, todos intercalados com a "promessa" de uma transformação social, porém com uma visão salvacionista.

Uma crítica só é possível quando analisamos o tema à luz de paradigmas como ciências humanas e sociais, tais quais: Sociologia, Ciência Política e Serviço Social e Política. A partir delas é possível compreender como o 'terceiro setor' está imerso em uma série de contextos que não aparecem ao olhar distraído acerca da temática.

Para Montañó (2010, p.16), o termo em questão é permeado por muitas contradições, sua origem diz respeito a "visões segmentadoras, setorializadoras da realidade social".

Você já deve ter ouvido por aí que o 'terceiro setor' é mundialmente representativo tanto para a sociedade como para a economia do país, certo? A expansão do 'terceiro setor' tem ocorrido na apropriação por parte da sociedade organizada, de proteção e defesa de direitos e de outros interesses que historicamente configuram-se como um dever do primeiro setor, ou seja, do Estado.

Figura 1.1 | Visão da divisão da sociedade



Fonte: elaborada pela autora (2017).

Ao considerarmos a divisão da sociedade por setores de atividades, podemos verificar que:

- Primeiro setor – Estado – também denominado de setor público, o qual refere-se ao governo e a suas empresas “estatais” que utilizam recursos arrecadados, na maior parte na forma de tributos, em ações e atividades para a sociedade.
- Segundo setor – Mercado – é representado pelas instituições que exercem atividades com finalidades econômicas visando obter lucros e com benefícios particulares; de forma geral, investe o dinheiro privado em benefício de ações e atividades para si mesmo.
- Terceiro setor – abrange as organizações sem fins lucrativos de interesse público visando ao desenvolvimento social.

Segundo Carlos Montaña (2010), a fragmentação dos setores representa um isolamento e uma autonomização entre as partes que na realidade desistoriciza a realidade social.

Ainda acerca do conceito, buscando autores que discutem a temática do ‘terceiro setor’, encontramos Coelho (2000), Paes (2003) e Rifkin (2000), que afirmam que a busca de uma conceituação não é fácil e tampouco precisa. Dentro da realidade do ‘terceiro setor’,

é fundamental o estabelecimento de uma conceituação para que seja construída a própria identidade das organizações pertencentes.

Na tentativa de conceituar, Fernandes (1994, p.21), um dos pesquisadores do tema, traz a seguinte definição:

[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. "Bens e serviços públicos", nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas.



A multiplicidade de tais organizações inseridas no espaço da sociedade civil, com formas e áreas de atuação diferenciadas, traz dificuldade na formulação de um conceito para 'terceiro setor', o que pode dificultar o compartilhamento dessa identidade.

Montaño (2010) realiza uma crítica ao conceito do 'terceiro setor' porque, num mesmo espaço, reúne organizações formais e informais, entidades de interesses políticos e econômicos, classes trabalhadoras e também capitalistas, cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal. O autor relata também que diversas categorias e termos que servem de identificação e classificação para as organizações somam-se na confusão: organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, organizações sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, associações de moradores ou comunitárias, associações profissionais ou categoriais, clubes, instituições religiosas, instituições culturais e outros.



Assimile

O 'terceiro setor' é composto por organizações que visam objetivos coletivos (embora não sejam integrantes do governo) e têm natureza privada (embora não objetivem auferir lucros).

A compreensão do que vem a ser o 'terceiro setor', suas características, seus desafios e a forma de gestão se constitui em um desafio primordial para todos aqueles que desejam atuar nesse contexto.

Organizações que compõem o "terceiro setor" obviamente não são novas. Como exemplos, no Brasil citamos as Santas

Casas de Misericórdia, que chegaram ao país com Dom João VI. Pode-se observar ainda as APAES (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), de relevante presença no contexto brasileiro, dentre várias obras de caráter social filantrópico que se espalham por esse Brasil (COSTA, 2005).

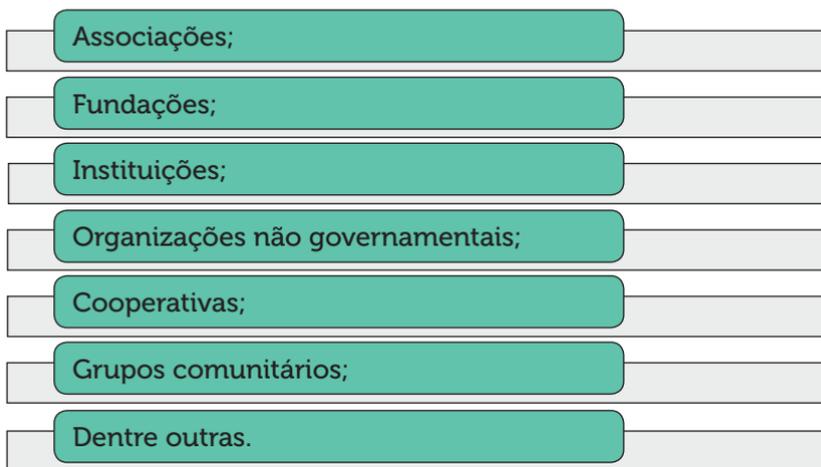


Refleta

Você acredita que a atuação de profissionais competentes, comprometidos e participativos é de fundamental importância nas instituições do 'terceiro setor', dentre eles, o assistente social? A inserção profissional, nesse contexto, deve ocorrer de forma equilibrada e cuidadosa, crítica e construtiva, discernindo claramente a contribuição que o assistente social pode trazer para um trabalho que vise à garantia de direitos dos cidadãos no âmbito do 'terceiro setor'.

Quanto aos segmentos que constituem as entidades do 'terceiro setor', podemos classificá-los como pessoas jurídicas de direito privado e que podem ser constituídas, conforme apresentado na Figura 1.2.

Figura 1.2 | Segmentos que constituem o 'terceiro setor'



Fonte: elaborada pela autora (2017).

Quando falamos sobre transformações sociais, políticas, econômicas e legais, que ocorreram nos últimos anos, estamos falando daquelas que estabeleceram novas diretrizes que impuseram a necessidade de reorganização da estrutura organizacional e de

funcionamento de instituições do 'terceiro setor', o que nos leva a falar sobre a gestão dessas organizações, assunto este que discutiremos na Unidade 3.



Pesquise mais

Para que você aprofunde seus estudos e saiba um pouco mais sobre o 'terceiro setor', indicamos que você veja também algumas definições do *site* Filantropia. Disponível em: <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

A respeito da relevância do tema 'terceiro setor', o autor Carlos Montaño (2010) afirma que por um ângulo envolve um número significativo de organizações que hoje são conhecidas como instituições que compõem o 'terceiro setor' e, por outro, envolve o Estado, que promove tanto financeiramente como no plano legal as ações do referido setor, encobrendo dessa forma a retirada paulatina da responsabilidade do Estado no enfrentamento à "questão social".

Em relação a esse debate que circunda o chamado 'terceiro setor', Montaño (1999) apresenta a questão da forte incorporação da crescente privatização do Estado, que, no final do século XX, opera uma dualidade de lógicas: a do capital e a da democracia. O autor refere que:

o Estado, contendo esta dualidade de lógicas, a "do capital" e a "da democracia", sustenta uma contradição que o corrói por dentro. A ampliação sem limite da democracia e da cidadania (dentro da "lógica democrática") pode ter um imponderável efeito negativo sobre a "lógica capitalista". Mas o problemático é que não pode ser eliminado o aspecto democrático do estado (pelo menos, não nesse contexto), pois é ele que dota de legitimidade o outro aspecto, o capitalista. Assim, nessas duas lógicas do Estado, se por um lado resultam contraditórias entre si, por outro uma delas, a capitalista, precisa da outra, a democrática. (MONTAÑO, 1999, p. 53)

Nesse sentido o autor reforça que, num Estado de orientação (neo)liberal, as lógicas de mercado têm se transferido para a sociedade civil.



Exemplificando

Ao observarmos as críticas ao tema 'terceiro setor', vemos uma situação tão reforçadora da desigualdade que esta começa por dificultar o acesso aos meios de oferta da informação cultural, comunitária e utilitária representada pelas bibliotecas públicas, evidenciada nas centenas de Associações de Amigos de Escolas e de Bibliotecas, a começar pela Associação dos Amigos da Biblioteca Nacional Brasileira. Essas organizações não governamentais são estimuladas com o fim político de consolidar a falsa ideia de que isso é ação consciente da sociedade civil e com o fim econômico de retirar do Estado, ainda que simbolicamente, toda a responsabilidade pela manutenção desses espaços públicos de prestação de serviço à sociedade.

As instituições que compõem o chamado 'terceiro setor' atuam em uma diversidade e variedade de questões que assolam a sociedade e propõem intervenções para as questões de saúde, assistência social, meio ambiente, educação e cultura, além de lazer, esporte e diversas outras. Na maioria das vezes, seus serviços acabam sendo destinados a pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho. As organizações que agem com seriedade atuam na defesa e na garantia dos direitos dessa população. Muito embora essas empresas não sejam estatais, elas mantêm vínculos com o poder público e contam com o trabalho de um corpo de voluntariado, eis uma das considerações feitas por muitos autores que investigam este tema: há que se observar a questão do trabalho voluntário. Diante dessas particularidades comuns às instituições da sociedade civil que atuam com interesse público e diante do atual cenário político, social e econômico que tem possibilitado o sucateamento das políticas sociais públicas, devemos fazer uma análise crítica dos limites e desafios que surgem para tais organizações do 'terceiro setor'.

Ainda temos um longo caminho pela frente para discutir as questões relativas ao chamado 'terceiro setor', porém, com nosso diálogo feito até aqui, você já pode realizar sua análise para sua melhor atuação enquanto futuro profissional do serviço social.

Sem medo de errar

Olá! Como vimos, a Camila, assistente social com vasta experiência na atuação em associações de bairro, decidiu colocar seu conhecimento em prol de muitas pessoas visando esclarecer as falácias que giram em torno do terceiro setor. Ela escreverá um *e-book* que contextualize o terceiro setor e conta com sua ajuda para descortinar algumas controvérsias. Ela reuniu alguns textos de pesquisadores, assistentes sociais que se dedicaram a estudar a fundo esta área, bem como pesquisas oriundas de sua prática profissional, para embasar seu *e-book* e você vai ajudá-la a contar um pouco da história do terceiro setor: como surgiu este movimento? O que o define? Qual o motivo de ele existir? Quais são as diversidades e abrangências das organizações do terceiro setor no Brasil? Agora chegou a hora de ajudá-la a destacar os pontos-chaves que vão compor a introdução do *e-book*.

Uma sugestão para solucionar a situação-problema que se apresenta nesta seção é levar em conta as contradições acerca do conceito do terceiro setor como ponto-chave para que Camila consiga compor a introdução.

Você não precisa responder exatamente o que está aqui, mas é necessário que suas respostas dialoguem minimamente com estes pontos:

- É essencial o debate acerca do papel desempenhado pelas Organizações não Governamentais, Fundações, Associações etc., instituições estas que compõem o chamado “terceiro setor”.
- Todo esse debate é respaldado na necessidade de se explicar o conceito desse setor, seus objetivos, suas debilidades e também suas contribuições para a sociedade.
- O capitalismo contemporâneo gera um conjunto de transformações, caracterizadas como estratégias de enfrentamento da crise particularmente na relação Estado e sociedade, na qual destacamos a transferência de responsabilidade do público para o privado, alterando a configuração das políticas sociais.
- O ‘terceiro setor’ é um fenômeno contemporâneo, polêmico e marcado pela não distinção à sociedade civil, cujo último fim é enfraquecer a centralidade das lutas de classes e desarticular os elementos reais dessas lutas sociais, colocando a sociedade civil

como homogênea (como se fosse constituída por um mesmo projeto de sociedade).

- Algumas instituições têm como característica apoiar-se nas chamadas novas estratégias de enfrentamento da questão social, que são pautadas na autoajuda, no voluntariado, na solidariedade e na responsabilidade social.

Portanto, concluindo a resposta desta etapa na construção teórica sobre o terceiro setor, é importante sim ter conhecimento sobre os seus fundamentos e sobre os seus elementos constitutivos. Seja criativo e crítico e vislumbre novas possibilidades para esta resposta.

Avançando na prática

Um espaço de atuação profissional para o assistente social

Descrição da situação-problema

Uma determinada casa de apoio chamada Casa Abrigo foi criada a partir de um levantamento que concluiu que muitos pacientes que passavam por radioterapia deixavam o tratamento por falta de condições físicas de se deslocar das cidades interioranas de origem e ir para a capital onde era realizado o tratamento. A distância entre as cidades (de origem e a capital Marte), as condições socioeconômicas e físicas dos pacientes e a preocupação da equipe que acompanha tais tratamentos com a evasão muito grande levou a instituição a construir e manter a Casa Abrigo, que obtém apoio para se manter por meio de doações feitas pela comunidade e por pessoas de toda a região. Na intenção de hospedar e acolher pacientes e acompanhantes de outros municípios, a Casa Abrigo proporciona condições para que o tratamento não seja descontinuado. Em situações como essa, que estratégias o assistente social deve utilizar para exercer seu trabalho de forma comprometida com os princípios éticos da categoria profissional?

Resolução da situação-problema

Existem algumas possibilidades que vão depender da escolha metodológica do profissional inserido nesse espaço sócio-ocupacional e uma das possíveis estratégias é que o assistente social possa levar

o usuário desse serviço a se reconhecer como sujeito envolvido no processo, criando condições para que as alternativas sejam elaboradas em conjunto, tendo em vista sempre a perspectiva dos direitos do cidadão. Desafiador, porém faz-se necessário inserir o mandatário no processo de escolhas, para que sua opinião seja levada em consideração. Um dos maiores desafios ao profissional é elaborar respostas em consonância com os direitos sociais dos usuários, o que possibilita realizar um atendimento completo e competente.

A área da saúde tem se destacado por constituir um dos maiores campos da prática profissional do assistente social. Nesse exemplo, pode-se considerar a Casa Abrigo como uma extensão do hospital, sendo assim pode ser compreendida como prestadora de serviços de saúde.

O assistente social integrante da instituição deve participar proativamente para apoiar na definição de critérios de admissão que podem perpassar por questões como o estado clínico estável do paciente em tratamento ambulatorial; deve atentar-se ainda para os pacientes que necessitam de cuidados de enfermagem e de uma equipe multiprofissional constante, o assistente social deve realizar intervenção desde a admissão até o acompanhamento dos pacientes hospedados orientando e avaliando novas necessidades de intervenção e acompanhamento.

Faça valer a pena

1. Sobre o conceito ideológico de terceiro setor, analise as afirmativas que seguem:

- I) O termo 'terceiro setor' não é um termo "neutro", uma vez que sua nacionalidade é clara, ou seja, norte-americana.
- II) O termo 'terceiro setor' foi cunhado por John D. Rockefeller III, nos Estados Unidos, em 1978.
- III) Como o termo foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, mostra a existência de uma forte ligação com os interesses dominantes, nas transformações necessárias à alta burguesia.

Após analisar as afirmações contidas no texto anterior, está correto o que se afirma:

- a) Na alternativa I, apenas.
- b) Na alternativa II, apenas.
- c) Na alternativa III, apenas.
- d) Nas alternativas I, II e III.
- e) Nas alternativas II e III, apenas.

2. Quando estudamos acerca do terceiro setor, percebemos que seu conceito apresenta variadas definições, dependendo do autor que o analisa. Um dos pesquisadores do tema (FERNANDES, 1994) realiza uma conceituação sobre o assunto.

Identifique a alternativa correta. Para o referido autor, o conceito de terceiro setor gira em torno de:

- a) Um conjunto de organizações de diversas esferas que busca a produção de bens e serviços públicos.
- b) Um conjunto de organizações e iniciativas públicas que visa à produção de bens e serviços para auferir lucro.
- c) Um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visa à produção de bens e serviços públicos.
- d) Uma organização estatal que visa à produção de bens e serviços públicos.
- e) Uma organização e iniciativa privada que visa à produção de bens e serviços públicos para melhoria do *marketing* empresarial.

3. Ao analisar a sociedade por meio de recorte social em esferas, Carlos Montanõ (2010) também refere que o Estado se configura como primeiro setor, o mercado como segundo setor e a sociedade civil como terceiro setor.

De acordo com o exposto, para o autor essa configuração representa:

- a) Um benefício para os diversos setores.
- b) Um isolamento e uma autonomização entre as partes que na realidade desistoriciza a realidade social.
- c) Uma fragmentação que fortalece as relações estabelecidas na realidade social.
- d) Um grande avanço para a sociedade contemporânea.
- e) Um retrocesso, porém, que fortalece os setores e os retira do foco do neoliberalismo.

Seção 1.2

Estado, mercado e terceiro setor: interfaces e diferenciações

Diálogo aberto

Você fez uma excelente pesquisa para a introdução do *e-book*. Parabéns pelo trabalho que você ajudou a elaborar. Agora, Camila está muito mais empolgada porque percebeu a importância que seu trabalho terá para estudantes e profissionais da área. Dessa forma, ela quer escrever um ótimo texto, muito bem contextualizado e esclarecedor, mas se viu diante de um desafio. Bom, se o terceiro setor surgiu diante da falência do Estado e da incapacidade de efetivação dos direitos sociais à população, a assistente social Camila precisa escrever sobre este Estado em seu *e-book*, correto? Sendo assim, podemos distinguir a trajetória da proteção social, realizada pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, em dois movimentos estruturais opostos. O primeiro período, de 1975 a 1988, sinalizou o norte da estruturação de políticas inspiradas no Estado de bem-estar, culminando na Constituição de 1988. O segundo, ocorrido entre 1990 e 2002, apontou a desestruturação dessas conquistas. Com base nos conteúdos estudados nesta seção, auxilie Camila a identificar o neoliberalismo no Brasil, o Estado burguês e a Constituição Federal de 1988, além de esclarecer pontos sobre a desresponsabilização pelo social, identificando o papel do terceiro setor nos principais avanços e retrocessos do Estado no campo dos direitos e das políticas sociais consideradas neoliberais. Tenho certeza de que este capítulo ficará ainda melhor que o primeiro. Então ajude Camila a elaborar um roteiro que ela possa utilizar para desenvolver bem o capítulo. Vamos estruturar algumas questões que lhe ajudarão a articular suas ideias e poderão contribuir da melhor forma com a elaboração e a contextualização desta nova etapa, na qual discutiremos o Estado, o mercado e suas relações.

Boa leitura!

Não pode faltar

Você já quis saber quais teorias e o que há por trás da dinâmica pública e privada que estamos tratando neste conteúdo sobre o

‘terceiro setor’? Bom, certamente que sim, pois é um estudante de serviço social. Então vamos desvendar algumas dessas teorias, tendo em vista que tratar de tal assunto leva a pensar na transferência de responsabilidade da prestação de serviços sociais para a sociedade civil, especificamente verificar os impactos causados nos serviços sociais.

Ao retomarmos a discussão proposta pelo autor Carlos Montañó (2010), vamos verificar que ele ressalta que ao fragmentar os setores (primeiro, segundo e terceiro), tal ação torna-se desarticuladora do social, ao dividir a sociedade em três esferas autônomas, ou seja, o Estado, o mercado e a sociedade civil. Nas suas palavras:

Tudo indica que o “terceiro setor” refere-se, em contraposição ao “primeiro setor” (Estado), e o “segundo” (mercado), de acordo com os autores à sociedade civil. Para além do seccionamento do real, todos parecem coincidir nisto, apenas discordando quanto ao conceito de “sociedade civil” que empregam. O “terceiro setor” seria, para seus autores, o conjunto de organizações mais ou menos formais da “sociedade civil”. (MONTANÓ, 2010, p. 182)

Quando referimos ao Estado, sempre nos reportamos às teorias marxistas, em que, de acordo com Marx (2008), é preciso compreender e estabelecer a relação estrutural desse denominado “terceiro setor” comparando-o com os interesses do sistema econômico e da burguesia existente no país. O Estado (é um aparelho ideológico) que vai ser sempre a expressão de ideologias que estão fundadas pela classe dominante. Dessa forma, o terceiro setor nada mais é que um reflexo do sistema econômico com interesses da classe burguesa, dominante do grande capital. Para entendermos melhor as interfaces e as diferenciações entre Estado e mercado, vale lembrar que:

O sistema capitalista de produção, na sua fase monopolista (madura e consolidada), transforma todas as relações sociais, instituições, indivíduos, valores, atos, em meios para a acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais. (MONTANÓ, 2002, p. 5).

Dessa forma, o Estado de bem-estar social tornou-se uma forma de ampliar a acumulação capitalista, sendo também um meio utilizado

para a reprodução das relações sociais consideradas necessárias.

Estudiosos da teoria liberal defendiam um Estado não interventor como sinônimo de democracia, entretanto, devido ao modo de produção capitalista, a teoria neoliberal buscava demonstrar que o mercado era um mecanismo inevitável para a estruturação e coordenação das estruturas de produção e investimento sociais, culminando como solução indispensável para proporcionar emprego e renda à sociedade, mantendo assim o modo de produção capitalista.

Desse pensamento surge o Estado interventor no Brasil e também em países de economia central. A ação interventora do Estado coincide com o tempo, sendo os anos 1930 seu ponto de partida. Isso se deve ao fato de que, ao desenvolver o capital, atrela-se as economias em uma mesma lógica: “A lógica da acumulação que obriga que o Estado ponha o capital sobre os grilhões da regulação estatal” (TEIXEIRA, 1998, p. 220).

O desenvolvimento desigual e as recentes transformações capitalistas no Brasil, com o advento do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo, tiveram influências sobre o mundo do trabalho por meio da reconfiguração do papel do Estado e do modo como a ofensiva do capital afetava o modo de pensar e de analisar a realidade por parte dos trabalhadores.



Pesquise mais

Assista ao vídeo “Breve aula sobre Neoliberalismo”. Nesse vídeo, o Prof. Robson Souza apresenta as diferenças históricas e conceituais sobre o liberalismo e o neoliberalismo. Disponível em: <<https://youtu.be/BHFAvocn4r4>>. Acesso em: 11 set. 2017.

Nos anos 1960, mais para seu final, a época dos “anos de ouro” do capitalismo começou sua derrocada: com taxas de crescimento insustentáveis, o Estado e suas funções “mediadoras civilizadoras”, as políticas intervencionistas mais amplas e a incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra que não eram mais as mesmas e contrariavam o padrão até então vigente: o “pleno emprego” keynesiano-fordista.

Observa-se também que a dívida pública e privada tinha um crescimento astronômico que resultou no descontentamento

da população em relação ao Estado e ao papel que assumia, assim, “as elites político-econômicas começaram a questionar e a responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado mediador civilizador” (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 103).



Refleta

O fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970 foram marcados por um *depressed continuum*: o sistema capitalista, depois de viver um longo período dominado por períodos de expansão e crise, passou a exibir características de uma nova forma de crise. Você já parou para pensar que as crises apresentam-se como eventos inerentes ao modo de produção capitalista, que são expressões de contradições próprias do desenvolvimento desse sistema?

Como solução para a crise do capital, a burguesia buscou o modelo do neoliberalismo que, segundo alguns autores, surgira após a segunda Guerra Mundial como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Para o autor Montaño (2010, p.26),

o projeto/processo neoliberal representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecno-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reforma do Estado”.



Podemos entender que para responder à crise, os neoliberais defendiam uma proposta na qual o Estado não deveria intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantiria maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais (NAVARRO, 1998 apud BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 126).

À sombra de um projeto neoliberal, surgido na década de 1970, com Reaganismo e Thatcherismo, buscou-se reinstrumentalizar o Estado e as relações sociais, tanto para dar respostas às demandas como para garantir os direitos sociais. Assim, a reinstrumentalização

do Estado, das relações de produção e da sociedade civil apareceu sendo uma estratégia neoliberal para enfrentamento da crise da acumulação capitalista, da reprodução das relações sociais e da legitimação sistêmica, porém, tal reinstrumentalização trouxe consequências para todas as áreas da sociedade, tornando-as funcionais para atender ao sistema.



Assimile

O neoliberalismo toma forma no final da década de 1970 como 'Reaganismo' e 'Thatcherismo' e consiste essencialmente em uma tentativa de recompor a primazia e recuperar o âmbito da produção de mercadorias. Renegando as formas social-democratas que acompanham o estágio intensivo, nega-se a crise estrutural e histórica do capitalismo e se volta às origens desse, do tempo do liberalismo, daí o nome de neoliberalismo. **Neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/neolib/index.html>. Acesso em: 11 set. 2017.

No Brasil, devido ao fato de estar em um regime de ditadura, no modelo desenvolvimentista, a adesão às políticas conservadoras do neoliberalismo ocorreu tardiamente, não acompanhando o *timing* internacional. No país, o fim da década de 1970 foi marcado por dois movimentos que contribuíram para o redesenho do Estado, que foram:

- O movimento de deterioração da economia e;
- O surgimento das reações políticas dos atores sociais de todas as origens, devido ao estímulo pelo fim da ditadura.

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição em 1988, o Brasil colocou-se em uma transição para um regime democrático.

Avançando para os anos 1990, período em que ocorreram movimentos de globalização e internacionalização da economia, o governo desencadeou várias medidas políticas que iam ao encontro de uma ideologia neoliberal, que priorizava a privatização.

A crise do Estado foi tida como fato consumado pelo governo FHC (Fernando Henrique Cardoso). Conforme os seus discursos oficiais, o país passava por uma crise devido à exaustão do modelo de Estado desenvolvimentista.

Sendo assim, as políticas neoliberais, também vinculadas ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional e ao Departamento do Tesouro dos EUA, foram resumidas em um artigo do economista John Williamson, que desenvolveu alguns projetos de pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, sendo consideradas 'receitas bem-sucedidas de ajuste econômico'. O denominado Consenso de Washington se resumia a dez políticas, basicamente implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, pelo Plano Real, e na gestão pública, pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado MARE, que influenciaram diretamente os serviços sociais no país, priorizando os seguintes itens:

1. Disciplina fiscal.
2. Prioridade nas despesas públicas.
3. Reforma tributária.
4. Taxa de juros de mercado.
5. Taxa de câmbio competitivo.
6. Política comercial de integração aos fluxos mundiais.
7. Abertura ao investimento direto estrangeiro.
8. Privatizações das estatais ineficientes.
9. Desregulamentações de setores controlados ou cartelizados.
10. Direitos de propriedade.

A Reforma do Estado, proposta pelo governo neste período, não foi posta como necessária para uma reforma social ou um ajuste no padrão perverso de desigualdades sociais do país, porém, foi pensada para ampliação da lógica da economia para o conjunto da sociedade. Neste período também ocorreu o crescente envolvimento das empresas, das fundações, dos institutos e das ONG's, as quais planejam e desenvolvem ações para combater a desigualdade social ainda muito presente no Brasil.

Tais ações são estimuladas pelo investimento social privado internacional, realizado por meio de agências financiadoras, incentivos fiscais federais e estaduais e também por intermédio de investimento social privado das empresas.

Quando observamos as discussões acerca do terceiro setor, vale lembrá-los que este assunto, sob a ótica de Carlos Montaña (2010), é analisado com uma complexidade que requer atenção do leitor

e cuidado em suas conclusões, pois o autor tem a pretensão de apresentar o “terceiro setor” sob a égide do processo neoliberal, desconsiderando em sua argumentação a versão de outros autores que defendem o setor, tendo em vista as “contribuições” nas lutas de enfrentamento às refrações da questão social.

Ele afirma que o “terceiro setor”, instrumentalizado pela estratégia neoliberal, tem “[...] a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal, como de transformar a luta contra a reforma do estado em parceria com o estado” (MONTANÕ, 2010, p. 241).

O desmonte do Estado por meio da “privatização das empresas estatais”, da “terceirização” e da “publicização” dos serviços públicos, como exposto anteriormente, fez parte do projeto neoliberal em nível internacional, sendo adotado, no país, pelos governos Collor e FHC. Vale lembrá-los de que a ideologia liberal propõe o “ideal de Estado mínimo”, com a limitação dos gastos públicos, principalmente na área social.



Exemplificando

Veja só, a ação de instituições sem fins lucrativos representa a entrada da sociedade civil em áreas que o Estado se ausenta, isso acontece em função do modelo de reestruturação produtiva que prevê cortes nos gastos públicos, desresponsabilização do Estado e atribuição da regulação econômica ao livre mercado. Assim, é possível observar contratos entre instituições beneficentes que são firmados por conta dessa dinâmica de desresponsabilização estatal para que a referida instituição possa prover as obrigações sociais do Estado. Vemos ações de enfrentamento da questão social, que seriam dever do Estado, sendo transferidas para organizações não governamentais e outras entidades de assistência. Existe assim um processo de privatização da coisa pública, ao passo que desloca para o terceiro setor obrigações que são do Estado.

Seguindo em frente, ao analisar a seguridade social, esta retrata uma somatória de conquistas da classe trabalhadora em uma luta historicamente marcada por busca de melhorias sociais. No caso brasileiro, a seguridade social se apresenta em época diferente da que ocorreu internacionalmente, tendo em vista seu contexto econômico, político e social. Foi apenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que se instituiu a seguridade social

brasileira, direcionando a nova proteção social ao inserir políticas públicas como a previdência, a saúde e a assistência social.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema de bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social. (BRASIL, 2004, p. 17)



Tais políticas são concebidas na perspectiva de direito social, garantias legais norteadas pelos princípios da igualdade e da universalidade. Infelizmente as inovações surgiram tardiamente enfrentando um contexto desfavorável, que impediu sua implantação descaracterizando a perspectiva do direito social a medida que a política social encontrava-se subordinada à política econômica.

O ajuste neoliberal, implantado pelos governos Collor e FHC, cujas medidas acabaram por provocar o desmantelamento da seguridade social, negou as conquistas da sociedade brasileira de 1980, ocultando seus interesses instruídos pelo neoliberalismo, com a ideologia de “reformas” ligadas à concepção de avanços econômicos e sociais.

Todas as articulações dessa época resultaram na privatização da previdência social e da saúde e na precarização dos serviços. Tais fatos levaram à centralização da assistência social na seguridade social, que passou a ser responsável por resolver o pauperismo, constatado pelos governos neoliberais como sendo o único problema social que necessitava de intervenção estatal, resumindo a proteção social a esse prisma.

Notamos, assim, que o modo de gerência da seguridade social no Brasil diverge do que foi estabelecido na Constituição de 1988, pois não existem condições favoráveis para sua efetivação.

Entre o instrumento constitucional e a realidade social há contradições, sendo que os princípios da seguridade social não se

concretizaram no Brasil, em decorrência dos governos brasileiros, na década de 1990, procurarem adequar o país aos ditames neoliberais.

A respeito da descentralização político-administrativa, a Constituição de 1988 apresenta renovação sobre aspectos fundamentais, subdividindo as competências de gestão das políticas entre as instâncias municipais, estaduais e federais e ampliando o estímulo à maior participação da sociedade civil.

Sob a perspectiva político-ideológica, o neoliberalismo sustenta a descentralização para que o Estado possa diminuir suas funções mínimas, básicas e indispensáveis, desregulamentar a economia para torná-la mais competitiva, privatizar agências e serviços públicos ou financiar com recursos públicos o consumo de serviços privados.

No campo progressista, a descentralização expressa a democratização da administração pública, da burocracia e dos partidos. Dado que essa administração considera que existe condições potenciais oportunas ao desenvolvimento de padrões econômicos equilibrados e socialmente justos, também se prevê a transferência de competências e de funções para as esferas regionais e locais, implicando maior divisão de poder decisório.

Para Montaño (2010), o processo descentralizado tem se realizado diante de uma redução drástica de contratações no âmbito federal e estadual e de um aumento de contratações no âmbito municipal, ressaltando o aumento da terceirização, que aparece cercada de significativa perda de direitos trabalhistas e instabilidade empregatícia.

De acordo com Montaño (2010, p. 253), é clara uma desconexão administrativa entre as esferas governamentais, assim:

Notemos que os setores progressistas defenderam historicamente a descentralização (do poder), isto é, tanto administrativa (da administração, gerência e implementação) como governamental (do poder decisório real) [...] Não obstante, o que temos observado como processo realmente desenvolvido é mera descentralização da administração, implementação e gerência das respostas às sequelas da “questão social”, o que deriva, como observamos na diferenciação de qualidade, quantidade e variedade de serviços sociais e assistenciais para municípios ricos e pobres.

Quando nos referimos à descentralização e precarização das políticas sociais, nos remetemos de imediato aos serviços prestados pelo assistente social quando nos deparamos com a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Geralmente o assistente social acaba por encontrar concorrência de profissionais com qualificações voltadas geralmente para planejamento e execução, sendo assim preterido. Assim, as configurações da nova esfera pública repercute negativamente no nível do desemprego profissional e na precarização das condições de trabalho e, muitas vezes, são descartados da esfera estatal, visto que o propósito ideológico é diminuir despesas com a área social. De acordo com o que trata Montañó (2010, p. 249) essa tendência reflete de forma negativa a demanda por assistentes sociais:

[...] tendencialmente, no contexto da focalização, descentralização e precarização das políticas sociais, à clara precarização das condições de trabalho do assistente social, sua terceirização e/ou substituição por agente de menor preparo e salários mais baixos (ou voluntários), precarizando/reduzindo a demanda por assistentes sociais, o que, por seu turno, se reflete negativamente na qualidade daqueles serviços.

Caro aluno, veja o quanto aprendemos sobre Estado, mercado e terceiro setor e como destacado pelo autor a importância de estarmos atentos às interfaces nos diversos espaços ocupacionais. É essencial avaliarmos o nosso papel e a nossa perante a participação da sociedade civil na execução e gestão das políticas sociais.

Bons estudos!

Sem medo de errar

Olá! Agora chegou a hora de resolvermos o desafio desta seção e auxiliar Camila a identificar o neoliberalismo no Brasil, o Estado burguês e a Constituição Federal de 1988, além de esclarecer pontos sobre o Estado e a desresponsabilização pelo social, identificando o papel do terceiro setor e os principais avanços e retrocessos do Estado no campo dos direitos e das políticas sociais consideradas neoliberais. Você deve elaborar um roteiro para a assistente social Camila, para que ela possa utilizá-lo como instrumento na construção do capítulo sobre Estado e neoliberalismo. Vamos começar?

Vamos então apontar um caminho que poderá sofrer alterações dependendo da sua criatividade e capacidade de sistematização dos conteúdos trabalhados nesta seção.

Camila pode sistematizar o capítulo para seu *e-book* da seguinte forma, discorrendo sobre os tópicos:

- O neoliberalismo toma forma no final da década de 1970 como 'Reaganismo' e 'Thatcherismo' e consiste essencialmente em uma tentativa de recompor a primazia e recuperar o âmbito da produção de mercadorias. Renegando as formas social-democratas que acompanham o estágio intensivo, nega a crise estrutural e histórica do capitalismo e se volta as suas origens, do tempo do liberalismo, daí o nome de neoliberalismo.

- As consequências da incorporação do ideário neoliberal nas sociedades, incluindo-se aqui a sociedade brasileira, trazem consigo o impasse da consolidação democrática, do frágil enraizamento da cidadania e das dificuldades históricas de sua universalização.

- A descentralização emerge como proposta integrante de um projeto político, construído no contexto das lutas populares, e que apresenta pressupostos básicos de mudanças por meio das relações de poder, da autonomia da esfera local, da participação e do controle social, além de repasse de recursos financeiros.

- As organizações sem fins lucrativos inserem-se nesse universo como um canal de participação da sociedade civil na execução e gestão das políticas sociais. Desse modo, marca a atuação do 'terceiro setor' estabelecendo uma relação de partilha de poder entre a esfera estatal e a sociedade civil.

- O "terceiro setor" pode tornar-se um instrumento da estratégia neoliberal, assumindo a função de transformar o padrão de respostas às sequelas da "questão social".

Essas são algumas argumentações possíveis para que você possa desenvolver um texto de até duas páginas para explicitar tais concepções; seja propositivo e expresse sua visão crítica acerca das questões levantadas na parte teórica desta seção.

A atuação na Associação Reviver

Descrição da situação-problema

A Associação Reviver, criada em 2001, uma instituição de utilidade pública municipal sem filiação religiosa ou partidária, que fica no bairro da serrinha em Santa Joaquina, presta assistência a crianças e/ou adolescentes e sua família em tratamento e/ou alta hospitalar e em risco social. Essa entidade tem como objetivo romper o ciclo “miséria – doença – internação – alta – reinternação – morte” por meio da doação de alimentos e medicamentos especiais e da orientação por meio de palestras e cursos gerando uma qualificação profissional proporcionando a geração de renda. As famílias são encaminhadas, em sua maioria, por uma unidade do sistema público de saúde.

O surgimento dessa instituição foi marcado pela indignação dos profissionais de saúde diante do desafio que a alta hospitalar impõe à população de baixa renda. A coordenação de serviço social desenvolve também atividades educativas de apoio às famílias. Nesse sentido, qual deve ser seu posicionamento de atuação na associação?

Resolução da situação-problema

Na prática profissional, as reflexões precisam ser constantes, os assistentes sociais devem conhecer a realidade social. O profissional de serviço social deve apresentar competência para produzir uma ação crítica que crie espaço para o usuário questionar/indagar o seu cotidiano; ele precisa apreender, elaborar e refletir sobre o seu papel político e social. É importante construir uma atuação profissional articulada e comprometida com as determinações do código de ética da profissão, conduzindo o trabalho de forma democrática, socializando informações e, assim, instrumentalizando o usuário para que ele exerça a sua cidadania e reflita sobre o enfrentamento dos seus próprios “conflitos”. Deve-se sempre fazer uso dos referenciais legais, como:

- Código de Ética Profissional.
- Constituição Federal de 1988.

- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
- Sistema Único de Saúde (SUS).
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Faça valer a pena

1. O sistema capitalista de produção, em sua fase madura e consolidada, preocupou-se em converter as relações sociais, as instituições, os indivíduos, os valores, os atos etc.

A respeito do Estado de bem-estar social, analise as afirmativas a seguir:

I - Tornou-se uma forma de ampliar a acumulação capitalista.

II - Foi um meio utilizado para a reprodução das relações sociais.

III - Ao contrário do que se pensa, não buscava reprodução das relações sociais e sim justiça social.

De acordo com o exposto, assinale a alternativa que apresenta as proposições corretas.

- a) Alternativas I e II, apenas.
- b) Alternativa I e III, apenas.
- c) Alternativas II e III, apenas.
- d) Alternativa I, apenas.
- e) Alternativa III, apenas.

2. A partir da década de 1970 nos Estados Unidos e na Europa, implantavam-se políticas neoliberais.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I - O projeto/processo neoliberal representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital face à crise, ao avanço técnico-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolveram após 1970.

Porque

II – Essa era a única estratégia que se apresentava para ampliar as garantias legais na perspectiva de direitos dos cidadãos.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

- c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

3. Os movimentos de globalização e internacionalização da economia, ocorridos na década de 1990, desencadearam várias medidas políticas que vão de encontro a uma ideologia neoliberal, que priorizava a privatização estabelecendo, então, uma crise do Estado consumada pelo governo FHC. As políticas neoliberais, também vinculadas ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional e ao Departamento do Tesouro dos EUA, foram resumidas em um artigo do economista John Williamson, sendo consideradas "receitas bem-sucedidas de ajuste econômico.

Sobre o denominado Consenso de Washington, avalie as afirmativas abaixo:

(i) O consenso de Washington se resumia a dez políticas implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso pelo Plano Real.

(ii) A gestão pública pelo Ministério da Administração Federal e pela Reforma do Estado MARE influenciou diretamente os serviços sociais no país, priorizando a disciplina fiscal, as despesas públicas, a reforma tributária, a taxa de juros de mercado, a taxa de câmbio competitivo, a política comercial de integração aos fluxos mundiais, a abertura ao investimento direto estrangeiro, as privatizações das estatais ineficientes, as desregulamentações de setores controlados ou cartelizados e os direitos de propriedade.

(iii) O consenso de Washington se resumia a três políticas implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso pelo Plano Real aliadas às parcerias do setor privado, com participações de empresas americanas e europeias apoiadas pelo governo americano e incentivadas por concessões e incentivos fiscais.

Assinale a alternativa que contempla as afirmações corretas.

- a) Apenas a afirmativa (iii) está correta.
- b) As afirmativas (iii) e (ii) estão corretas e a (ii) complementa a (iii).
- c) As afirmativas (i) e (ii) estão corretas e a (ii) complementa a (i).
- d) Apenas a afirmativa (ii) está correta.
- e) A afirmativa (ii) contradiz a afirmativa (i).

Seção 1.3

Pessoas e qualificações jurídicas do terceiro setor no Brasil: associação e fundação; Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal; CEBAS e OSCIP

Diálogo aberto

Muitos assuntos importantes já foram vistos até este momento. São assuntos que, de certa forma, ainda geram polêmica, pois não existe um consenso a respeito da conceituação do terceiro setor. Sendo assim, vamos ver a partir de agora sobre sua qualificação e a legislação que o embasa. Vamos fechar esta unidade com chave de ouro, para entender melhor as discussões desenvolvidas até o momento.

Camila pensou em elucidar todas as questões que envolvem as qualificações jurídicas do terceiro setor e a questão da utilidade pública. O que são as associações e fundações? Como se qualifica juridicamente a Organização não Governamental (ONG) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)? Será que todas as pessoas conhecem a Política Pública de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social? Seria bom esclarecer o que é a Lei 12.101/09 que dispõe sobre a descentralização da política de certificação para os ministérios certificadores – Educação, Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome?

Acreditamos que este capítulo vai render muito assunto para discutir e você será o responsável por fazer a pesquisa que ajudará a Camila a compor a parte final de seu *e-book*. Não deixe de destacar os assuntos que não podem faltar. Bom trabalho!

Não pode faltar

Nesta seção de autoestudo, vamos entender um pouco quais são as qualificações jurídicas do terceiro setor.

As organizações sem fins lucrativos juridicamente constituídas podem requerer qualificações e títulos junto ao poder público, para tal é necessário que elas cumpram certas exigências previstas em leis. Uma vez obtidas essas certificações, elas conferem benefícios fiscais às organizações e aos doadores.

Nesse sentido, os três títulos e qualificações existentes que podem ser requeridos pelas organizações sem fins lucrativos, no âmbito federal, são “Título de Utilidade Pública”; “Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)” e “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)”. Cada título exige o cumprimento de requisitos que possibilitam o gozo de benefícios e incentivos fiscais.



Assimile

Qualificação é o ato de atribuir uma qualidade ou um título a algo. Considerar uma pessoa como sendo entendida por uma espécie de classificação. Para obter uma qualificação, as organizações devem apresentar documentos de acordo com a legislação pertinente.

Mesmo considerando os títulos que podem ser requeridos, verificamos várias formas comuns que são utilizadas para se referir ao terceiro setor, como:

- Organizações não lucrativas e não governamentais.
- Instituições de caridade.
- Atividades filantrópicas.
- Ações solidárias.
- Ações voluntárias.
- Atividades pontuais e informais.

Ao analisarmos o que diz o autor Carlos Montaña (2010), percebemos que ele chama a atenção para a tipificação, alegando que esta não considera várias organizações pioneiras na luta em defesa da sociedade civil, a exemplo dos movimentos sociais combativos e as organizações sindicais.

Existe uma diferenciação que cerca o conceito explicitado pelos autores do terceiro setor, que difere somente na forma utilizada para conceituar sociedade civil, considerando que “[...] o que os autores chamam de “terceiro setor”, nem é “terceiro”, nem é “setor” [...] nem se refere às organizações desse setor – ONGs, instituições, fundações e outros” (MONTAÑO, 2010, p. 184).

Para servir de base de sustentação às organizações que compõem o chamado 'terceiro setor', foram criadas algumas leis para sua regulamentação, mesmo estando diante da falta de uma definição mais rigorosa sobre seus conceitos e funcionalidades, como visto nas seções anteriores.

A legislação desenvolvida nos últimos anos serviu para a criação de algumas entidades privadas com interesse público e sem fins lucrativos. Tais leis caminham em direção à consolidação de um projeto neoliberal de desresponsabilização do Estado, conforme apontado por autores da área social, como Carlos Montaño (2010).

Dessa forma, vamos resgatar o que diz a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 194, sobre seguridade social: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL, 1988, [s.p.])

A partir da Constituição de 1988, conforme exposto no referido artigo 194, a seguridade social sendo um conjunto integrado é um direito do cidadão e um dever do Estado, considerada em um tripé articulado e composto pela saúde, pela previdência e pela assistência social. Entretanto, a instituição da Lei Orgânica da Seguridade Social, nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que reafirma os princípios estabelecidos na Constituição e dispõe sobre a Organização da Seguridade Social em seu artigo 10, refere que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta.

Se você acompanha de perto o processo histórico de desenvolvimento da seguridade social — suas reformas, as lutas e as reivindicações envolvidas —, perceberá que uma questão definida é que a assistência social deve garantir um mínimo social a partir de salário e benefício a pessoas portadoras de deficiência e idosos que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção (BRASIL, 1993). Vários são os marcos para garantia dos direitos do cidadão, os quais são base da atuação do assistente social.

Sobre as tendências da seguridade social, Behring relata que:



Tem-se, em síntese, algumas tendências gerais da seguridade social em tempos neoliberais — que não são naturais, mas produto de uma escolha político-econômica —, de priorizar:

1- Programas de combate à pobreza/redes de segurança e proteção social para as vítimas do ajuste inevitável.

2- Transferências monetárias focalizadas em segmentos em situação de risco (bolsas), com valores e critérios de acesso restritivos.

3- Apelos à família, ao voluntariado e ao chamado terceiro setor (descentralização como desconcentração, terceirização e desresponsabilização) e aposta em pequenas soluções ad hoc/ reinado do minimalismo: descentralização destrutiva. (BEHRING, [s.p.], p. 6)

Mas o que tudo isso tem a ver com a legislação do ‘terceiro setor’? Em meio a uma desresponsabilização do Estado para com as questões sociais e a priorização de certas políticas econômicas, como ressaltado pela autora Behring, e com a falta da garantia dos direitos previstos na constituição, surge a legislação na tentativa de regulamentar o terceiro setor para que organizações que o compõem possam exercer suas atividades, atuando diante das questões sociais que deveriam ser cumpridas pelo Estado.



Refleta

Existe uma questão que podemos dizer ser contraditória, posto o que temos visto até o momento. Você já parou para pensar que a legislação social trouxe uma proposta técnica e política a ser seguida pelas organizações para se ter uma atuação qualitativamente diferenciada das práticas assistencialistas e caritativas que historicamente marcaram a atuação dessas organizações? Porém, ao mesmo tempo que surgem tais mudanças, cresce com força política e econômica a ideologia neoliberal, respaldando a política do governo que determina o Estado Mínimo, com clara intencionalidade de repassar à sociedade civil responsabilidades conferidas à instância pública, conforme a CF/88 e as leis decorrentes: assistência social, educação e saúde como direitos de cidadania e dever do Estado.

Acerca das leis que embasam o funcionamento das organizações do terceiro setor, temos a Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Ela é considerada um grande passo para a melhoria das condições de atuação do terceiro setor no país, pois possibilita à entidade sem fins lucrativos trabalhar com voluntários, por meio de um Termo de Adesão específico, sem correr riscos inerentes à legislação trabalhista. Trataremos das questões ligadas ao voluntariado nas próximas seções de autoestudo.

Para falarmos das qualificações legais do terceiro setor, você deve saber que temos a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que qualifica como organizações sociais (OS) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde (MONTAÑO, 2010).

Carlos Montaña (2010) destaca que a “Lei 91, de 28 de agosto de 1935, reconhece como utilidade pública as sociedades civis, associações e fundações, constituídas no país, com fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade” (MONTAÑO, 2010, p. 203).

O Título de Utilidade Pública Federal foi o primeiro a ser emitido, sua criação ocorreu em 1935 pela Lei nº 91. Tal titulação deve ser solicitada ao Ministério da Justiça, que vai deferir ou não o pedido. Essa lei fora revogada com a Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, porém permanece a utilidade pública estadual e a utilidade pública municipal sob o modelo anteriormente constituído de utilidade pública federal, que veremos a seguir.

As sociedades civis, as associações e as fundações podiam ser declaradas de utilidade pública, Organização de Utilidade Pública (UP), desde que apresentassem os seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica.
- Constituição no Brasil.
- Efetivo funcionamento há mais de três anos com exata observância do estatuto.
- Desempenho de atividade social, notadamente promoção da educação, exercício de atividades científicas, de cultura ou filantrópicas.

- Diretoria idônea (os diretores devem possuir moralidade comprovada).

- No caso de receberem subvenção por parte da União, são obrigados a publicar anualmente a demonstração da receita e a despesa realizada no período anterior.

Esse título de utilidade pública possibilitava às organizações da sociedade civil usufruir de benefícios e vantagens fiscais ou financeiras, tais como receber subvenções, auxílios e doações da União, realizar sorteios e receber doações de empresas, dedutíveis do lucro operacional da pessoa jurídica doadora.

Esses benefícios citados continuam existindo, só que agora expressos às entidades nominadas nos artigos 84 -B e 84 -C da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (BRASIL, 2015). Essa lei é, na atualidade, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e entrou em vigor para a União, os Estados e o Distrito Federal em janeiro de 2016 e, para os municípios, em janeiro de 2017.



Exemplificando

O que mudou com o novo marco legal do terceiro setor, Lei 13.019/14, foi o uso de convênios para formalizar parcerias entre as entidades privadas sem fins lucrativos e o poder público. A partir desse marco regulatório, esses instrumentos serão aplicáveis apenas em relações firmadas entre instituições públicas. O convênio entre o Estado e o terceiro setor será substituído por termos de colaboração e de fomento. O primeiro se aplica nos casos em que a própria Administração Pública define o objeto da parceria, enquanto o segundo vale para ações propostas pelas organizações da sociedade civil.

A OSCIP é tida como a nova qualificação a ser obtida pelas organizações sem fins lucrativos. A Lei 9.790, de 23 de março de 1999 (regulamentada pelo Decreto 3.100 de 30 de junho de 1999),



Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.” (BRASIL, 1999, [s.p.]

Foi a partir do estabelecimento de comunicação e consenso do Conselho da Comunidade Solidária, com a participação de entidades da sociedade civil que entendiam existir a necessidade de uma reforma no marco legal do terceiro setor, pois esse não possuía leis adequadas a suas demandas, que se criou tal legislação. A lei para o referido setor visa fortalecer as entidades da sociedade civil que prestam serviços de utilidade pública, estabelecendo meios eficazes e transparentes de relacionamento entre elas e o poder público.

O art. 1º da Lei exige três requisitos para que uma entidade se qualifique como OSCIP:

- Ser pessoa jurídica de direito privado, o que exclui entes estatais.
- Não ter fins lucrativos, o que exclui as organizações regidas pelo mercado.
- Atenderem seus objetivos sociais e normas estatutárias aos requisitos Instituídos pela Lei.

Ainda de acordo com o Art. 3º da lei 9790,

A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

XIII - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. (BRASIL, 1999, [s.p.])

Com a legislação pertinente, pode-se observar que a qualificação somente será conferida se a organização solicitante da qualificação, neste caso de OSCIP, apresentar em seus objetivos finalidades conforme disposto na lei. Atender aos critérios estabelecidos é de suma importância para demonstrar a seriedade das organizações que compõem o terceiro setor e atuam conforme as regulamentações da área.

A respeito da Política Pública de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), esta apresentou melhorias de qualidade com a publicação da Lei 12.101/09. Com a descentralização da política, os ministérios certificadores: Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação e Saúde, passaram a dividir, de forma autônoma e compartilhada, a responsabilidade de certificar as entidades parceiras. As organizações da sociedade civil podem requerer o CEBAS que está disciplinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que:



Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. (BRASIL, 2009, [s.p.])

De acordo com a lei, para a obtenção do título de Entidade Beneficente de Assistência Social, é necessário o atendimento aos seguintes requisitos:

- Ser pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.
- Demonstrar, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade, o cumprimento do disposto nos artigos 4 a 20 da lei, salvo o disposto no parágrafo único do art. 3º que prevê a redução do período mínimo de cumprimento dos requisitos se a entidade for prestadora de serviços por meio de convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) ou com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em caso de necessidade local atestada pelo gestor do respectivo sistema.
- Prever, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

Na lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, na seção III – Da Assistência Social, em seus artigos 18 a 20, são fixados novos requisitos para certificação ou sua renovação às organizações que prestam serviços na área da assistência social, sendo:

- Prestar serviços ou realizar ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- Que os serviços e ações assistenciais sejam de atendimento e assessoramento aos beneficiários ou que atuem na defesa e garantia de seus direitos.
- Estar inscritas no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- Integrar o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- Inscrever suas atividades no Conselho de Assistência Social do respectivo Município de atuação ou do Distrito Federal, mediante a apresentação de seu plano ou relatório de atividades

e do comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou de onde desenvolva suas principais atividades quando a entidade de assistência social atuar em mais de um Município ou Estado ou em quaisquer destes e no Distrito Federal.



Pesquise mais

Para que você fique por dentro de quais são os passos para a Certificação CEBAS, acesse a cartilha disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cneas/Cartilha_passos_certificacao.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

O que mais chama a atenção é que enquanto profissionais proativos devem se atentar que para as organizações que compõem o terceiro setor desenvolverem suas atividades com ética e transparência, de maneira a contribuir com a coletividade, é necessário extrapolar a criação de leis para embasar e sustentar suas ações; é preciso integrar as ações com as políticas sociais que também estão presentes na Constituição Federal de 1988.

Sem medo de errar

Chegou a hora de ajudar a Camila a elucidar a questão que envolve a qualificação das organizações que compõem o terceiro setor. Afinal, o que são as associações e fundações? Como se qualifica juridicamente a Organização não Governamental (ONG) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)? Será que todas as pessoas conhecem a Política Pública de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social? Seria bom esclarecer o que é a Lei 12.101/09 que dispõe sobre a descentralização da política de certificação para os ministérios certificadores?

Para que a assistente social Camila elucide essas questões, alguns caminhos são possíveis e atentar-se para o que diz a legislação é um ponto essencial, sendo assim ela pode apontar alguns dos seguintes requisitos:

- As organizações sem fins lucrativos juridicamente constituídas podem requerer alguns títulos e qualificações junto ao poder público, desde que cumpram requisitos exigidos nas leis. Tais certificações conferem benefícios fiscais às organizações e aos doadores.

- Existem três títulos e qualificações que podem ser requeridos pelas organizações sem fins lucrativos no âmbito federal: Título de Utilidade Pública; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

- A Lei 9.790, de 23 de março de 1999 (regulamentada pelo Decreto 3.100 de 30 de junho de 1999), dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências” (BRASIL, 1999, [s.p.]).

- É importante abordar a Lei 12.101 e esclarecer sobre a descentralização da certificação por alguns ministérios.

Como aluno do curso de serviço social, é importante dar um caráter crítico e construtivo ao seu texto fazendo uma análise dos impactos de tais legislações junto à questão social e chamar a atenção para a defesa intransigente dos direitos do cidadão.

Avançando na prática

OSCIP e suas possibilidades

Descrição da situação-problema

A Casa de Apoio para acolhimento dos pacientes acometidos pela doença de câncer, Apoiadores, quando iniciou suas atividades e reivindicou qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), passou a exercer posição de cooperadora social no tocante ao acolhimento do paciente portador da doença. Na época da criação, ocorreu uma mobilização em prol da criação da Casa de Apoio, tanto localmente quanto da região, tendo em vista o expressivo número de pacientes que realizam o tratamento especializado em Passarinhos.

São oferecidas oficinas terapêuticas nas quais se confeccionam peças artesanais para posterior comercialização, contando com o voluntariado, que ministra as oficinas, expõe os artesanatos e, ainda, articula o escoamento desses produtos no mercado. A casa oferece diariamente café da manhã, almoço e café da tarde para aproximadamente 150 pessoas. Para os pacientes em sessão, essas refeições são servidas na unidade hospitalar, sendo funcionárias

da instituição somente uma cozinheira e uma auxiliar de cozinha, os demais executores dessas atividades são voluntários. De que forma a organização pode atender a essa demanda sem que seja considerada de caráter assistencialista?

Resolução da situação-problema

Existem algumas formas para a atuação nesse âmbito, a depender da metodologia escolhida pelo profissional do serviço social inserido em tal organização. Vamos expor uma possibilidade. O profissional precisa se atentar a necessidade de qualificar/especializar a mão de obra voluntária na organização. As ações devem ser planejadas para a sua execução. Uma organização sem fins lucrativos não deve se restringir apenas a oferecer alimentos ou doações diversas. O Assistente Social, enquanto profissional propositivo e interventivo, mostra-se apto a atuar como coordenador nas instituições sociais, elaborando, acompanhando, controlando e avaliando planos de ação, que possibilitam a aplicação devida dos recursos disponíveis.

Faça valer a pena

1. Paulo é advogado e sempre é consultado pelas organizações sem fins lucrativos juridicamente constituídas sobre quais são os títulos e qualificações junto ao poder público que elas podem pleitear, cumpridos alguns requisitos exigidos em lei. Consultando os itens abaixo:

- (i) Título de Utilidade Pública Federal.
- (ii) CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.
- (iii) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (iv) LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.
- (v) PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

Assinale os itens corretos que correspondem aos títulos e às qualificações requeridos pelas organizações sem fins lucrativos no âmbito federal.

- a) Os itens (i) e (v) estão corretos.
- b) Os itens (i), (iv) e (v) estão corretos.
- c) Os itens (i), (ii) e (iii) estão corretos.
- d) Os itens (ii), (iii) e (v) estão corretos.
- e) Os itens (i), (ii) e (iv) estão corretos.

2. Para servir de base de sustentação às organizações que compõem o chamado 'terceiro setor', foram criadas algumas leis para sua regulamentação, mesmo estando diante da falta de uma definição mais rigorosa sobre seus conceitos e funcionalidades.

A respeito da regulamentação do terceiro setor e seu marco legal, assinale a alternativa correta.

- a) Lei 8.212, em 24 de julho de 1991.
- b) Lei 9.637, de 15 de maio de 1998.
- c) Lei 13.019, de 31 de julho de 2014.
- d) Lei 9.790, de 23 de março de 1999.
- e) Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009.

3. Na Lei 12.101 de novembro de 2009, na seção III – Da Assistência social, em seus artigos 18 a 20, são fixados novos requisitos para certificação ou sua renovação às organizações que prestam serviços na área da assistência social.

De acordo com o texto apresentado, assinale com (V) para verdadeiro e (F) para falso:

() Prestar serviços ou realizar ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

() Que os serviços e ações assistenciais sejam de atendimento e assessoramento aos beneficiários ou que atuem na defesa e garantia de seus direitos.

() Fazer parte de uma fundação empresarial sem no entanto ser necessária sua inscrição em Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

- a) V, V, F.
- b) F, F, F.
- c) V, V, V
- d) F, F, V
- e) F, V, F

Referências

BEHRING, Elaine Rosseti. **Seguridade Social no Brasil**: Perspectivas e Interfaces. [s.n.t]. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-082.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.101**, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 26 de set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.204**, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, "que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999"; altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm>.

Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.212**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm>. Acesso em: 19 de out. 2017

BRASIL. **Lei nº 9.637**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: [s.n.], 2004.

BREVE aula sobre Neoliberalismo. Disponível em: <<https://youtu.be/BHFAvocn4r4>>. Acesso em: 11 set. 2017.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.

COSTA, Selma Frossard. Serviço Social e o Terceiro Setor. **Serviço Social em Revista**, Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, v. 7, nº 2, jan./jul. 2005.

FERNANDES, Rubens C. **Privado Porém Público**: o terceiro setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

KANITZ, Stephen. Artigos do Terceiro Setor: o que é o terceiro setor? **Filantropia**. Disponível em: <<http://www.filantropia.org/QueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Passos para a certificação CEBAS Assistência Social: Cartilha Passos para certificação CEBAS Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social:

Departamento da Rede Privada do SUAS, [s.d.]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cneas/Cartilha_passos_certificacao.pdf>. Acesso em: 26. set 2017.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. In: **Lutas Sociais**, nº8, p. 53-64, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 59, ano XX, São Paulo, mar. 1999.

MOTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

O QUE é o terceiro setor. Disponível em: <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

O TERCEIRO setor no Brasil: uma visão histórica. Disponível em: <<http://conectar3.com.br/portfolio/energia-consciente/>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica Ltda., 2003.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

RODRIGUES, M. C. P. O Marketing e o Terceiro Setor: contribuições recíprocas. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias**: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. de A. (Org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. Fortaleza: UECE; São Paulo: Cortez, 1998.

Estado e terceiro setor

Convite ao estudo

Olá, aluno!

Vamos avançar um pouco mais em nossos estudos e entender sobre a interface e os papéis do Estado e do terceiro setor no enfrentamento da questão social. Por isso, eu convido você a mergulhar neste tema que é muito interessante para a nossa categoria profissional. Segundo Yasbek, falar de “questão social” é falar da divisão da sociedade em classes e da apropriação desigual da riqueza socialmente gerada. Conforme Pastorni (2010), a questão social assume expressões particulares dependendo de contextos específicos de cada formação social (características históricas, políticas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial. Diante de tais questões, surgem novos espaços profissionais para o assistente social junto ao terceiro setor e à sua atuação na gestão de programas sociais. Esse é o caso de Karina, assistente social que será gestora de um programa social. Ela considerou a disposição do meio empresarial, mais precisamente do conselho de cidadania de uma fundação empresarial, para desenvolver ações sociais que pudessem beneficiar as comunidades em situação de risco no estado. O projeto quer levar alimentos à população necessitada e foi concebido a partir da arregimentação dos mais diversos setores da sociedade, sob a liderança de um empresário presidente do Grupo Luz, que decidiu contratar Karina para ser gestora desse projeto. É a primeira vez que ela vai atuar nessa área e já viu que terá de estudar sobre planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais, características da

atuação junto a projetos sociais. Analisando os conteúdos estudados nesta seção, qual o papel do Estado e do terceiro setor no enfrentamento da questão social? Qual é a função social das organizações do terceiro setor no Brasil na questão da participação e do controle social?

Qual é o significado da responsabilidade social? E, indo além, como responder aos desafios, às possibilidades e aos limites das organizações do terceiro setor no Brasil? A gestão das políticas sociais e o terceiro setor são simples? Como fica a participação e o controle social no terceiro setor?

Para desenvolver esse projeto, Karina deverá ter claras todas essas situações e você deverá analisar tudo isso e fazer uma dissertação sobre a situação do terceiro setor no Brasil, abordando a gestão dos projetos para essa área.

Bom trabalho!

Seção 2.1

Interface e papéis do Estado e do terceiro setor no enfrentamento da questão social

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Nesta seção, abordaremos o enfrentamento da questão social na contemporaneidade entendendo os papéis do Estado e do terceiro setor nessa área. Você vai ter contato com o conteúdo que abordará as parcerias realizadas entre Estado e terceiro setor para a atuação diante do enfrentamento das expressões da questão social.

Vamos abordar, ainda, a função social das organizações do terceiro setor no Brasil. Para que você compreenda melhor tantas questões relativas à atuação profissional junto ao terceiro setor, vamos ao primeiro desafio desta unidade, o qual a assistente social Karina quer entender sobre a elaboração dos projetos para atuar em instituição do terceiro setor. Neste primeiro momento, ela vai estudar muito sobre o assunto, começando por entender o papel das parcerias entre Estado e terceiro setor. Karina deverá analisar que parcerias podem ser estabelecidas entre eles no enfrentamento das expressões da questão social e ainda trazer à tona qual é a função social das organizações desse setor no Brasil. Isso lhe dará certeza de que conduzirá esse projeto pelo caminho certo, pois, como uma pessoa atuante na área de projetos sociais, ela sabe que algumas situações estão sujeitas à politização da questão social e de forma alguma quer que isso aconteça em um projeto que está conduzindo. Você tem um papel importante em apoiá-la a vislumbrar as questões levantadas. Então está na hora de você começar a sua dissertação sem se esquecer de abordar todos os itens essenciais para Karina começar a pensar no projeto.

Aproveite a oportunidade para ampliar seus conhecimentos e bons estudos!

Não pode faltar

Vamos avançar um pouco mais na discussão acerca da interface e dos papéis do Estado e do terceiro setor no enfrentamento da questão social trazendo uma análise sobre a atual desresponsabilização do Estado, de acordo com as premissas neoliberais e o surgimento do terceiro setor conforme os apontamentos já realizados na Unidade 1 desta disciplina.

Você poderá avaliar, de acordo com o que vimos até o momento, que alguns autores trazem uma abordagem crítica relativa à atuação do terceiro setor referindo que este poder ter sido utilizado como instrumento no projeto neoliberal para manter o *status* atual do Estado mínimo e ainda ser referência histórica de uma transformação na forma de participação da sociedade civil, que proporcionaria novas formas para o enfrentamento de “questões sociais” sob a denominação de responsabilidade social e voluntariado corporativo. Outros autores, porém, apresentam como argumento que o surgimento do ‘terceiro setor’ no Brasil é um fenômeno irreversível e necessário, pois as questões sociais deixaram de ser vistas apenas pelo ângulo do Estado e estão sendo assumidas por parte da sociedade civil organizada.

A partir da observância ao projeto neoliberal que trouxe mudanças para as sociedades capitalistas, o capital redimensiona as relações e funções sociais para o Estado, o mercado e a sociedade civil, determinando um redesenho econômico e político da vida em sociedade. Tendo em vista que o serviço social tem sua atuação diretamente relacionada à intervenção junto às expressões da questão social, surgidas no processo de reprodução social, ele vivencia em seu cotidiano de trabalho as alterações impostas e engendradas pelo capital.

Diante da conjuntura neoliberal, percebemos o estímulo e a promoção do deslocamento do trato para com a questão social do Estado para o terceiro setor e, muitas vezes, tais questões são tratadas com ações pontuais e descontínuas.

Você com certeza já participou de várias discussões acerca da questão social e suas implicações sobre a sociedade, sendo assim, compreendeu a contradição existente entre o capital e o trabalho, que com propriedade foi tratada por Yamamoto (2010, p. 27).

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social e cada vez mais coletiva [...] enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Nas palavras da autora, a apreensão e o entendimento dessa questão social e suas manifestações por parte do assistente social é de suma importância para a atuação profissional. Podemos verificar que à medida que a globalização avança e o capital se desenvolve, ampliam-se as demandas não só por produtos, mas também por escolas, hospitais e assistência social especializada, além das “[...] múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas novas formas de viver, que apontam um futuro que está sendo geminado (IAMAMOTO, 2010, p. 28).



Assimile

A questão social é a expressão da contradição entre o capital e o trabalho, é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana — o trabalho — das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

No Brasil, vivemos com contradições que se revelam pelos índices de desenvolvimento econômico e as questões de desigualdade se consolidam por meio do desequilíbrio entre distribuição de renda e divisão do capital e do trabalho. Dessa forma, para compreender a produção e a reprodução das relações sociais, faz-se necessário atentar-se para as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e em suas relações, indo além e verificando como tais mudanças impactam na vida das famílias.

Figura 2.1 | Questão social



Fonte: elaborada pela autora.

No decorrer do nosso estudo, observamos a utilização de políticas neoliberais com intuito de enfrentar os movimentos operários para reconstruir o monopólio financeiro, utilizando, para tanto, políticas neoliberais como as de privatização, a re-mercantilização, a refilantropização, levando à precarização do trabalho. Essas reformas ocorridas no interior da sociedade objetivavam a mudança da estrutura do sistema de bem-estar social, no intuito de diminuir o papel do Estado e de garantir o mínimo possível àqueles que se encontram excluídos dos direitos oferecidos pela sociedade.



Refleta

Você considera que estamos vivenciando tempos em que os princípios neoliberais fortalecem o individualismo, o acúmulo e o consumo?

O governo brasileiro, ao explicar a crise do capital em 1995, alegou que ela estaria no Estado e não no capital, portanto, dentre as estratégias do governo, estaria o Projeto de Reforma do Estado apresentado pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado). De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,

a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 17)



O papel do terceiro setor no âmbito da reforma do Estado brasileiro objetivou a descentralização e a revisão do pacto federativo, em que são redefinidos os direitos e deveres das unidades da Federação nesse novo modelo de Estado não intervencionista.

No âmbito da reforma do aparelho do Estado no Brasil, atente-se para o movimento de publicização, que viabilizou a transferência para o setor público não estatal privado a responsabilidade pela execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados por ele, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica.



Exemplificando

Um exemplo são as parcerias entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e escolas públicas no desenvolvimento de ações socioeducativas que contribuam para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros em condições de vulnerabilidade social, como no Programa Tempo de Escola, de São Bernardo do Campo.

Observe que a partir do projeto neoliberal constata-se a minimização do papel do Estado enquanto fomentador dos serviços e programas de proteção social. Carlos Montaño (2010) analisa a privatização como um meio de transferência das responsabilidades atribuídas historicamente ao Estado para o terceiro setor,

apresentando os rebatimentos desse processo também ao espaço de atuação do assistente social. Oportunamente, destaca o processo de descentralização administrativa e privatização e a transferência para o “terceiro setor” das respostas às sequelas da “questão social”, ressaltando que esse processo repercute negativamente no nível do desemprego profissional, na precarização das condições de trabalho e nas condições de emprego.



Pesquise mais

Leia o artigo de Lilian Oliveira, *Parceria entre Estado e Terceiro Setor: uma Alternativa no Enfrentamento das Questões Sociais*. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, nº 1, p. 277-299, 2009. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/126/168>>. Acesso em: 8 out. 2017. A autora aborda que a questão da busca por alternativas, no tocante ao enfrentamento das questões sociais, tem como uma das proposições a mobilização da sociedade civil pelo desejo de mudanças da realidade social vigente no país. Mesmo que pontuais, essas mudanças se apresentam com a perspectiva de construir e fortalecer socialmente a nação, despertando a consciência para a participação democrática no exercício direto da cidadania.

Observe também que a parceria público-privada e as implicações para a gestão pública surgem na conjuntura do capitalismo, que após sua fase de expansão, iniciada no pós-guerra, entra em uma fase de crise. Nesse contexto, suas principais estratégias de superação são o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva, que redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais, com profundas consequências para a relação público-privada.

A teoria neoliberal considera que as políticas sociais escamoteiam a propriedade privada por distribuir a renda e prejudicar o livre andamento do mercado, pois impostos oneram a produção.



O papel do Estado em relação às políticas sociais é modificado, pois com este diagnóstico são duas as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade:

para os neoliberais, por meio da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos). (PERONI, 2006, p. 14)

Diante disso, vemos que o papel do Estado sofre modificações diversas por causa de questões políticas e econômicas, principalmente no que diz respeito às políticas sociais que tendem a ser repassadas para a sociedade.

Carlos Montaño (2010) analisa a funcionalidade do terceiro setor atrelado ao projeto neoliberal e aponta que ele cumpre a função de desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas estatais. Diante disso, o fato de o Estado ser responsável pela resposta à questão social envolve toda a sociedade em condição de uma solidariedade sistêmica. De acordo com o autor,

a sociedade é que é responsável pela resposta às sequelas da “questão social”, o Estado é, na verdade, o instrumento privilegiado de sua realização. Assim, a intervenção estatal na “questão social” é financiada mediante a contribuição compulsória de toda a sociedade, incluindo o capital. (MONTAÑO, 2010, p. 235)

Nesse caminho, a intenção seria a de despoliticizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os no intuito de transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em parceria com ele, dessa forma, a relação entre estado e sociedade civil tende a ser instrumentalizada e convertida em meio para alterar as lutas sociais. Montaño (2010, p. 236) diz o seguinte:

Ora, toda demanda social, atendida por essas “entidades” independentes, filantrópicas e voluntaristas, tende a ser, via de regra, transformada em demanda emergencial — isto é, retirada dos seus fundamentos sistêmicos e, eliminadas as mediações, transformada em demanda imediata, apenas tratando a forma manifesta da questão de fundo —, portanto, tratada de forma assistemática e assistencialista — sem constituir direito, sem garantia de permanência e com atividade curativa.

Diante disso, é preciso observar o caráter de refilantropização e assistencialismo que trata a questão social de forma pontual com enfoque emergencial, descaracterizando a garantia de direitos sociais. Partindo do que afirma o autor, existe um incentivo às práticas de voluntariado por parte da sociedade civil, incluindo o terceiro setor no qual o Estado assume um discurso de solidariedade e responsabilidade social, apropriando-se estrategicamente da vontade de seus agentes sociais em resolver problemas da sociedade e impõe o projeto de ajuda mútua como possibilidade única de o cidadão ter seus objetivos alcançados.



Pesquise mais

Amplie seu universo de pesquisas acessando o estudo sobre As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2010 no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e veja os resultados da pesquisa realizada com a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. Os resultados estão apresentados para o conjunto do país, grandes regiões e unidades da federação. A análise efetuada fornece um panorama geral dessas organizações em 2010, abarcando estatísticas sobre seu quantitativo, localização, tempo de existência, porte, atividade desenvolvida, número de empregados e remunerações, e ainda contempla, pela primeira vez, questões relacionadas ao gênero e nível de escolaridade do pessoal assalariado.

Você poderá acessar as tabelas no seguinte link: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>>. Acesso em: 9 out. 2017.

Com o discurso da ajuda mútua, em que cada um deve fazer a sua parte, o sistema capitalista gera lucros por meio do terceiro setor na medida que incentiva uma cultura de ações individualistas e desarticula a sociedade civil, enfraquecendo suas reivindicações.

Algumas empresas de grande porte, por meio de fundações, disponibilizam capital para implantação de projetos sociais, porém isso não ocorre nas instituições sociais e associações que recorrem às parcerias para a execução dos projetos pela inexistência de

capital financeiro para tanto. O projeto social tornou-se o elo, por excelência, da parceria entre o governo e o terceiro setor.

Uma função social das Organizações Não Governamentais, que se apresentou no período de ditadura militar, era de parceira com movimentos sociais, mesmo recebendo financiamento de agências internacionais, sendo, dessa forma, coadjuvante fundamental na relação movimento social/população/Estado, já que contribuíam para a organização interna e a articulação de tais movimentos.

Segundo o autor Carlos Montaña (2010), não existe uma parceria entre Estado e a sociedade civil, posto que o Estado simplesmente faz o repasse de verbas às instituições e não um real acompanhamento da prestação dos serviços. Nesse sentido, as parcerias são na verdade a substituição da responsabilidade estatal pela responsabilidade civil.

Nesse sentido, parcerias entre o Estado e as Organizações Não Governamentais que compõem o terceiro setor dizem respeito ao financiamento e ao repasse de verbas. A continuidade dos projetos desenvolvidos e quais serviços sociais serão prestados por essas organizações serão determinados pelo Estado, que acaba sendo o promotor das atividades financiadas.

O desenvolvimento dessas ações é uma forma de terceirização dos serviços prestados à sociedade, esclarecendo parte do interesse governamental de financiar instituições do terceiro setor para 'desonerar' o Estado, investindo em projetos temporários realizados por essas instituições.

Faz-se necessário um debate aprofundado sobre o papel do Estado e o das empresas privadas, tendo em vista que os papéis de ambos muitas vezes se confundem ao analisarmos a fusão entre capital privado e capital público, reproduzindo a ordem capitalista. Isso é notado quando o Estado injeta capital nas empresas privadas para que movimentem a economia. Por sua vez, as empresas prestam serviço à população por meio da filantropia empresarial ou responsabilidade social. Tal situação obscurece os papéis tanto do Estado como do terceiro setor.

Ainda teremos muitos debates adiante, tal discussão gera polêmicas que vão desde sua defesa até sua crítica total, por isso é importante que você, aluno, tenha um arcabouço teórico e prático que possibilite sua compreensão sobre os debates que ocorrem acerca da temática do terceiro setor.

Olá, aluno!

Chegou a hora de você ajudar a Karina. Lembre-se de que nesta unidade a assistente social Karina deverá elaborar uma dissertação sobre a situação do terceiro setor no Brasil abordando a gestão dos projetos. A primeira parte é analisar que parcerias podem ser estabelecidas entre Estado e terceiro setor no enfrentamento das expressões da questão social e ainda trazer à tona qual é a função social das organizações desse setor no Brasil, elaborando o primeiro texto que fará parte dessa dissertação. Vamos lá!

Para resolver a situação apresentada, você deve fazer uma análise crítica e expor as suas ideias, além de utilizar todo o seu conhecimento teórico para compor o seu texto. Só assim poderá entender a teoria que sustenta as ações práticas dentro da atuação profissional.

Uma das possibilidades para compor seu texto é a de abordar os seguintes aspectos:

- No Brasil vivemos com contradições que se revelam pelos índices de desenvolvimento econômico; as questões de desigualdade se consolidam pelo desequilíbrio entre distribuição de renda e divisão do capital e do trabalho.
- O entendimento dessa questão social e suas manifestações por parte do assistente social é de suma importância para a sua atuação profissional. À medida que a globalização avança e o capital se desenvolve, ampliam-se as demandas não só por produtos, mas por escolas, hospitais e assistência social especializada.
- O papel do terceiro setor no âmbito da reforma do Estado brasileiro objetivou a descentralização e a revisão do pacto federativo, em que são redefinidos os direitos e deveres das unidades da Federação nesse novo modelo de Estado não intervencionista; a publicização corresponde à transferência para o setor público não estatal (de direito privado) dos serviços não exclusivos do Estado.
- O Serviço Social atuante no terceiro setor é de fundamental importância, pois tais espaços demandam a intervenção de profissionais que possuem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social.

Extrapole o seu conhecimento e elabore um texto de até duas páginas. Use os conhecimentos adquiridos e seja criativo e crítico ao escrever.

Bons estudos!

Avançando na prática

Atuando por meio de parcerias

Descrição da situação-problema

O centro comunitário Cruz Pequena desenvolve ações diversificadas visando atender às necessidades sentidas pela população, dentro de uma modalidade integrada e global de responder aos problemas das pessoas e das famílias independente das faixas etárias. A assistente social Carla, após ter realizado um levantamento dessas necessidades, elaborou, juntamente com os voluntários que atuam no centro comunitário, projetos sociais que visam ao crescimento profissional do indivíduo, porém ainda havia uma preocupação de encaminhamento ao mercado de trabalho por falta de parcerias. Como é possível solucionar tal situação para atender à necessidade das pessoas dessa comunidade?

Resolução da situação-problema

De fato, centros comunitários, assim como diversas instituições que atuam diante das questões sociais, devem ter no seu quadro de funcionários o profissional do serviço social, porque ele pode realizar diagnósticos sociais encontrando, assim, possíveis alternativas para situações de vulnerabilidade vivenciadas por muitas comunidades. O assistente social é um profissional capacitado teórico, político e tecnicamente para investigar, formular, gerir, executar, avaliar e monitorar políticas sociais, programas e projetos nas áreas de saúde, educação, assistência, previdência social, empresas, habitação, entre outras. A questão da formação de parcerias pode ser viabilizada de algumas formas, observando as questões legais para essa ação. Dependendo da metodologia escolhida pela assistente social, atuando dentro da dimensão ético-política resguardada pelo Código de Ética do Assistente Social, ela poderá elaborar um projeto que contemple a utilização de parcerias para viabilizar as

ações diagnósticas junto à comunidade. É fundamental que tais parcerias funcionem de uma forma desburocratizada, para facilitar a participação e o diálogo na busca de soluções para a resolução de problemas ou para chegar a novas respostas para demandas sociais.

Faça valer a pena

1. Quando tratamos da questão social e suas refrações, podemos analisar que esta:

I. Expressa um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que a formação da classe operária e seu ingresso no cenário político desencadeiam, no curso da constituição e do desenvolvimento da sociedade capitalista.

II. É a expressão da sociabilidade erguida sob o comando do capital, com todos os efeitos sociais que emergem da luta pela apropriação da riqueza social criada a partir do trabalho.

III. Constitui-se sinônimo de pobreza sem, contudo, ter vinculação com o modo de produção capitalista.

Analise o texto-base e assinale a alternativa que traz as afirmativas corretas.

- a) I, II e III.
- b) II e III apenas.
- c) I e III apenas.
- d) I e II apenas.
- e) I apenas.

2. Ao falarmos sobre o enfrentamento das questões sociais, é necessário compreendê-las vinculadas à atuação do profissional do serviço social. Diante disso, a autora lamamoto (2010), ao referir-se ao tema, diz que "O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como do trabalho".

Assinale a alternativa correta quanto à definição da autora sobre a questão social.

- a) A questão social é a expressão de realização mútua entre o capital e o trabalho; é o conjunto das expressões que definem as formas de relacionamento entre a sociedade com o terceiro setor.

- b) A questão social representa a contradição entre o capital, as políticas públicas e o trabalho, sendo o conjunto que define as igualdades da sociedade.
- c) A questão social é o conjunto das expressões que define as relações de igualdade da sociedade pública com a privada.
- d) A questão social é a expressão da contradição entre o capital e o trabalho; é o conjunto das expressões que define as desigualdades da sociedade.
- e) A questão social representa o conformismo do capital perante a força de trabalho, ou seja, é o conjunto das expressões indefinidas da sociedade.

3. A respeito da funcionalidade do terceiro setor, Carlos Montaño (2010) aponta que ele cumpre a função de desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da questão social, e essa envolve a toda a sociedade em condição de uma solidariedade sistêmica.

Analise o texto-base e assinale a resposta correta de acordo com Carlos Montaño (2010): a intervenção estatal na questão social é:

- a) Financiada mediante a contribuição compulsória de toda a sociedade, incluindo o capital.
- b) Financiada apenas pela contribuição da sociedade civil.
- c) Financiada em sua totalidade pelo Estado, sem necessidade de incluir o capital.
- d) Independente, por isso não necessita de financiamento compulsório público.
- e) Responsabilidade do indivíduo que deve buscar alternativas para a sua situação.

Seção 2.2

Desafios, possibilidades e limites às organizações do terceiro setor no Brasil

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Esta seção foi preparada de forma que você possa compreender e analisar algumas questões relativas ao terceiro setor ligadas às configurações contemporâneas entre Estado e sociedade. Indo mais além, vamos nos aprofundar nos estudos sobre as organizações do terceiro setor e sobre a questão da participação e do controle social e conhecer um pouco mais sobre a questão da responsabilidade social.

Ainda existem muitos desafios, possibilidades e limites às organizações desse setor no Brasil que vão influenciar sua futura atuação como assistente social. Na medida em que você encontre como opção de carreira a atuação em instituições do terceiro setor, com uma postura crítica e propositiva poderá propor intervenções que venham ao encontro do projeto ético-político do serviço social. Para compreendermos melhor como se dá essa atuação, vamos avançar no desafio desta unidade, pois a primeira etapa foi cumprida com sucesso, mas agora Karina quer ir além. Antes de começar a elaboração do projeto, você precisa levantar questões relacionadas às organizações do terceiro setor e à questão da participação e do controle social.

Você sabe identificar ações de responsabilidade social? Quais são as configurações contemporâneas entre Estado e sociedade?

Você imagina como se articula a questão da participação e do controle social? Quais são os desafios, possibilidades e limites impostos às organizações do terceiro setor no Brasil? Esses são alguns questionamentos que precisam ser respondidos. Então vamos ajudar Karina a analisar todas essas situações. O seu desafio é ajudá-la a compor a dissertação.

Mãos à obra e bons estudos!

Não pode faltar

Você deve ter percebido que falamos algumas vezes que, no Brasil, a partir da década de 1990, ocorreu o desmonte do Estado na regulação de direitos sociais previstos, conquistados por meio de lutas e reivindicações da classe trabalhadora. Esse desmonte foi enfatizado com retrocesso de preceitos da Constituição Federal de 1988 e com alegação de que o Estado necessitava de uma reforma devido a sua burocracia, ineficiência e excesso de gastos na área social. Nesse contexto, implementaram-se as reformas do Estado e novas políticas para superar a crise do sistema capitalista. Ocorreram reformas tributárias, trabalhistas, fiscais e privatizações, além da redução de gastos do Estado para com a área social. É exatamente diante desse cenário que ocorre o crescimento do chamado terceiro setor na sociedade brasileira, conforme estamos vendo no decorrer desta disciplina.

Quando pensamos nas configurações contemporâneas entre Estado e sociedade, pode-se dizer que a expansão do sistema capitalista possibilitou ao Estado, historicamente em determinados momentos, sua retração, bem como sua intervenção, sendo assim, defendeu ora a classe dominante ora os dominados.

Para ter legitimidade em seu modelo político, o Estado buscou mediar, em alguns momentos, as reivindicações das classes subalternas pelo acesso aos mínimos básicos à sobrevivência e, em outros momentos, a defesa da manutenção do capital hegemônico.

Na medida em que se alteram as funções do Estado, verifica-se a desresponsabilização deste para com a sociedade, retratada pela diminuição de verbas destinadas às políticas sociais e pela transferência da responsabilidade social para a sociedade civil. Bravo e Correia (2012, p. 131) referem que diante da contrarreforma do Estado, sob a orientação do banco mundial:

A estratégia é a busca de parcerias com a sociedade para que esta assuma os custos da crise, repassando-se assim a responsabilidade pela prestação de serviços sociais de competência do Estado para Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, comunitárias, entre outras. Desta forma, o Estado reduz o seu papel de prestador direto dos serviços, reorientando sua intervenção como regulador e provedor financeiro.



Tal relação entre o Estado e a sociedade civil passa a ser utilizada como forma para modificar as lutas sociais contra a reforma do Estado, a reestruturação produtiva, a globalização, enquanto esse estabelece parcerias com as instituições do chamado ‘terceiro setor’ abrindo campo para a filantropia empresarial, que — conforme seu discurso — busca oferecer melhores condições de vida à população. Dessa forma, ideologicamente, as lutas de classe, surgidas no seio da sociedade civil, tornam-se atividades de ajuda mútua em parceria com o Estado e o empresariado.

O Estado brasileiro tem sido marcado, na história, pelo seu caráter privado, mas também tem sido questionado por meio dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores para que sua finalidade, quanto às políticas sociais, fosse ampliada, isso com maior intensidade na década de 1980, quando os movimentos sociais ampliaram sua participação e a influência no campo público. Foi a partir de tais reivindicações que foram criadas formas de controle social sobre os aparelhos de Estado. Os movimentos sociais e as lutas dos trabalhadores, de caráter organizativo e emancipador, tiveram uma razão de ser: controlar e influenciar as decisões referentes às necessidades essenciais e básicas dos sujeitos - como saúde, educação, habitação, entre outras -, assim como delas participar.

A respeito do controle social, as autoras Bravo e Correia (2012, p. 127) afirmam que “no Brasil, a expressão controle social tem sido utilizada como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais, desde o período da redemocratização dos anos de 1980”. Sobre o controle social, podemos pensar também que é a participação da população na gestão pública que garante aos cidadãos espaços para influenciar nas políticas públicas, além de possibilitar o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização das instituições públicas e Organizações Não Governamentais, visando assegurar os interesses da sociedade possibilitando que ocorra o controle social.



Assimile

Qual será o significado de CONTROLAR?

Controlar significa verificar se a realização de uma determinada atividade não se desvia dos objetivos ou das normas e dos

princípios que a regem. O significado do termo “controle social” é acompanhamento, fiscalização, concepção diretamente relacionada com o estado de direito, democracia, participação popular, partilha de decisões.

Para que exista o controle social, é necessário que a população tenha acesso às informações, transparência, vigilância dos órgãos públicos, planejamento das ações e poder de decisão, que são requisitos necessários para o controle, ou seja, a população deve exigir a transparência do uso de recursos públicos e a efetivação dos direitos sociais. Dessa forma, justifica-se a importância de constituir espaços democráticos na sociedade como mecanismos de controle social. Coincidente à necessidade de estabelecer espaços de controle social, surgem novos modos de controle popular sobre instituições do terceiro setor que acabam por assumir responsabilidades do Estado, aprofundando as formas do controle social.

Podemos dizer que o controle social corresponde a uma perspectiva de participação, de ação democrática, de instrumentalização de mobilizações e práticas que influenciem no plano decisório governamental, quanto ao planejamento e financiamento dos serviços públicos.



Pesquise mais

Assista ao vídeo: “O que é controle social?” e saiba mais sobre a importância de se existir o controle social institucionalizado nas cidades, como forma de garantir qualidade de vida a todos os cidadãos. Disponível em: < <https://youtu.be/Avdqg3Q3p1E>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Os espaços em que atualmente exercitamos o controle democrático e social são o tribunal de contas, os conselhos nacionais, estaduais e municipais de políticas, gestão e direitos sociais, os fóruns e as conferências, as instituições sociais, os ministérios públicos e a participação dos próprios usuários dos serviços sociais, dentre outros órgãos. De acordo com Gohn (2011, p. 356), “por meio dos conselhos, por exemplo, a sociedade civil exercita o direito de participar da gestão de diferentes políticas públicas, tendo a chance de exercer maior controle sobre o Estado”.

A respeito do exercício do controle social, Oliveira (1999, p. 39), citando a autora Raichelis (1998, p. 274), refere que

Podemos dizer que o controle social corresponde a uma perspectiva de participação, de ação democrática, de instrumentalização de mobilizações e práticas que influenciem no plano decisório governamental, quanto ao planejamento e financiamento dos serviços públicos.



[...] Conforme a autora indica, são grandes os limites impostos à participação e ao controle efetivo da sociedade civil, sobre as decisões políticas, de modo especial no que se refere às definições do conteúdo dessa política e ao financiamento e fiscalização da aplicação dos recursos públicos.



Pesquise mais

Para entender mais sobre o debate a respeito do controle social, leia a publicação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS que visou apresentar e socializar as reflexões feitas no Seminário Nacional “O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito”, promovido pelo CFESS, em setembro de 2008, na cidade de Brasília (DF). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/livrosite_seminariocontrolesocialCFESS-CRESS.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

É bom saber que a participação popular está prevista também na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na gestão da seguridade com participação dos trabalhadores e na gestão pública na área da saúde com participação da comunidade (BRASIL, 1988, atr. 194 e art. 198).

Ao conceituar participação, Gohn (2011b, p. 27) refere que “na abordagem marxista, o conceito de participação não é encontrado de forma isolada, mas sim articulado a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociais”. Nesse sentido, será por intermédio de lutas cotidianas em torno de situações objetivas que se poderá buscar garantir direitos sociais para as classes subalternas.

A proposta de controle social da política pública de assistência tem por objetivo, além da inserção da participação popular na gestão da política de assistência, a efetiva inclusão do usuário como

sujeito desse processo. É importante compreender também o papel das organizações e instituições do terceiro setor que assumem um caráter político em sua atuação, dedicando-se ao controle dos atos do governo e de seus agentes (inclusive as empresas privadas prestadoras de serviços públicos), com o objetivo de que as políticas públicas, em sua implementação, sejam direcionadas para satisfazer os interesses sociais coletivos que defendem.



Exemplificando

Como exemplo, podemos acompanhar as associações de consumidores, como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), que tem sua atuação legitimada com o Código de Defesa do Consumidor, que em conjunto com instrumentos de ação judicial se fortalecem com a mobilização de massas de consumidores com interesses comuns. Quando milhares (ou milhões) de consumidores são prejudicados pela conduta de uma mesma empresa ou de um mesmo órgão governamental, bastaria que se unissem em uma associação para que esta pudesse defendê-los coletivamente, com muito mais força política e conhecimento técnico do que teria cada consumidor individualmente.

Não obstante o contexto da reforma do Estado, que abriu espaço para que ocorresse o reconhecimento de um espaço público não estatal para o qual foram destinadas atividades e ações das empresas "socialmente responsáveis" e os "investimentos sociais" das fundações empresariais, faz-se necessário pensar na participação social, na democracia participativa, no controle social sobre o Estado e na realização de parcerias entre o Estado e a sociedade civil.

Vemos, então, a sociedade civil se articular para assumir um papel de responsabilidade social, utilizando-se de:

- Organizações da sociedade civil.
- Entidades sem fins lucrativos.
- Organizações de moradores.
- Fundações.
- Movimentos sociais, dentre outros.

Dessa forma, a sociedade civil assume atividades voltadas a

questões de prestação de serviços na educação, saúde, defesa dos direitos de grupos específicos da população, dentre outras áreas sociais.

Em sua atuação, também reúne diversas experiências de trabalho voluntário, em que cidadãos exprimem sua solidariedade por meio da doação de trabalho e tempo para causas sociais.

As empresas, preocupadas com os “problemas sociais” que afetam a maioria da população e atuando como “modernos agentes da sociedade”, buscam realizar investimentos sociais e estabelecer alianças estratégicas, por intermédio de suas fundações, em substituição às antigas formas de filantropia empresarial pautadas no financiamento a fundo perdido ou doação (AMARAL; CESAR, 2009, p. 13).

No Brasil, a ideia da “responsabilidade social” ganhou força nos anos 1990, no momento em que houve uma forte redução do papel do Estado, colocando-se a necessidade do setor empresarial colaborar para amenizar as questões sociais e melhorar sua imagem. Várias foram as vantagens institucionais e mercadológicas oferecidas pela adoção de projetos de caráter social, o que fez aumentar consideravelmente a participação das empresas em programas sociais. O assunto se destacou de maneira significativa e motivou a fundação, em 1998, do Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, a mais importante entidade brasileira voltada ao estudo do tema.

A responsabilidade social, segundo Atauri (2001, p. 20), refere-se em síntese a um comprometimento voluntário das empresas com seus diversos públicos. Portanto, não é suficiente estar em dia com seu aspecto legal e com o desempenho dos negócios que objetivam uma maior produtividade e lucratividade.

As empresas que investem em ações sociais se diferenciam na competitividade do mercado, e com a imagem valorizada, aumenta-se a motivação dos funcionários, recebe-se maior colaboração dos parceiros e também ganha-se mais prestígio diante do público consumidor.

A responsabilidade social empresarial é conceituada pelo Instituto Ethos (2004, p. 1) como:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.



Existem muitas críticas à atuação de algumas instituições do terceiro setor, sendo que tais questionamentos são, em sua grande parte, relacionados a financiamentos de agências estrangeiras que acabam por influenciar na missão das organizações e também no investimento do Estado, que algumas vezes acaba sendo designado para pagar o salário de profissionais; e os resultados alcançados por essas organizações, sob aspecto dos objetivos traçados, não são efetivos. É preciso compreender o fenômeno do terceiro setor na sua totalidade para superar alguns equívocos que ainda partem do senso comum.

Uma análise que cabe nesse contexto é que, com o avanço do terceiro setor, as políticas públicas se tornaram focalizadas, contrariando, dessa forma, o princípio da universalização dos direitos, reduzindo assim a quantidade, qualidade e variedade dos serviços prestados à sociedade. Assim, os atendimentos são baseados apenas nas necessidades pontuais e setorializadas, ou seja, a população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social passa a ser atendida de acordo com as prioridades das organizações inseridas na sua comunidade.



Refleta

Como você analisa a situação na qual percebe-se que cada vez mais as pessoas que dispuserem de condições financeiras de contratar os serviços de assistência, previdência e saúde na esfera privada terão melhores serviços e quem não dispuser dessas condições terá seu atendimento direcionado aos serviços disponíveis no Estado, diante da redução dos investimentos estatais nessas áreas?

Ao estudarmos sobre o terceiro setor, encontramos referências a ele como se tratando de atividades públicas, cujo papel é do Estado,

sendo desenvolvidas por empresas particulares, ou até mesmo por iniciativas particulares com um sentido público ou de função social com o objetivo de dar uma resposta às necessidades dos sujeitos sociais, procurando interligá-los às entidades e organizações que podem contribuir e participar da solução do problema.

Tais organizações, na maioria das vezes, prezam pelos valores de solidariedade voluntária, autoajuda, altruísmo, compaixão, sensibilidade para com os necessitados e compromisso com o bem-estar comum. Diante dessa realidade, o terceiro setor procura solucionar os problemas sociais, mesmo não possuindo qualquer qualificação para isso, nem mesmo acerca de que tipo de participação está sendo abordada. Diante desse contexto, nós, profissionais do serviços social, devemos nos posicionar com uma postura reflexiva sobre essa nova visão, no que se refere ao enfrentamento das questões sociais.

Agora, você pode analisar que existem muitos desafios relacionados à atuação em instituições do chamado terceiro setor como um todo, para que ele se estabeleça como referência no enfrentamento da questão social.

Perante as divergências conceituais, estudadas nesta disciplina, que abrangem o terceiro setor, bem como a atual conjuntura política, social e econômica que tem determinado o sucateamento das políticas públicas, sociais e econômicas, pode-se considerar que esse setor enfrenta ainda os seguintes desafios apresentados por Costa (2003), como:

- A necessidade de maior divulgação sobre o que ele é, como é formado, como se expressa no panorama nacional e na execução de ações de interesse público, sua vinculação com o Estado e com o setor privado etc.
- A busca de recursos financeiros mais estáveis para a sua sustentabilidade financeira, técnica e administrativa.
- Incentivo, mobilização e criação de condições para uma participação mais contextualizada e atual de voluntários, tanto na manutenção financeira das organizações que o compõem, quanto no gerenciamento delas e também na execução das atividades junto à população usuária.

Mesmo diante de um crescimento considerável visto em todo o mundo, o terceiro setor, ao depender de outras fontes de apoio

para a realização de suas ações, fontes essas que são incertas, expressa uma realidade de grande fragilidade na continuidade de suas realizações, denotando uma grande vulnerabilidade às ameaças externas.

Devemos apontar também alguns movimentos para organizar o terceiro setor, citando dentre eles a criação, em 1995, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, reunindo organizações de origem privada que financiavam ou executavam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, que de acordo com o próprio Grupo (2017, s.p.), se define como:

[...] uma rede sem fins lucrativos que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum. Seu objetivo é contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático, voltado para interesse público.



Nesse sentido, percebem-se alguns grupos reunidos em torno de uma missão na tentativa de promover o desenvolvimento sustentável no país.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo terceiro setor é a obtenção de recursos para que ele se consolide como um caminho viável e confiável para o enfrentamento da questão social, sem perder de vista, é claro, sua principal virtude: a eficiência, eficácia e efetividade na busca do bem comum.

Outros fatores limitantes para as organizações participantes do terceiro setor são a falta de estabilidade financeira; a estrutura organizacional precária e a dependência do apoio governamental sob a forma de subvenções organizacionais. Na maioria das vezes, são experiências vinculadas a um quadro territorial específico (um bairro, uma cidade, uma região) que tentam, por intermédio de suas práticas, enfrentar as problemáticas locais. Uma das alternativas que

vislumbram é procurar garantir fontes múltiplas de financiamento para diferentes ações, construindo parcerias para obter recursos públicos, de empresas, captações de doações de diferentes fontes de financiamento para a prestação de serviços. Em contrapartida, as fontes de financiamento relatam a falta de bons projetos para investirem, sendo comum afirmarem que os recursos não são totalmente utilizados.

Os desafios que se apresentam às organizações do terceiro setor não esgotam as possibilidades para uma atuação profissional comprometida, é necessário, porém, explorar a temática de forma crítica e com mais profundidade, pois tenho certeza de que você, como estudante do serviço social, poderá fazê-lo de forma objetiva levando em consideração as características das organizações da sociedade civil brasileira, vislumbrando metodologias de efetivo impacto social e outras potencialidades em relação ao terceiro setor.

Sem medo de errar

Olá, aluno!

Chegou a hora de auxiliar a assistente social Karina a levantar questões relacionadas às organizações do terceiro setor e à questão da participação e do controle social.

Lembre-se de que, para ajudá-la a compor a dissertação, você precisa responder alguns questionamentos. Você sabe identificar ações de responsabilidade social? Quais são as configurações contemporâneas entre Estado e sociedade?

Você imagina como se articula a questão da participação e do controle social? Quais são os desafios, as possibilidades e os limites impostos às organizações do terceiro setor no Brasil?

Para que Karina analise todas essas situações, vamos aos tópicos que vão ajudá-la a compor mais uma parte da sua dissertação.

Você deve apresentar sua análise crítica e expor as suas ideias, além de utilizar todo o seu conhecimento teórico para compor o seu texto. Só assim poderá entender a teoria que sustenta as ações práticas dentro da atuação profissional.

Pensando nas novas configurações entre Estado e sociedade, é possível analisar que o Estado buscou mediar, em alguns momentos,

as reivindicações das classes subalternas pelo acesso aos mínimos básicos à sobrevivência e, em outros momentos, a defesa da manutenção do capital hegemônico. Dessa forma, na medida em que se alteram as funções do Estado, verifica-se a desresponsabilização deste para com a sociedade, retratada pela diminuição de verbas destinadas às políticas sociais e pela transferência da responsabilidade social para a sociedade civil.

A proposta de controle social da política pública de assistência tem por objetivo, além da inserção da participação popular na gestão da política de assistência, a efetiva inclusão do usuário como sujeito desse processo.

De acordo com Bravo e Correia (2012, p. 127), "no Brasil, a expressão controle social tem sido utilizada como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais, desde o período da redemocratização dos anos de 1980".

Sobre a responsabilidade social é possível abordar que, no Brasil, essa ideia ganhou força nos anos 1990, no momento em que houve uma forte redução do papel do Estado, colocando-se a necessidade do setor empresarial colaborar para amenizar as questões sociais e melhorar sua imagem. Segundo Atauri (2001, p. 20), responsabilidade social refere-se, em síntese, a um comprometimento voluntário das empresas com seus diversos públicos. Portanto, não é suficiente estar em dia com seu aspecto legal e com o desempenho dos negócios que objetivam uma maior produtividade e lucratividade.

Alguns dos desafios que se apresentam às organizações do terceiro setor são:

- A necessidade de maior divulgação sobre o que ele é, como é formado, como se expressa no panorama nacional e na execução de ações de interesse público, sua vinculação com o Estado e com o setor privado etc.
- A busca de recursos financeiros mais estáveis para a sua sustentabilidade financeira, técnica e administrativa.
- Incentivo, mobilização e criação de condições para uma participação mais contextualizada e atual de voluntários, tanto na manutenção financeira das organizações que o compõem quanto no gerenciamento delas e também na execução das atividades junto à população usuária.

Na vida profissional como na vida pessoal, realizamos determinadas ações para a realização de nossos objetivos, que podem ser antecedidos de reflexões e conhecimentos de experiências coletivas em diferentes momentos e situações. Sendo assim, você já possui muito conhecimento para elaborar suas conclusões sobre os assuntos que envolvem sua futura profissão.

Bom trabalho!

Avançando na prática

Trabalho com famílias na APAE

Descrição da situação-problema

A APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que promove o diagnóstico, a prevenção e a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, produzindo e difundindo conhecimento. Ela tem como missão promover ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento junto a instituições nacionais e internacionais para melhoria da qualidade dos serviços prestados que levem à inclusão social dos seus usuários.

A assistente social Vivian, dentre outras atividades, realiza um seminário de orientação familiar e verificou, por meio do acompanhamento que realiza junto aos alunos, que algumas das famílias não desejam as mudanças orientadas na APAE, insistindo na manutenção de uma situação de dependência das instituições sociais. Em uma situação assim, que ações o assistente social pode desenvolver para incentivar a maior participação da família e proporcionar maior independência ao aluno, bem como a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade?

Resolução da situação-problema

O serviço social na APAE tem algumas possibilidades de atuação, tanto dentro da sala com os alunos como nas visitas domiciliares, nas visitas nas escolas, na construção de projetos de acompanhamento dos alunos em questões relacionadas à saúde e na mediação família/escola. Sua atuação pode ser realizada com a elaboração de diagnóstico social, orientação familiar, acompanhamento clínico,

orientação sobre Benefício de Prestação Continuada (BPC), a realização de oficinas profissionalizantes, de projetos para a inserção das pessoas com necessidades especiais na sociedade: escola e profissão, de visitas domiciliares e de atendimento individual e coletivo.

A postura da assistente social em sua intervenção profissional deve ser coerente com todos os princípios do Código de Ética do Serviço Social, de acordo com uma ética definida coletivamente pelo princípio da equidade, contra a discriminação e os preconceitos e assentada no convívio humano sobre o respeito, a dignidade e a liberdade. Nas situações referidas, como as de famílias que apresentam dificuldades em implantar as orientações dadas pela equipe de profissionais da instituição, existem algumas possibilidades de atuação, a depender da metodologia adotada pela profissional da instituição. Destaca-se que a atuação deve assegurar que todos os membros daquela família são aptos e capazes de fazer suas próprias escolhas e de encontrar novas e diferentes formas de auto-organização, renovação e emancipação para fazer suas próprias histórias de vida.

A assistente social deve atuar junto às famílias com o objetivo de estimular que elas adquiram maior compreensão das dificuldades de seu filho e conseqüentemente melhorem a sua convivência familiar. Uma das atividades que a assistente social pode executar é a realização de trabalhos que busquem minimizar as dificuldades do usuário e sua família, procurando parceria na comunidade para a melhoria das condições da instituição.

Faça valer a pena

1. Na medida em que se alteram as funções do Estado, verifica-se a desresponsabilização deste para com a sociedade, retratada pela diminuição de verbas destinadas às políticas sociais e pela transferência da responsabilidade social para a sociedade civil.

Tal relação entre Estado e sociedade civil passa a ser utilizada como:

- (i) direcionamento de políticas públicas de forma a minimizar e mitigar a reestruturação produtiva diante das lutas de classes sociais.
- (ii) o estado estabelecendo parcerias direcionadas somente a ONGs que estabeleçam sedes nos entornos das grandes metrópoles.
- (iii) forma para modificar as lutas sociais contra a reforma do Estado, a reestruturação produtiva e a globalização.

(iv) o Estado estabelece parcerias com as instituições do chamado 'terceiro setor' abrindo campo para a filantropia empresarial que, conforme o seu discurso, busca oferecer melhores condições de vida à população.

De acordo com o texto apresentado acima, assinale a alternativa correta.

- a) A afirmativa (iii) está correta e as afirmativas (iii) e (iv) estão incorretas.
- b) As afirmativas (iii) e (iv) estão corretas, sendo que a afirmativa (iv) complementa a afirmativa (iii).
- c) A afirmativa (iv) está incorreta e a afirmativa (ii) está correta.
- d) As afirmativas (i), (ii) e (iii) estão corretas.
- e) Somente a afirmativa (i) está correta.

2. A ideia do controle social não é nova, posto que a sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público sobre sua administração. Os indivíduos no exercício da cidadania podem contestar as desigualdades inerentes ao sistema capitalista, utilizando-se também dos espaços de controle social.

De acordo com o texto acima, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de controlar aplicado à ideia de controle social.

- a) Verificar e controlar se o Estado cumpre com os valores aportados para as ONGs, no intuito de garantir a hegemonia do capital.
- b) Verificar se as metas do Estado, relativas à assistência e às políticas públicas, são atendidas pela Lei de Responsabilidade Social.
- c) Verificar se o Estado controla as ONGs, no intuito de garantir que estas utilizem os recursos exclusivamente para folha de pessoal.
- d) Verificar se a realização de uma determinada atividade não se desvia dos objetivos ou das normas e dos princípios que a regem.
- e) Verificar se apenas as atividades das ONGs priorizadas pelo Estado estão sendo desenvolvidas.

3. No Brasil, a ideia da "responsabilidade social" ganhou força nos anos 1990, no momento em que houve uma forte redução do papel do Estado, colocando-se a necessidade do setor empresarial colaborar para amenizar as questões sociais e melhorar sua imagem. Várias foram as vantagens institucionais e mercadológicas oferecidas pela adoção de projetos de caráter social, o que fez aumentar consideravelmente a participação das empresas em programas sociais.

Assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso.

Sobre "responsabilidade social empresarial", de acordo com o Instituto Ethos, podemos dizer que:

- () É uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos.
- () Se relaciona pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade.
- () Segue a Lei de Responsabilidade Social e Financeira estabelecida pelos ministérios da Educação e Cultura conforme constituição de 1998.
- () Preserva recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.

- a) V-V-V-F.
- b) F-F-V-V.
- c) F-F-F-V.
- d) V-V-F-V.
- e) V-F-F-V.

Seção 2.3

O rebatimento dos princípios e das diretrizes das políticas sociais na gestão das organizações do terceiro setor

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Você deve estar acompanhando em nossa disciplina que na medida que o Estado procura realizar o atendimento a necessidades sociais básicas da população — por meio de garantias sociais e de ações relativas à assistência social, saúde, educação, segurança etc. —, percebemos a necessidade da implementação e da efetivação da política social de sua parte. A política social é própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas de ação e controle sobre necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção, sendo, então, a efetivação da mediação entre as necessidades do capital e da manutenção da força de trabalho disponível. Surgem em meio a esse embate as expressões das questões sociais, objeto de estudo e intervenção do serviço social. Como vimos, na medida que o estado não atende às demandas sociais, abre espaço para que a sociedade civil atue no enfrentamento das questões sociais por meio, também, da implementação de políticas públicas sociais. Agora chegou o momento de falarmos mais especificamente da organização das políticas sociais e da nova esfera pública e de ajudar Karina a entender melhor sobre a gestão das políticas sociais e o terceiro setor. Você já parou para pensar quais são as características dessa nova esfera pública? Com essa nova configuração, como são organizadas as políticas sociais e como são viabilizadas pelo terceiro setor? Diante de tais questões, como pode ocorrer a participação e o controle social no e do terceiro setor? Como o cidadão pode monitorar e fiscalizar se as políticas estão sendo direcionadas? São muitas questões e você, aluno, é o responsável por levantar todos esses dados e ajudar Karina a esclarecer cada um desses pontos para que o projeto saia da forma como ela está pensando. Lembre-se de que estamos estruturando o pensamento e entendendo o funcionamento de tudo antes do

projeto, essa é a nossa missão aqui. Então empenhe-se e pesquise tudo sobre o setor para compor a parte final da dissertação. É preciso um conhecimento detalhado dos mecanismos envolvidos para se ter uma prática embasada e de acordo com o projeto ético da categoria profissional do serviço social, não é mesmo? Tenho certeza de que você está antenado com isso, certo? Então, bons estudos.

Não pode faltar

É importante se atentar para o fato de que todos os assistentes sociais atuam com políticas sociais e devem possuir a capacidade de promover a leitura da realidade social como um todo, no que envolve Estado, comunidade, sociedade civil e empresas, pois todos são atores sociais em um mesmo projeto. Pode-se dizer que são os *stakeholders* necessários à execução de ações na área social. É importante que o profissional assistente social tenha efetiva participação na gestão de políticas sociais, seja articulador com todas as entidades e atores sociais envolvidos e que compartilhem dos princípios de luta das classes subalternas por mudanças e transformações sociais.



Vocabulário

O *stakeholder* é uma pessoa, ou grupo, que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e nos resultados dessa mesma organização. Dessa forma, um *stakeholder* pode ser afetado positiva ou negativamente, dependendo das suas políticas e da forma de atuação.

Alguns exemplos de *stakeholder* de uma empresa podem ser os seus funcionários, gestores, gerentes, proprietários, fornecedores, concorrentes, clientes, credores, sindicatos, o Estado, ONGs e diversas outras pessoas ou empresas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto.

Significados. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/stakeholder/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

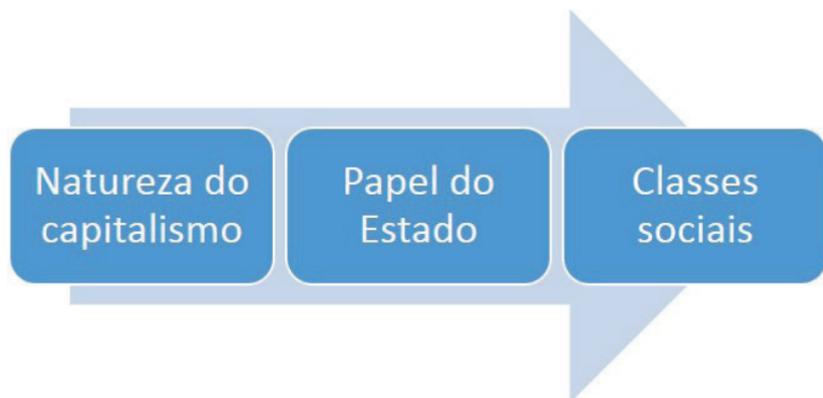
Diante disso, vamos entender e contextualizar algumas políticas sociais para adentrarmos a gestão das políticas e o terceiro setor.

Vale ressaltar aqui que as contribuições marxistas para a política social se inserem com o seu surgimento, principalmente na acumulação do capital e da luta de classes. O papel do Estado na política social move-se pela análise unilateral, ou seja, atua a partir do momento em que surgem necessidades da sociedade e em situações extremas, quando ocorre luta e pressão da classe trabalhadora. No enfoque da economia, serve para redução de custos e elevação da produtividade. No enfoque da política, políticas sociais são mecanismos de legitimação da ordem capitalista.

Dessa forma, as políticas sociais não podem ser analisadas no imediato como um fato isolado, mas sim por meio de situações contraditórias da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência.

Historicamente, as políticas sociais surgem para subsidiar os trabalhadores no campo da proteção social, que é promovida pelo Estado para 'amenizar' as disparidades trazidas pelo capital.

Figura 2.2 | Contribuição marxista na análise do processo social



Fonte: elaborada pela autora.

Ao verificarmos as situações da realidade, entendemos que no contexto político o Estado deve abordar questões relativas às políticas sociais e econômicas, aos investimentos sociais, aos direitos sociais, à abrangência de políticas sociais, à geração de emprego e renda, aos movimentos sociais, aos direitos trabalhistas, dentre outros.

A análise do processo social é essencial para o aprimoramento do conhecimento das causas e dos efeitos das políticas sociais,

em que os fatos sociais, ao serem analisados, levam a conclusões importantes nas perspectivas de conceitos idealistas, marxistas, entre outros. A contribuição marxista abrange análises de políticas sociais, a contar do capitalismo, das classes sociais e do Estado. Foi a partir da Revolução Industrial que cresceram os movimentos em busca de melhorias, as chamadas lutas de classe. Em sociedades industriais, o Estado liberal, com intervenções mínimas, estabelece uma nova organização social com base no trabalho livre e competitivo e no mercado, deixando de lado a pouca proteção social registrada por legislações anteriores, submetendo o trabalho ao capital e criando uma situação de extrema pobreza.

As ideias dos economistas da época levaram o capitalismo a sua globalização e, com isso, a uma ascensão da sociedade. Ao obter conhecimentos dos conceitos capitalistas e liberais e contextualizar as lutas da classe trabalhadora, é possível entender a origem das políticas sociais.

Foi a partir de várias lutas que a classe operária conseguiu fundamentar novas políticas sociais e a criação de padrões de proteção social, ampliando os direitos civis para garantir a propriedade privada, o direito à vida e à segurança. Mesmo assim, até o final do século XIX, a resposta do Estado liberal às demandas dos trabalhadores continuou sendo repressiva, restritiva e superficial, sem resolver problemas relacionados à questão social que surgiu diante da exploração capitalista.

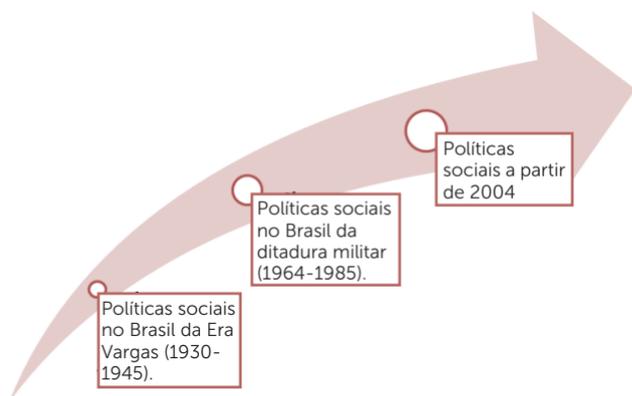


Pesquise mais

Para entender mais sobre políticas sociais, leia o texto de Elaine Rossetti Behring, **Fundamentos de Política Social**, em uma versão revista do trabalho publicado em 2000 sob o título Abordagens da Política Social e da Cidadania, no Módulo 3 – Política Social – do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais – Capacitação em Serviço Social e Política Social, promovida pelo CFESS e ABEPSS, com o suporte técnico do CEAD/UnB e institucional do Departamento de Serviço Social da UnB. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

Em se tratando de políticas sociais, verifica-se que foi a partir de 1930 com as lutas sindicais que foram pensadas legislações para garantir direitos aos trabalhadores com a proposição também de direitos previdenciários conforme demonstrado na Figura 2.3.

Figura 2.3 | Políticas sociais



Fonte: elaborada pela autora.

Para que possamos contextualizar políticas sociais, organizamos as figuras a seguir para você acompanhar as fases em que se constituíram as políticas públicas sociais.

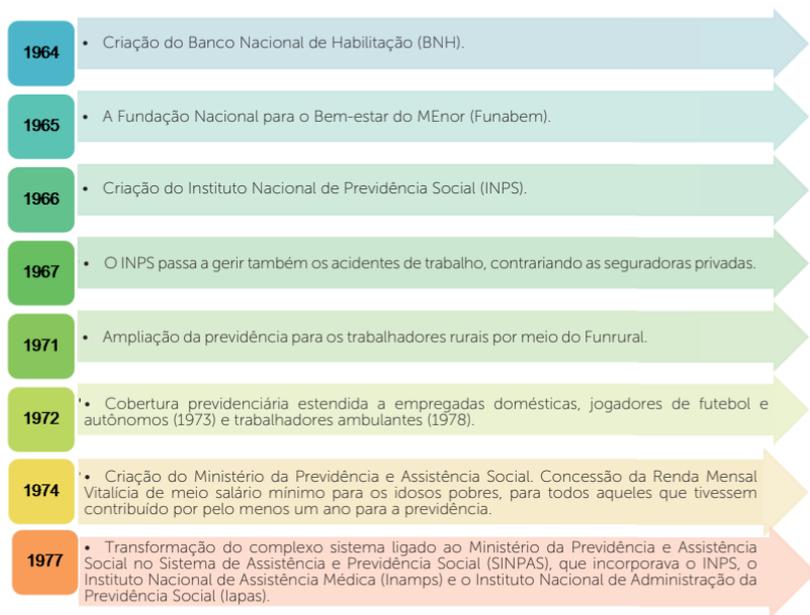
Figura 2.4 | Políticas sociais no Brasil da Era Vargas (1930-1945)



Fonte: adaptado de Behring e Boschetti (2011, p. 103-111).

Observe que na década de 1930, quando Vargas passou a ser conhecido como “pai dos pobres” por fundar uma nova definição dos direitos em leis e práticas que persistem até hoje, foram obtidos alguns ganhos pelos trabalhadores conforme referido na Figura 2.4. Sendo que o Ministério do Trabalho foi um avanço na garantia e na defesa de direitos para os operários que enfrentavam condições, por diversas vezes, precárias e subumanas de atuação. É evidente que nessa conjuntura a atuação do governo tem o objetivo de manter o poder e o controle sobre a sociedade.

Figura 2.5 | Políticas sociais no Brasil da ditadura militar (1964-1985)



Fonte: adaptado de Behring e Boschetti (2011, p. 103- 111).

No período da ditadura militar no Brasil, pós-1964, conforme mostrado na imagem, viveu-se um momento de grande expansão econômica, que foi chamado de Milagre Brasileiro. Posteriormente, com o estrangulamento da economia a nível mundial, esse processo retrocedeu, dando início a movimentos para a democratização brasileira.

Foi um período em que as políticas sociais brasileiras também tiveram grandes avanços na sua estrutura, com a criação do

Ministério da Previdência e Assistência Social e a criação de órgãos como a CEME, Dataprev, entre outros.

Como você já teve um panorama a respeito da constituição de políticas públicas e sociais, agora você verá que foi a partir da Constituição de 1988 que foi possível ter um controle mais democrático na política social, com a inserção de conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos no Brasil. Esse é um mecanismo de integração da sociedade no processo de construção e de aprimoramento do Estado brasileiro.



Refleta

Como as transformações sociais, políticas e econômicas podem influenciar a construção das políticas sociais? Você se lembra de reivindicações que influenciaram a criação de políticas públicas?

A década de 1980, marcada pela Constituição de 1988, apresenta direitos sociais para os cidadãos. Nesse sentido, a redemocratização e a formulação da constituinte passam a fazer parte do debate teórico-metodológico crítico entre os assistentes sociais, que dialogam a partir da perspectiva marxista envidando esforços para superar a desigualdade social.

Após a década perdida, a redemocratização, no enfoque econômico, não deixou que as lutas sociais continuassem. O Brasil passou por dificuldades com o processo inflacionário, como outros tantos países do terceiro mundo.

Na atualidade, ouvimos sobre a sociedade civil organizada como tendo a responsabilidade de reconhecer-se como agente histórico da transformação. Porém, somente com o amadurecimento da cidadania e transcendendo a esfera privada para engajar-se em movimentos que lutam por interesses coletivos, é que esse reconhecimento será possível. Do contrário, o *status* político de cidadão apenas procurará garantir a igualdade de todos diante do Estado, o que não significará uma garantia de igualdade social (MARSHALL, 1967).

Diante desses contextos diversos, a gestão pública necessita da participação social em torno das discussões que a cercam. Sendo assim, o aprofundamento da socialização da política e da radicalização democrática no Brasil envolveu sua participação em três sentidos:

- A participação social promove transparência na deliberação e na visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório.
- A participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas.
- A sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na esfera e no alargamento de direitos, sendo capaz de executá-las no interesse público.

A participação social tem um papel relevante sobre as expressões de demandas sociais, como em relação à democratização da gestão e à execução de políticas sociais.

A consolidação da democracia no Brasil passou por uma insistente vontade política para a construção de uma esfera pública nacional, soberana, consistente e viável, e os conselhos foram fundamentais para construir esse processo. Os conselhos gestores de políticas públicas, como instrumentos de controle público, exercem um rol de ações de natureza sócio-política e técnico-operativa, objetivando exercer influências sobre as ações governamentais.

As contradições do capitalismo geraram ao mesmo tempo novos problemas sociais e novas possibilidades de melhoria de sua situação de vida, inclusive por meio de políticas implementadas pelo governo, com ou sem apoio do setor privado ou das Organizações Não Governamentais.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), após 2004, traz avanços para a assistência social no Brasil, procurando descentralizar e ampliar a participação da população, regionalizando e fortalecendo as proposições da LOAS/93 (Lei Orgânica da Assistência Social) quanto à articulação entre planos, fundos e conselhos. Por outro lado, o foco nas famílias em situação de risco e vulnerabilidade, bem como a perspectiva protecionista dessa nova concepção de assistência social superdimensionada, pode trazer algumas armadilhas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

De acordo com a LOAS (1993) art. 5º, inciso III, e com a PNAS/2004 (Política Nacional de Assistência Social), o Estado tem prioridade e dever de conduzir, nas diferentes esferas do governo, as políticas de assistência social.

Tivemos também nos últimos anos ações voltadas para o avanço de organizações do terceiro setor como agentes de bem-estar, substituindo e desresponsabilizando o governo na gestão de políticas públicas, o que, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 163), representa um retrocesso, uma refilantropização das políticas sociais, que apenas reforçaria uma “descentralização destrutiva”, práticas de clientelismo e favores.



Exemplificando

Os assistentes sociais são os agentes críticos que ousam defender os direitos e as políticas sociais em meio a uma sociedade orientada para o individualismo e o consumismo. Nesse sentido, devem lutar para que seja legitimada em nossa sociedade a concepção de cidadania presente no projeto ético-político do serviço social, que pressupõe os princípios da:

- Universalização do acesso aos direitos, com superação da lógica contratualista do seguro social que ainda marca a previdência.
- Qualificação legal e legitimação das políticas sociais como direito.
- Orçamento redistributivo, com ênfase na contribuição de empregadores e no orçamento fiscal.
- Estruturação radicalmente democrática, descentralizada e participativa (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 196).

No nível institucional, também vemos uma fragmentação dos serviços em ministérios independentes desarticulados, tendo cada um sua reserva orçamentária e seus conselhos e decisões. As políticas de saúde, previdência e assistência social desperdiçam muito dinheiro e se perdem em um aparato burocrático que excluem os trabalhadores das decisões referentes à gestão das políticas.

A autora Aldaiza Sposati (1999, p. 10 apud LOPES, 2004, s.p.), ao referir que políticas sociais expressam o empenho da sociedade ao afirmar um patamar de civilidade, conclui o seguinte:



[...] Então, quando discutimos política social, temos que sair dessa visão corriqueira de só olhar qual é o programa,

o que está sendo feito imediatamente, mas entender que por trás daquela ação está em questão um padrão de civilidade que esta sociedade está construindo. Por que civilidade? Por conta de um respeito à dignidade humana, por conta de assegurar um dado padrão de dignidade humana ao coletivo de cidadãos de uma sociedade.

Conforme chama à atenção a autora, ao se discutir política social, é preciso ir além explorando a questão sob todos os aspectos e, principalmente, pelo respeito à dignidade humana.



Assimile

As demandas por proteção social e por igualdade organizam-se de forma diferenciada em cada sociedade e interagem em função de sua dinâmica econômica e social e da forma de organização e legitimação de seu sistema político.

Agora que vimos um pouco a questão das políticas públicas e sociais, é importante que você conheça também aspectos da gestão social, que implica em gerir demandas do cotidiano apresentadas pelas famílias em determinados territórios, sendo assim, políticas sociais, bem como programas e projetos, culminam na resposta para as questões sociais e as necessidades da comunidade. A gestão de políticas sociais era de competência apenas do Estado, porém, com o avanço do terceiro setor, um novo ator é introduzido nesse processo e a discussão assume outra dinâmica.

O autor Carlos Montaña (1999, p. 72-73), ao referir-se sobre políticas sociais promovidas no 'terceiro setor', atenta que

[...] tendem a multifragmentação do trato da 'questão social', pois além da sua setorialização genética, elas são agora fragmentadas, dada à pequena área de abrangência das organizações deste setor em microespaços [...] O chamado 'terceiro setor' mal poderia compensar, em quantidade, qualidade, variedade e abarcabilidade, as políticas sociais e assistenciais abandonadas pelo Estado, [...].



Encontramos assim várias discrepâncias, em que fica evidente a solução para as questões sociais com a participação social, mas isso é aparente, pois sob um olhar crítico, essa solução é de certa forma ideológica na medida que, como refere Carlos Montañó, as políticas sociais passariam por uma setorização da realidade (que não existe) e, também, por um pensar autonomamente o Estado apenas na esfera política de âmbito público; o mercado na esfera econômica atrelado ao setor privado; e a sociedade civil na esfera social articulando o público e o privado por meio de parcerias.

Não existe um modelo de gestão social para instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, dessa forma, o planejamento deve ser um processo contínuo, dinâmico e de tomada de decisões.

Lopes (2004) refere que gerir políticas sociais é mais que governar e satisfazer as necessidades públicas, é também aderir ao projeto de instituição de uma esfera pública. Trazendo a citação de Raichelis (1998, p. 78 apud LOPES, 2004, s.p.):



A constituição da esfera pública é parte integrante do processo de democratização da vida social, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, de forma a inscrever os interesses das maiorias nos processos de decisão política. É um movimento que pretende conferir níveis crescentes de publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, no sentido da criação de uma nova ordem democrática valorizadora da universalização dos direitos de cidadania. [...] Os caminhos de formação dessa esfera comum são construídos pelo discurso e pela ação dos sujeitos sociais que, estabelecendo uma interlocução pública, possam deliberar em conjunto as questões que dizem respeito a um destino coletivo.

Ao tratar historicamente da mudança estrutural pela qual vem passando a esfera pública desde a polis grega até a sociedade moderna, Habermas (2003) analisa também historicamente as categorias “público”, “privado” e “esfera pública” e considera que são chamados “públicos” certos eventos acessíveis a qualquer um, o mesmo ocorre ao referir-se a locais públicos. Quando se trata de “prédios públicos”, o sentido não é de acesso livre, mas que tais prédios abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos, pois fazem referência à coletividade. “O Estado é o poder público”

e deve este atributo ao intuito de promover o “bem público”, bens comuns a todos os cidadãos (HABERMAS, 2003, p. 14).

A relação entre o poder público e o terceiro setor passou a ser destaque na administração pública em função das restrições impostas pela lei de responsabilidade fiscal, lei de licitação e lei orçamentária. A dificuldade é o não entendimento da questão da cidadania e da gestão dos serviços públicos sociais voltados para os interesses da comunidade, bem como o desconhecimento e o despreparo dos responsáveis pelas ações sociais no âmbito da administração pública. Outro agravante é a falta de leis estaduais e municipais, bem como a fragilidade de mecanismos de controle para orientação e fiscalização das ações e da aplicação dos recursos. Isso denota que para se obter maior eficiência na participação do terceiro setor na administração pública é preciso criar normas com transparência.

Vemos que organizações privadas e autônomas voltadas para o interesse coletivo compartilham com o Estado a gestão das ações sociais que se referem à prestação de serviços. O Estado, independentemente do nível de governo, transferindo seu poder sobre as políticas sociais, cria parcerias e alianças com as organizações do denominado terceiro setor para realizar suas competências.

Dessa forma, as organizações sem fins lucrativos passam a integrar um movimento de articulação em rede com outros organismos estatais e privados, privilegiando a ação intersetorial, que visa à elaboração de respostas às demandas e questões sociais.

Os representantes da sociedade civil participantes nas estruturas e nos processos de institucionalização das políticas na esfera pública são diversos e pertencem a múltiplas formas de redes de organizações. Alguns autores ainda os denominam como representantes de movimentos sociais.

A categoria dos assistentes sociais teve uma participação muito importante na construção e na defesa dos direitos dos cidadãos no Brasil. A concepção de direitos e cidadania contida no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS conforma o projeto ético-político e profissional e configura-se como hegemônica, orientando a atuação do serviço social tanto na formação como na prática profissional para atuar em diversos espaços sócio-ocupacionais trazendo a perspectiva de direitos do cidadão. Portanto, é importante conhecer

as questões relacionadas ao terceiro setor, a gestão de políticas sociais, a participação de controle social, dentre outros, pois assim você, ao investigar tais situações, ampliará e muito o seu arcabouço teórico-metodológico para uma futura atuação comprometida com o projeto ético-político do serviço social.

Sem medo de errar

Olá, aluno!

Chegou a hora de ajudar a assistente social Karina a entender melhor sobre a gestão das políticas sociais e o terceiro setor, bem como a participação e o controle social. Então, você se empenhou na sua pesquisa sobre o terceiro setor para compor a parte final da dissertação para a Karina.

Para solucionar essa questão e elaborar seu texto, é preciso um conhecimento detalhado dos mecanismos envolvidos, para se ter uma prática embasada e de acordo com o projeto ético da categoria profissional do serviço social, não é mesmo?

Você pode partir de vários embasamentos teóricos para construir seu texto fechando a última etapa da dissertação, porém, faremos algumas sugestões de tópicos que você poderá dissertar a respeito:

- Foi a partir de várias lutas que a classe operária conseguiu fundamentar novas políticas sociais e a criação de padrões de proteção social, ampliando os direitos civis para garantir a propriedade privada e o direito à vida e à segurança.

- O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir de 2004, trouxe avanços para a assistência social no Brasil, procurando descentralizar e ampliar a participação da população, regionalizando e fortalecendo as proposições da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) quanto à articulação entre planos, fundos e conselhos.

- O aprofundamento da socialização da política e da radicalização democrática no Brasil envolveu a participação em três sentidos:

- A participação social promove transparência na deliberação e na visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório.
- A participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas.

- A sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na esfera e no alargamento de direitos, sendo capaz de executá-las no interesse público.

- A configuração que a modernização do terceiro setor adquire diante da incorporação da participação popular, do controle social sobre a gestão estatal e da descentralização das políticas públicas deve ser alvo de uma investigação bem detalhada.

- A relação entre o poder público e o terceiro setor passou a ser destaque na administração pública em função das restrições impostas pela lei de responsabilidade fiscal, lei de licitação e lei orçamentária.

- Organizações privadas e autônomas voltadas para o interesse coletivo compartilham com o Estado a gestão das ações sociais que se referem à prestação de serviços. O Estado, independentemente do nível de governo, transferindo seu poder sobre as políticas sociais, cria parcerias e alianças com as organizações do denominado terceiro setor para realizar suas competências.

Caro aluno, esses são alguns caminhos que você pode escolher para dissertar, elaborando um texto final sobre a questão da organização das políticas sociais e o terceiro setor. Disponibilizamos em nosso texto algumas figuras que apresentam políticas públicas e sociais em vários períodos no Brasil, finalizando com a PNAS e a LOAS, que você pode aprofundar e utilizar sua criatividade para elaborar uma argumentação crítica que explore todos os contextos apresentados nesta disciplina.

Bons estudos!

Avançando na prática

Experiência de uma associação de pais

Descrição da situação-problema

A Associação de Pais e Amigos do CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes), registrada como entidade da sociedade civil, sem fins econômicos e com sede na cidade de Sousa, surgiu com uma proposta de ampliar a atuação do serviço, oferecendo suporte aos aspectos relacionados à melhoria dos serviços prestados por meio da efetivação de parcerias, garantindo, dessa forma, auxílios financeiros e assistenciais. A iniciativa contribuiu

para uma mobilização que tem desafiado os associados a repensar o protagonismo social e a importância da participação política no cenário das políticas sociais de saúde. Nesse contexto, qual a importância dos mecanismos de controle social?

Resolução da situação-problema

Existem algumas possibilidades para solucionar essa questão. Vamos relacionar uma das possibilidades. A Associação de Pais e Amigos do CAPSi surgiu a fim de construir um diálogo entre setor público e sociedade civil, nesse caso, mais especificamente, entre Gestão Pública Municipal de Saúde Mental e Pais e Amigos dos Usuários do Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes do Município. Uma das questões que você deve observar é que na política de saúde, a Lei nº 8.142/90 vem para garantir a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, por meio da prática do controle social, com o objetivo de deliberar e de fiscalizar questões referentes à política pública de saúde. Dessa forma, você pode verificar que, neste caso, por intermédio sua atuação, a associação mobiliza os responsáveis pelos usuários em tratamento para participarem ativamente das diferentes formas de controle social. Perceba que o reconhecimento dos usuários como atores sociais é um dos aspectos importantes que podem ser conquistados pela associação. Nesse sentido, é importante que os profissionais, a comunidade, a sociedade e todos os atores envolvidos busquem por mecanismos de fiscalização para que os direitos dos cidadãos possam ser garantidos.

Faça valer a pena

1. Leia o texto atentamente e complete as lacunas da sentença a seguir: A partir de 2004, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) traz avanços para a _____ no Brasil, procurando _____ e ampliar a(o) _____ da população, regionalizando e fortalecendo as proposições da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) quanto à _____ entre planos, fundos e conselhos.

Assinale a alternativa cujas palavras completam corretamente as lacunas do texto-base.

- a) Política, centralizar ações, participação, articulação.
- b) Assistência social, descentralizar, participação, articulação.
- c) Política, centralizar decisões, participação, desarticulação.
- d) Assistência social, centralização, controle, articulação.
- e) Governança, descentralizar, associação, desarticulação.

2. A gestão pública necessita da participação da sociedade em torno das discussões que a cercam. Sendo assim, o aprofundamento da socialização da política e da radicalização democrática no Brasil envolveu a participação social para:

De acordo com as questões a seguir, assinale a alternativa que apresenta corretamente a sequência de (V) para verdadeira e (F) para falso.

() promover transparência na deliberação e na visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório.

() permitir maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas.

() expressar a grande expansão econômica e a legitimação da ordem capitalista por meio das decisões, exclusivamente, da classe dominante.

- a) V, V, F.
- b) V, F, V.
- c) V, V, V.
- d) F, F, F.
- e) F, F, V.

3. Leia as asserções a seguir:

I - A constituição da esfera pública é parte integrante do processo de democratização da vida social pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, de forma a inscrever os interesses das maiorias nos processos de decisão política

PORQUE

II- É um movimento que pretende conferir níveis crescentes de publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, no sentido da criação de uma nova ordem democrática valorizadora da universalização dos direitos de cidadania.

Analisando a relação proposta entre as duas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras e a segunda é um complemento correto da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) As duas asserções são proposições falsas.

Referências

- ABONG. **Quem somos**. Disponível em: <http://abong.org.br/quem_somos.php>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- AMAME. **O que é controle social?** 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/Avdqq3Q3p1E>>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- AMARAL, A. S.; C. M. J. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ASHLEY, Patrícia Almeida et al. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003. 205 p.
- ATAURI, Ilda Chicalé. **As novas formas de gestão empresarial e o serviço social organizacional na administração da capacitação humana**. São Paulo, 2001. 50 p.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.
- _____. IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>>. Acesso em: 9 out. 2017.
- _____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 28 out. 2017.
- _____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoesoficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2017.
- BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, nº 109, p. 126-150, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CFESS. **Seminário Nacional O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/livrosite_seminariocontrolesocialCFESS-CRESS.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

COSTA, S. F. Gestão de pessoas no terceiro setor. **Revista Integração** (eletrônica), CETS/FGV-SP, nov. 2003.

GIFE. **Quem somos**. Disponível em: <<https://gife.org.br/quem-somos-gife/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011b. (Questões da nossa época, v. 32).

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 nº 47 maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, nº 3, 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO Ethos. **As metas do milênio e os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

LOPES, José Rogério. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 57-66, set. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300007>. Acesso em: 28 out. 2017.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MONTAÑO, Carlos. Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 59, p. 47-79, mar. 1999.

_____. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Lilian. Parceria entre estado e terceiro setor: uma alternativa no enfrentamento das questões sociais. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, nº 1, p. 277-299, 2009. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/126/168>>. Acesso em: 8 out. 2017.

O QUE é *stakeholder*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/stakeholder/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social em debate"**: 17 questões da nossa época. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. PERONI, V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POLÍTICA Nacional de Assistência Social - PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, nº 3, 2001.

Gestão de organizações do terceiro setor

Convite ao estudo

Olá, aluno! Como você está por dentro da temática a respeito do terceiro setor, vamos estudar um pouco sobre a gestão nas organizações do terceiro setor: instrumentos e ferramentas; a gestão de pessoas nas organizações do terceiro setor; e conhecer um pouco sobre a questão do marketing institucional e a captação de recursos.

Existe uma tendência de crescimento das funções do serviço social para o plano de gerência de programas sociais, e isso exige que o assistente social que tenha um vasto conhecimento das legislações sociais; análise de conjuntura e relações de poder; diagnóstico social e indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações levantadas, para poder estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação. São solicitados, ainda, a leitura dos orçamentos públicos e o domínio de captação de recursos, e exige-se o domínio dos processos de planejamento e a competência na gestão e avaliação de programas e projetos sociais. Sabendo disso, Ana Carolina, assistente social, se especializou bastante nestas temáticas e, hoje, atua na Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência, dos funcionários de um banco público e da comunidade. A associação possui o certificado de entidade com fins filantrópicos. Está voltada para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e faz parte da bancada da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE). A Associação realiza trabalhos nas áreas de serviço social, esporte, lazer, educação, arte e cultura, e atua em núcleos organizados em datas diferenciadas. Por conta de sua atuação

muito engajada, Ana Carolina foi incumbida de coordenar a equipe que elaborará e apresentará um pré-projeto a ser executado pela associação, identificando recursos materiais, físicos, humanos e fontes de recursos necessários para compor um projeto social no terceiro setor. O seu desafio é ajudar Ana Carolina na construção deste pré-projeto tão importante para as ações desenvolvidas junto ao terceiro setor. Mãos à obra! Tenho certeza que esse projeto será muito bem elaborado.

Seção 3.1

A gestão nas organizações do terceiro setor: instrumentos e ferramentas

Diálogo aberto

Agora que você já conhece bem o papel do terceiro setor e já estudou um pouco sobre o controle social, vamos nos aprofundar um pouco no planejamento, na gestão e na avaliação nas organizações do terceiro setor. Você vai compreender sobre a importância do estabelecimento de objetivos e metas e os instrumentos e estratégias de gestão no terceiro setor.

Para dar continuidade na elaboração do nosso pré-projeto, após muito pensar, Ana Carolina está preocupada em realmente utilizar estratégias que visem à garantia dos direitos sociais aos cidadãos em qualquer espaço sócio-ocupacional. Sendo assim, ao pensar na gestão de projetos na área social, ela refletiu sobre algumas perguntas a se fazer quando se trata de planejamento, gestão e avaliação nas organizações do terceiro setor.

Você já parou para pensar sobre qual é a importância de se realizar uma gestão eficiente nas instituições do terceiro setor? Por que realizar gestão e planejamento no terceiro setor? Qual é a importância do estabelecimento de objetivos e metas para a organização e os projetos e ações que são desenvolvidos? Quais ferramentas podem ser utilizadas para realizar a gestão nessas instituições? Quais estratégias podem ser utilizadas para a gestão e o planejamento nesse processo? Existem instrumentos e estratégias que devem ser estabelecidos?

Ana Carolina e sua equipe estão construindo o pré-projeto e você deve auxiliá-la na construção dos objetivos que embasarão o projeto da associação. Bom trabalho!

Não pode faltar

Olá, aluno! Agora que você já estudou sobre as interfaces do terceiro setor e compreendeu os papéis do Estado, mercado e terceiro setor, vamos adentrar em um assunto bem importante, que é a gestão das organizações, sua importância e ferramentas.

As organizações do terceiro setor, as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), as organizações sociais (OSs) e as organizações não governamentais (ONGs) atuam e desenvolvem projetos voltados para a área social, a saúde e a educação, conforme vimos na Unidade 2, e para que possam desenvolver um trabalho que vise à garantia dos direitos das pessoas inseridas nas comunidades em que atuam é preciso conhecer a realidade dessa comunidade, favorecendo a eficiência do trabalho desenvolvido pela organização.

Para avançarmos na discussão, vale lembrar que uma das dificuldades ao propor políticas públicas é pelo fato de que o poder público está distante da realidade da comunidade que será alvo das políticas, e muitas vezes estas não estão de acordo com os anseios da comunidade em si. Nesse sentido, os profissionais do serviço social, de acordo com Alencar (2009, p. 13), atuam “na gestão de programas sociais, o que implica o desenvolvimento de competências no campo do planejamento, da formulação e da avaliação de políticas sociais”.

Ainda de acordo com a autora:



Há uma grande tendência de crescimento das funções socioinstitucionais do serviço social para o plano da gerência de programas sociais, o que requer do profissional o domínio de conhecimentos e saberes, tais como: legislações sociais correntes, em uma atualização permanente; análises das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações obtidas, no sentido de estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação. (ALENCAR, 2009, p. 13)

Com o avanço e crescimento das instituições do terceiro setor e com o interesse da sociedade civil, passa-se a exigir uma profissionalização e estruturação do seu funcionamento com ferramentas de gestão. Essa necessidade de estruturação passa a ser fator essencial na busca de investimentos para projetos e, também, no relacionamento com empresas. Nesse sentido, observa-se o aumento dos desafios e dos problemas para implantar as atividades e a sobrevivência das organizações do terceiro setor

que se encontram ameaçadas. É neste ponto que as organizações passaram a discutir a gestão.

Conforme afirma Teodósio (1999, p. 290 apud SOARES; MELO, 2010, p. 4):

O campo da gestão é considerado um dos espaços centrais para o avanço das organizações do terceiro setor e necessita de um desdobramento no desenvolvimento de instrumentos e mecanismos gerenciais capazes de mensurar e monitorar processos, resultados e impactos nos projetos executados, a fim de que seus objetivos sociais sejam alcançados [...].

A gestão passa a ser vista como uma estrutura contextualizada de relações sociais, que visa articular práticas complexas e diversificadas, para interação social.

Assim, a gestão passa a ser vista, ainda de acordo com Soares e Melo (2010, p. 5), por:

**Objetivos ou problemas compartilhados.
Percepção comum da função social das práticas executadas.
Meios e recursos comuns utilizados para alcançar os objetivos e realizar seus projetos.
Condições situacionais ou limitadoras das práticas e de seus membros.**

Tais ações administrativas do terceiro setor são semelhantes às atividades dos setores público e privado, executadas pelos gerentes das organizações sociais, públicas e privadas.

Nesse sentido, caro aluno, observa-se a necessidade de ampliar a consciência dos atores sociais envolvidos na gestão de organizações e instituições quanto ao impacto das ações que realizam, no sentido dado pela compreensão de Tenório (2005, p. 121):



[...] a gestão social deve ser praticada como um processo intersubjetivo, dialógico, no qual todos têm direito à fala. E este processo deve ocorrer em um espaço social, na esfera pública. Esfera onde se articulam diferentes atores da sociedade civil, que ora em interação com o Estado, ora em interação com o mercado, ora os três interagindo conjuntamente, vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões que compartilhem recursos em prol do bem comum. Assim, entendemos gestão social como o processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico.

Na citação, o autor evidencia o diálogo e a intersubjetividade como características de um processo possível e diferenciado de gestão, demarcando especificidades em relação a outros espaços e estilos neste campo.

As instituições do terceiro setor que atuam com seriedade e transparência em suas ações irão gerar contribuições reais à sociedade, na medida em que existirem processos horizontais de diálogo, direção, diagnóstico, projeto, qualidade e resultado.



Pesquise mais

Pesquise mais sobre gestão social lendo o artigo *Gestão Social – Reconhecendo e construindo referências*, de Marilene Maia, na Revista Virtual Textos & Contextos. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1010/790>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

A autora faz uma abordagem dizendo que gestão social é um tema recente, que se introduziu na sociedade brasileira na década de 1990 em meio à tensão entre dois processos que marcam a realidade contemporânea. Um desses processos diz respeito à globalização da economia, que mercantiliza e amplia os segmentos de atuação no social. O outro trata da regulação social tardia, através das conquistas de cidadania, do Estado democrático de direitos e dos desafios da participação da sociedade civil.

Ao se falar em gestão aplicada ao terceiro setor, um elemento a considerar refere-se ao emprego da palavra “estratégia”, que é o termo que se origina do grego *strategia*, o qual significa plano, método, manobras ou estratagemas usados para alcançar um objetivo ou resultado específico. No terceiro setor, esse termo está associado a várias frentes de trabalho, tais como: o plano estratégico, a ação estratégica, o debate estratégico, a gestão estratégica e o resultado estratégico, na medida da real importância dessas operações para as organizações e o conjunto de atores envolvidos. Assim, o gestor pode afirmar que algo é efetivamente estratégico quando a ação apresenta relação com os objetivos, com o resultado esperado e que se materializará no plano futuro: curto, médio ou longo prazo.

Na gestão das ONGs, reconhece-se a frequência encontrada na aplicação de técnicas oriundas da gestão empresarial, fazendo crescer o volume de opiniões desfavoráveis sobre tal utilização, em particular, pelo emprego acrítico que sugere. As técnicas e os instrumentos correspondem ao aparato auxiliar do gestor no enfrentamento da realidade prática, e não se constituem no todo da fundamentação da gestão.

Técnicas e instrumentos são aplicáveis, mas a formulação de diretrizes, políticas organizacionais e geração das condições necessárias para a consecução dos objetivos correspondem ao centro do campo da gestão, exigindo, dos que atuam na área, competências e sensibilidade para compreender as questões fundamentais da instituição e do espaço de atuação da organização.

Cada organização do terceiro setor realiza atividades determinadas por diferentes mecanismos, relacionadas aos planos de trabalho, aos projetos de intervenção ou às políticas públicas, como no caso da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004).

Para realizar uma boa gestão que corresponda às necessidades dos atores envolvidos na questão, é preciso mais que planejamento, monitoração e avaliação dos projetos faz-se necessário articular ações em consonância com a missão dentre outras especificidades da instituição, levando em consideração a questão das populações excluídas.

Sendo assim, passamos para a ideia de planejar, a qual é bem antiga nas instituições do terceiro setor. Pode-se dizer que surgiu com os movimentos sociais no período de 1960, ocasião em que

se buscava a democratizar empresas e sociedade, determinando formas de autogestão, sistematizando um planejamento estratégico e por objetivos.

As instituições precisavam organizar suas atividades, treinar as pessoas e formalizar um orçamento, e tais situações fizeram as organizações sociais buscarem aprimorar o planejamento de suas ações.

Existem várias formas de implementar um planejamento: apresentação de planos anuais ou plurianuais; área temática da organização; por objetivo; estratégico; financeiro. A preocupação comum é com a definição de objetivos, cronogramas e orçamentos.

Ao tratar do tema “planejamento e administração”, Gandin (2011) mostra as principais questões que surgem no pensamento das pessoas sobre pensar nesse tema: como fazer? Com que fazer? Em sua experiência, alega que, raras vezes, se questiona sobre “o que fazer”, “para que fazer” e “para quem se está fazendo”. Segundo Gandin (2011), todas as questões de planejamento são importantes, assim, devem ser colocadas em uma hierarquia que possibilite diferenciar níveis nos quais o planejamento se produz. Também, é preciso clareza sobre a participação e o poder, assim como da função da administração e gestão em cada um deles.

Ao tratar da racionalidade no planejamento, Baptista (2010, p. 13) afirma que:



O termo ‘planejamento’, na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Como processo metódico de abordagem racional e científica, supõe uma sequência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos, científicos e técnicos.

São várias ferramentas de gestão e planejamento, portanto, nesta seção, vamos nos atentar ao planejamento estratégico, que é uma forma que possibilita a organização realizar a verificação dos ambientes externo e interno. Esse tipo de planejamento requer

diversas atividades, as quais têm por objetivo elaborar um plano de curto, médio ou longo prazo. Vale dizer que uma visão estratégica se contrapõe a uma visão imediatista.

A importância de realizar o planejamento estratégico se dá pela contribuição na adequada alocação de recursos e fortalecimento da organização (MARA, 2000, p. 211-212). As decisões em relação aos passos e às estratégias a serem seguidas auxiliarão a identificar oportunidades e ameaças para o futuro das organizações e combiná-las com outros dados relevantes. Isso é fundamental para que sejam tomadas decisões mais assertivas, aproveitando-se as oportunidades e evitando as ameaças.

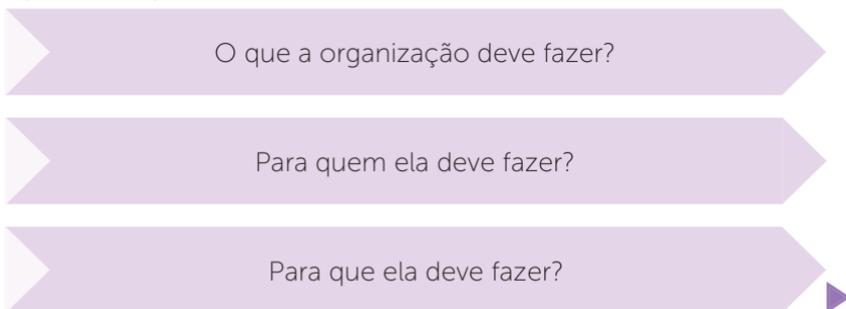
Temos diversas metodologias para planejamento estratégico, que preveem o planejamento, monitoramento e avaliação com origem específica, com concepções e interesses bem determinados, sendo assim, é preciso conhecê-las para atingir seu máximo potencial. Ao utilizar sem nenhuma crítica, qualquer metodologia, pode ter sua utilização voltada para questões distintas aos princípios de uma determinada instituição.

Podemos identificar algumas metodologias utilizadas, como o Marco Lógico (ML) ou Estrutura Lógica; o Planejamento e Projetos Orientados por Objetivo (ZOPP); o Planejamento Estratégico Situacional (PES), entre outros formatos.

A implementação do planejamento estratégico deve obedecer a três etapas, que são: o levantamento de dados, o diagnóstico e a identificação da missão, definição das finalidades e explicação dos objetivos.

A missão é o motivo pelo qual a instituição passou a existir e deve versar sobre as seguintes questões:

Figura 3.1 | Perguntas para identificar a missão da empresa



Como ela deve fazer?

Onde ela deve fazer?

Qual a responsabilidade social que deve ter para com a comunidade?

Fonte: elaborada pela autora.

O planejamento estratégico é uma forma de contribuição fundamental para que as instituições que compõem o terceiro setor realizem suas ações de forma a atender às necessidades da população atendida por seus projetos, na medida em que ajuda a refletir sobre o propósito da organização, ajuda na leitura apropriada do ambiente e das suas possibilidades e auxilia a clarear seus objetivos e alinhar a intervenção das ações desenvolvidas.

Baptista (1995 apud AVANCINI; CORDEIRO, [s.d.], p. 2) caracteriza o planejamento estratégico como uma nova forma de pensar, um novo padrão de racionalidade que vai determinar uma nova forma de agir. A adequação à realidade e estrutura da instituição é essencial ao planejamento definido por tal instituição.



Assimile

O planejamento estratégico contempla a questão da qualidade e da participação, proposta de maneira mais ampla, e a participação fica no nível de decisão.

A finalidade de um planejamento estratégico é ajudar o gestor no processo de tomada de decisão. Sendo assim, mesmo com os benefícios que a ferramenta pode proporcionar, não existe como garantir que tais benefícios se efetivem, porque a metodologia de trabalho é operacionalizada por pessoas, responsáveis por elaborar e implementar o plano, portanto é necessário que esses profissionais sejam capacitados. Na visão estratégica, predomina a elaboração de objetivos e metas, contrapostos às situações-problema identificadas no diagnóstico institucional, que trabalha a “visão de campo” e de “rede”.

Não é raro verificarmos a dificuldade de algumas instituições, não somente as que compõem o terceiro setor, em determinar os objetivos de um projeto, principalmente as que não priorizam constituir uma equipe técnica capacitada para tanto. Em geral, os projetos iniciam, mas sem a devida observância aos objetivos que se quer atingir.

Para que o planejamento seja eficaz, há que se pensar nos objetivos, dessa forma, o objetivo geral do projeto a ser desenvolvido pela entidade deve responder às seguintes perguntas:

- O que se quer alcançar com o projeto?
- Que problema específico o projeto irá resolver?
- Qual será a transformação proporcionada pelo projeto?
- Que diferença o projeto fará na comunidade/região/sociedade?

O objetivo precisa ser alcançável, não pode ser genérico, de forma que o projeto não consiga resolver, por exemplo, dizer que seu objetivo é erradicar a fome no mundo. Na verdade, ele deve ser capaz de sinalizar mudanças mais profundas que poderão ser alcançadas pelo projeto a médio e longo prazo.

No que se refere ao objetivo geral, este requer um detalhamento que possibilite sua compreensão e concretude, sendo necessário definir os objetivos específicos.

Os objetivos específicos são passos estratégicos para que o objetivo geral possa ser alcançado. Ao detalhar os objetivos específicos, temos a visão clara desses passos.

- Capacitar profissionalmente 30 jovens em situação de vulnerabilidade social na região de Valinhos/SP.
- Estabelecer parceria com dez empresas da região de Valinhos/SP, com o intuito de elas divulgarem vagas de estágio para os jovens que realizaram cursos profissionalizantes.

As atividades e os produtos do planejamento se relacionam aos objetivos específicos e ao objetivo geral, pré-definidos, posto que direcionarão as ações do projeto.

Nos remetendo à avaliação, pode-se dizer que avaliar é comparar se o resultado foi ou não alcançado a partir daquilo que foi planejado. Para além do alcançado, também é avaliado como foi alcançado. Avaliação significa a checagem do real em relação ao que foi planejado, desejado anteriormente. Constata o que foi estabelecido para ser concretizado e como foi realizado o processo.

Veja bem, caro aluno, a avaliação é um conjunto de procedimentos ligados ao monitoramento das ações. De acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG, 2007, p. 37), ela se utiliza de:

- Informações e decisões construídas no decorrer do processo de monitoramento.
- Análise crítica do andamento do programa ou projeto em relação aos seus objetivos.
- Para realizar o processo de avaliação, é necessário se atentar:
- Às rotinas institucionais.
- Aos processos e às metodologias avaliativos.
- Aos indicadores para o monitoramento e a avaliação.



Exemplificando

Vamos imaginar que você é um assistente social de uma entidade que acabou de ser contemplada com o financiamento de um programa social do governo federal. Este programa tem estabelecidos suas metas e objetivos a serem cumpridos e alcançados, e o gestor foi responsável pela elaboração do diagnóstico social. Este, por sua vez, define um território e a área de abrangência a ser atendida pelo programa.

Como assistente social de posse das informações deste território, ou seja, do conhecimento do quadro geral, que compreende a sua população, o perfil desta população, as condições de vida, a estrutura deste território, entre outros dados, você mensurou o impacto que o programa deve provocar na realidade da população. Mesmo com todas as previsões através do plano de ação, muitas vezes, é necessário contar com situações imprevistas, portanto o monitoramento é imprescindível, pois implica acompanhar o processo a partir de seu início, realizando continuamente o monitoramento.

A participação do profissional do serviço social na gestão dos projetos aplicados ao terceiro setor é essencial e fundamental para garantir que o planejamento estratégico seja aplicado como proposto, garantindo, assim, que todos os atores envolvidos estejam empenhados nos projetos e programas sociais nas instituições do terceiro setor, de forma que os objetivos e as metas propostos no planejamento estratégico tenham impacto positivo e estejam alinhados com as reais necessidades da população-alvo das ações sociais.



Você acredita que o acompanhamento mensal do orçamento das instituições é essencial para saber quais são as variações de captação de recursos e seus custos?

Tendo em vista que o orçamento da organização social e de entidades que compõem o terceiro setor tende a ser global, as compras deverão estar subordinadas aos princípios da licitação pública, mas poderão ter regime próprio. O controle dos recursos estatais postos à disposição destas organizações será feito através de contrato de gestão, além de estar submetido à supervisão do órgão de controle interno e do Tribunal de Contas.

Diante destas e de outras questões, você já deve estar percebendo a importância de ser transparente na contabilidade e nas finanças das instituições do terceiro setor. Essa deveria ser uma constante prevista de forma natural no planejamento das organizações, pois o terceiro setor tem focado nas demandas e questões sociais.

Você, aluno, poderá compreender a prestação de contas como um conjunto de documentos, cujo fim é a geração da transparência nas ações realizadas pelas entidades. O intuito é comprovar como estão sendo utilizados os recursos arrecadados, tanto da iniciativa privada quanto do poder público ou da sociedade.

O Tribunal de Contas da União (TCU) trata a questão da transparência como obrigatoriedade social e pública para prestar informação sobre aquilo pelo que se é responsável, garantindo que o procedimento seja base da transparência e do controle social.

A prestação de contas é muito relevante e deve ser pensada desde o planejamento inicial das ações de um projeto, pensado dentro do planejamento da organização do terceiro setor.

Existem quatro ambientes nos quais a prestação de contas é necessária que são:

- Governo: através da legislação regulatória.
- Financiadores: mantenedores previstos nas obrigações contratuais.
- Beneficiários: demandam as tarefas e são parte da instituição.
- Doadores: voluntários ou não. São eles que colocam em prática as atividades da instituição.

As organizações sem fins lucrativos devem demonstrar transparência em sua gestão através da elaboração e apresentação da prestação de contas, não importando a quem se destinam, podendo ser aos beneficiários, aos órgãos públicos concedentes de recursos e titulações, aos seus colaboradores ou aos órgãos de controle e fiscalização. Nesse sentido, os recursos recebidos para seus associados, doadores devem ser transparentes.

Agora você já tem uma visão geral da importância de se conhecer um pouco sobre gestão, planejamento e avaliação para se ter uma atuação engajada, com a garantia dos direitos sociais em qualquer espaço sócio-ocupacional, incluindo, neste cenário, as organizações que compõem o terceiro setor. Temos certeza que, em sua futura atuação profissional, se optar pelo terceiro setor, será um profissional essencial em sua gestão e planejamento.

Sem medo de errar

Chegou a hora de você ajudar Ana Carolina e sua equipe na solução deste problema, que envolve a elaboração do pré-projeto, e o foco desta vez está em saber qual a importância do estabelecimento de objetivos e metas e quais ferramentas podem ser utilizadas nesse processo. Você precisa auxiliar na construção dos objetivos que embasarão o projeto da associação, porém precisamos planejar várias coisas para que o projeto seja realizado com eficácia.

Apresentaremos uma possibilidade de resposta a este desafio, porém é possível que, para a construção deste pré-projeto, você discuta com seu grupo de estudos e explore outros caminhos metodológicos.

O desafio é a inserção de objetivos no pré-projeto que está sendo elaborado.

É importante que construa e aponte os temas que irá discutir, mas o mais comumente exigido é:

- **Introdução:** apresente um breve histórico da instituição e da parceria estabelecida.
- **Breve histórico do projeto:** apresente, de forma breve, o projeto, seus objetivos e metas (desta forma, o leitor terá mais condições de compreender o sistema de avaliação e os resultados sistematizados).
- **Justificativa:** apresente uma justificativa para a realização do projeto, fale sobre o porquê de sua existência e suas finalidades.

- Objetivo geral e objetivos específicos: é o “para quê?” do projeto. Identifique qual é o objetivo do projeto e, depois, o detalhamento das ações, os meios – objetivos específicos para atingir o objetivo geral.
- Definição de atividades: defina as atividades que serão realizadas durante o projeto.
- Cronograma de atividades: apresente um cronograma das atividades do projeto.
- Metodologia: apresente qual é a metodologia de trabalho que está sendo utilizada, tanto no projeto como no sistema de avaliação.
- Orçamento: apresente o orçamento do projeto, quais são os custos projetados para cada ação e de onde será captado o recurso necessário.
- Bibliografia: informe toda a sua fonte de pesquisa e dados.
- Anexos: deixe este espaço reservado para as planilhas com os indicadores e os instrumentais de avaliação.

Elabore um relatório com a perspectiva de que os leitores são pessoas que não participaram do processo de planejamento, das atividades, ou seja, não acompanharam de perto as fases da elaboração.

Avançando na prática

Divulgando as ações

Descrição da situação-problema

Vejam uma situação adaptada, que tem base no estudo de caso de Lima (2003, p. 11-13). Nesta situação somos apresentados à Associação Contra o Câncer Infantil, declarada Entidade de Utilidade Pública Estadual, que tem a missão de organizar serviços de apoio emocional, moral, social e educativo às crianças portadoras da doença e sua família, de modo a facilitar o tratamento; lutar junto aos órgãos competentes por melhores condições de assistência e tratamento, promovendo o estudo e o esclarecimento da doença e de seu tratamento junto à sociedade; e promover a suplementação dos recursos necessários aos tratamentos adequados em melhores níveis de atendimento, tendo intercâmbio de experiências com associações do Brasil e do exterior, visando ampliar o conhecimento sobre a doença. Como característica de uma associação, ela depende de recursos de terceiros para dar andamento aos seus projetos. Conta com parceiros de entidades privadas e o governo. Os

seus dirigentes acreditam que é válido estabelecer o envolvimento do terceiro setor com o setor público e a iniciativa privada.

Para efetivar seus objetivos, foram criados vários mecanismos de captação de recursos (doador fixo, telemarketing, eventos, bazar, arrecadação na campanha McDia Feliz, doações esporádicas, entre outras), e todos são destinados ao financiamento de um projeto que a associação possui. De que forma a associação pode manter os seus usuários a par de seus atos, mantendo um elo de compromisso com os usuários internos e externos?

Resolução da situação-problema

A associação pode manter seus usuários a par de suas atividades de algumas formas, dentre elas, podemos destacar que ela seja transparente sobre informações prestadas, além de realizar as adequações necessárias quanto às exigências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), para solicitar o Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos. Outra possibilidade de transparência é a utilização de demonstrativos contábeis, previstos em lei, que devem ser publicados em um jornal de grande circulação e em meios de comunicação da competência ano de atuação, podendo ser utilizado o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Superávit ou Déficit.

Os projetos e as atividades realizados podem e devem ser divulgados com total clareza, não deixando margem a questionamentos sobre tais recursos. Assim, as informações podem servir para tomada de decisões e gerenciamento dos recursos.

Faça valer a pena

1. Dentre as diversas formas e ferramentas utilizadas para gestão de projetos no terceiro setor, Baptista (2010), em seu livro, trata de dialogar a respeito do planejamento social. A autora aborda algumas dimensões deste planejamento e uma delas é a questão da racionalidade.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente ao que se refere o termo planejamento na perspectiva lógico-racional tratada por Baptista (2010).

- a) Processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social.
- b) Processo unilateral, cuja metodologia de abordagem é apresentada única e exclusivamente com uma visão cartesiana.
- c) Processo exclusivo e pragmático de abordagem irracional e acrítica de questões que se apresentam na sociedade.

- d) Processo exclusivo de abordagem sistemática de questões que se colocam no mundo empresarial.
- e) Processo permanente sistemático de abordagem irracional e acrítica de questões que se colocam no mundo empresarial.

2. A respeito da gestão social Tenório (2005) faz análises da gestão de organizações e instituições quanto ao impacto das ações que realizam. Analise as afirmações que se seguem sobre a prática da gestão social, a qual deve ser um:

- I. Processo gerencial deliberativo, que busca responder às necessidades de uma determinada sociedade, região, território ou sistema social específico.
- II. Processo gerencial deliberativo, que procura evidenciar falhas na organização sistemática de uma dada sociedade ou sistema social específico.
- III. Praticada como processo intersubjetivo, dialógico, em que todos têm direito à fala.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmações corretas de acordo com o texto-base.

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

3. São quatro os ambientes em que a prestação de contas é exigida. A esse respeito, analise as afirmações a seguir:

- I. Ao governo: através da legislação regulatória do setor.
- II. Aos financiadores: mantenedores da entidade, estabelecidos nos mecanismos das obrigações contratuais.
- III. Aos beneficiários: que solicitam as atividades, posto que são parte da organização, não simplesmente objetos de sua ação.
- IV. Aos doadores: eventuais e voluntários, que levam as atividades à sua efetivação, seja com doação de dinheiro ou de seu tempo.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmações corretas de acordo com o texto-base.

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas I e III.
- c) Apenas as afirmativas I e IV.
- d) Apenas as afirmativas I, II e III.
- e) As afirmativas I, II, III e IV.

Seção 3.2

Gestão de pessoas nas organizações do terceiro setor

Diálogo aberto

Caro aluno! Como vimos na seção anterior, as organizações que compõem o terceiro setor possuem características próprias, como ser sem fins lucrativos ou com viés da filantropia e utilizar mão de obra voluntária.

Agora que você já estudou sobre a gestão, o planejamento e a avaliação nas instituições do terceiro setor, podemos seguir em frente e ampliar nossos estudos. Vamos avançar e entender a gestão de pessoas nas organizações do terceiro setor, além da equipe multiprofissional e interdisciplinar no terceiro setor. Vamos ver o que Ana tem a dizer à sua equipe?

O pré-projeto está ficando excelente e, para avançar e ajudar Ana ainda mais, vamos construir a segunda parte. Como Ana fará a previsão dos recursos e das pessoas para execução dos projetos na associação? O trabalho será apenas voluntariado? Como será o trabalho da equipe multiprofissional e interdisciplinar?

Agora, você precisa se apoiar na organização das ideias e ajudar a aproximar esta realidade para apresentar mais esta parte do pré-projeto. Mãos à obra e bons estudos!

Não pode faltar

Olá, aluno! Agora que já avançamos no conhecimento sobre o funcionamento do terceiro setor, vamos entender um pouco mais sobre a gestão de pessoas, a equipe multiprofissional e interdisciplinar no terceiro setor e adentrar na questão do voluntariado no terceiro setor. Tenho certeza que será muito importante compreender esses assuntos para sua futura atuação profissional.

As funções gerenciais são essenciais à apreensão do serviço social, e isso deve ser evidenciado na formação do profissional, posto que existem diversas possibilidades para que o assistente social atue como gestor em alguns espaços sócio-ocupacionais. Tais funções

gerenciais correspondem a diversas ações e atividades, dentre elas, podemos citar o planejamento, a direção, o monitoramento e o controle em organizações, instituições ou projetos na área social.

Nestas diversas atividades, vamos nos atentar, nesta seção, àquelas que dizem respeito a agrupar pessoas, bem como definir normas, atribuições e responsabilidades diante de finalidades e objetivos previstos por determinada organização, pois corresponde, também, a uma função da organização.

Você deve ter em vista que cada ser humano possui habilidades, competências, valores, atitudes, motivações e comportamentos singulares, que influenciam no andamento de algumas atividades em qualquer organização, instituição, empresa, etc., de maneira a alcançar ou não os objetivos a que se propõe.

Sendo assim, a gestão de pessoas visa conquistar um ambiente cooperativo nas organizações para que seus objetivos sejam atingidos.

Dessa forma, quando nos referimos ao terceiro setor, falar sobre a gestão de pessoas nos leva a compreender que esta influenciará na forma de atingir os objetivos de determinados projetos, levando em consideração os valores e a missão da instituição.

Nesta perspectiva, há que se considerar que as instituições invistam em seus recursos humanos, de forma a alcançar um trabalho de qualidade e impacto social, com o intuito de fomentar uma transformação concreta e efetiva do ambiente (interno e externo) em que atuam. Entendendo dessa forma, é de importância fundamental o papel exercido pelo quadro de pessoal, cuja principal especificidade envolve o entrosamento do trabalho dos gestores, trabalhadores remunerados e voluntários (não remunerados). (RUWER; CANOAS, 2009, p. 582)



Em toda organização de sucesso, seja pública ou privada, o maior capital é seu capital humano. Isso é uma regra de gestão que deve ser seguida por todos os tipos de organização, inclusive no terceiro setor. As novas perspectivas na gestão de pessoas no terceiro setor exigem que os gestores construam processos voltados para desenvolver e estimular as competências e o comprometimento dos profissionais. Assim, as organizações do terceiro setor passam a atuar com várias formas de vínculo, tais como:

- Prestadores de serviço.
- Voluntários.
- Celetistas.
- Estagiários.

Entretanto, essas organizações não praticam um plano de cargos, carreiras e salários que beneficie e garanta os direitos dos trabalhadores do terceiro setor. Como podemos verificar, essas são algumas das variáveis que exemplificam a importância do desenvolvimento e aprimoramento da gestão de pessoas no terceiro setor, a qual deve ser desenvolvida e evoluída, posto que, nessas organizações, haja pessoas capacitadas. Assim, essas organizações devem desenvolver áreas de gestão de pessoal para lidar e organizar questões burocráticas que envolvem pagamentos, registros, férias, entre outras questões que garantem a saúde financeira, os direitos trabalhistas, bem como o desenvolvimento e a capacitação das pessoas que desenvolvem seu trabalho no terceiro setor.

Como foi colocado acima, ainda hoje ocorrem em muitas das organizações o recrutamento e a seleção, a avaliação de desempenho, o treinamento e desenvolvimento, o planejamento, as premiações e as remunerações variáveis que precisam ser repensadas e consideradas, tendo como base as suas particularidades. Desta forma, faz-se necessário ampliar a visão simplista do recurso humano e tratar a gestão de pessoas como área estratégica que promove o desenvolvimento humano. Como sabemos e sem perder o foco, o público-alvo das organizações do terceiro setor é o beneficiário da ação, e os serviços que recebe, na maioria das vezes, são intangíveis.

Para que todas essas ações sejam alcançadas, é de suma importância que os trabalhadores dessas organizações estejam comprometidos e aderentes à causa que motivou a criação da organização. Já os voluntários, que são parte importante da mão de obra das organizações, devem estar engajados nesse tipo de trabalho por acreditarem na causa declarada na missão da organização. Logo, vê-se que adaptações na gestão de empresas do terceiro setor não devem ser feitas com os mesmos critérios de gestão utilizados em organizações do primeiro e do segundo setor.



Assimile

Para Milkovich e Boudreau (2006, p. 130 apud BINOTTO et al., 2016, p. 228) “o planejamento de recursos humanos deve fazer parte do planejamento estratégico organizacional, pois as organizações são criadas para atender as pessoas” e os recursos humanos exercem papel fundamental no alcance dos objetivos organizacionais.”

Veja bem, aluno, o planejamento estratégico direcionado à gestão de pessoas deve fazer parte de uma estratégia organizacional, bem como estar congruente e alinhado à missão da instituição, para que se possa chegar, de forma satisfatória, aos objetivos traçados e às metas planejadas pela instituição. A gestão deve, ainda, planejar e pensar em formas poderá utilizar para atingir tais objetivos, de maneira que as pessoas envolvidas se sintam parte do processo. Por este motivo, muitas instituições preferem ter o auxílio de um gestor que tenha uma visão ampliada dos processos e possa, dessa forma, contribuir para que os objetivos sejam atingidos.



Reflita

Você já se questionou sobre como os gestores sociais representam o papel que desempenham na gestão de organizações, fundações, entidades ou associações que compõem o chamado terceiro setor?

Uma vez que falamos de gestão e gestão de pessoas, vamos elucidar o papel do gestor nas organizações, fundações, associações e demais entidades que compõem o chamado terceiro setor. Você deve estar pensando que o que se espera desse gestor é que sua função seja exercida distintamente da de um gestor da área pública ou privada, pelo fato de que a finalidade, as metas e a natureza das ações desenvolvidas também são distintas nessas organizações. Diferentemente da gestão empresarial, a qual objetiva o lucro e o resultado financeiro, a gestão no terceiro setor se preocupa com o alcance dos objetivos sociais e de suas práticas institucionais. Vale ainda ressaltar que o gestor, no exercício do seu papel, deve estar consciente das diferenças que existem entre as organizações do primeiro, segundo e terceiro setor no que se refere à missão, à visão, aos valores, ao propósito, às formas de adquirir recursos, aos resultados, ao perfil do trabalhador e à complexidade organizacional.



Acesse o *Manual de formulação e avaliação de projetos sociais*, da Division de Desarrollo Social – CEPAL, e veja sobre a formulação, o monitoramento e a avaliação de projetos. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/MANUAL%20DE%20FORMULACAO%20E%20AVALIACAO%20DE%20PROJETOS%20SOCIAIS.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

O gestor da organização do terceiro setor deve adequar as habilidades interpessoais e de negociação política com conhecimentos financeiros e de marketing, usando de energia perante tomada de decisões importantes e sendo delicado quando houver necessidade de compaixão e sensibilidade (HUDSON, 1999).

Você já parou para pensar do que se espera de um gestor de uma organização do terceiro setor? Será que é mais difícil? Ser gestor em uma organização sem fins lucrativos é bem difícil, pois dele se espera uma gestão mais eficaz, bem como que ele defenda e lute pelos ideais e valores da organização. Acrescente a isso a gestão de recursos humanos, posto que em várias organizações, como dito anteriormente, uma parte dos trabalhadores está empregada, e a outra é voluntária.

Conforme Teodósio (2002, p. 9), “os voluntários não são uma saída para a falta de dinheiro, pois seu gerenciamento é muito mais complexo do que o gerenciamento de Recursos Humanos remunerados”.

Deu para perceber que a gestão de uma organização sem fins lucrativos não é nada fácil. Imagine, agora, como é lidar com uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. O primeiro passo para avançarmos em nossos estudos é entender esses conceitos.

O trabalho em equipe, como processo, requer que revisemos algumas funções, tais como relações de poder e conteúdos já instituídos, assim, de acordo com Gelbcke, Matos e Sallum (2012, p. 33), “O trabalho multiprofissional consiste no estudo de um objeto por diferentes disciplinas, sem que haja convergência entre os conceitos e métodos[...]”, nesse sentido, há um grupo de profissionais que atua de forma independente em um mesmo ambiente de trabalho, de forma a compartilhar objetivos e metas em prol de determinados resultados em comum.

“Na prática interdisciplinar há uma integração das disciplinas ao nível de conceitos e métodos. No modelo interdisciplinar, certas subdisciplinas constituem novas disciplinas ou subdisciplinas, com métodos e conteúdos teóricos próprios.” (GELBCKE; MATOS; SALLUM, 2012, p. 33).

O trabalho multiprofissional caracteriza-se pela análise e pelo estudo de uma determinada situação ou de um determinado objeto, realizado por vários e distintos profissionais, porém não existe a obrigatoriedade de junção ou confluência entre conceitos e métodos. Tem como característica ter um grupo de profissionais que atuam de forma independente em um mesmo ambiente de trabalho, de forma a compartilhar objetivos e metas em prol de determinados resultados em comum.

Na prática interdisciplinar, existe a aproximação das disciplinas no que se refere aos conceitos e aos métodos. No modelo interdisciplinar, certas subdisciplinas constituem novas disciplinas ou subdisciplinas, com conteúdos teóricos e métodos específicos.

Como vimos antes, o trabalho em equipe sugere compartilhar objetivos e metas em prol de determinados resultados em comum, envolvendo os diversos profissionais que geram valor e confiança, para estabelecer um ambiente saudável, de forma que cooperem para atingir um objetivo comum, que sozinhos seria mais difícil e demorado. Uma equipe interdisciplinar equivale a um grupo de profissionais, com diversas formações, atuando de forma interdependente, correlacionando-se em um mesmo ambiente de trabalho. Desta forma, a equipe multiprofissional e interdisciplinar é, sem dúvida, uma realidade necessária em todos os espaços cuja atenção se faz necessária para melhorar a qualidade do trabalho e aperfeiçoar resultados.

De acordo com Vasconcelos (2000, p. 47 apud XAVIER; LOPES, 2016, p. 144), “a interdisciplinaridade passa pela visão do enriquecimento mútuo com tendências a horizontalização das relações de poder entre os campos implicados, reconhecendo dialeticamente a necessidade de olhares diferenciados para um mesmo objeto”.

Conforme apresentado pelo autor, que faz uma análise voltada para a área da saúde, há a necessidade de modificar a forma de realizar o atual tipo de atendimento para que se possa

deixar de forma transparente a função dos profissionais e a especificidade de cada um deles, devidamente inseridos em uma equipe, assim tornar-se-ia possível que fosse feito um trabalho de fato interdisciplinar, visando a um diálogo entre as áreas para a realização de um atendimento satisfatório.

Desta forma, o profissional de serviço social deve “sinalizar os determinantes sociais e estabelecer relações e conexões necessárias entre as diferentes especialidades e a questão social” (VASCONCELOS, 2012, p. 435 apud XAVIER; LOPES, 2016, p. 145).

Sobre a vivência desta forma de trabalho em equipe por parte dos profissionais do serviço social, Cavalcante, Reis e Lira (2011, [s.p.]) afirmam o seguinte:



No Serviço Social a multidisciplinaridade, geralmente, é muito vivenciada, devido à demanda das Instituições por esta modalidade de atendimento, fato que implica superposição dos conhecimentos de diversas áreas, mas não podemos negar que ela representa um passo em relação ao trabalho interdisciplinar, mas nunca na direção de uma alternativa capaz de oportunizar a inter-relação ou troca entre os profissionais, que possa trazer respostas para decifrar a ‘questão social’ a partir de uma ‘consciência humanitária’, que se funde na integração entre a vida, a conduta e o conhecimento neste campo do trabalho.

Assim, a multidisciplinaridade que refere a autora será um passo em direção ao trabalho em equipe interdisciplinar, que possibilita a troca de saberes e amplia a possibilidade de mediar os conhecimentos, permitindo uma prática profissional através da formatação de diálogos entre as várias ciências e os saberes profissionais em espaços que possibilitem a aproximação das áreas de maneira dialética para alcançar de fato a transformação social de mudança de paradigmas na sociedade. Portanto, tais iniciativas de realizar um trabalho em equipe interdisciplinar devem ser incorporadas também no trabalho exercido por instituições, entidades e organizações do terceiro setor, para permitir este diálogo, o qual levará ao atendimento das reais necessidades do público atendido nos projetos implantados.

Nas diversas organizações que compõem o terceiro setor, assim como em todas que realizam o trabalho em equipe, este trabalho

em equipe interdisciplinar, principalmente aquele voltado para a área social, proporciona uma reflexão a respeito da prática profissional, bem como da demanda da organização, com o intuito de desenvolver novas estratégias de intervenção, abarcando o conhecimento e o saber que não são exclusivos de uma profissão ou área de atuação, visto que o diálogo e a troca de informações possibilitarão a construção e reconstrução das possibilidades para intervenção.

Essa discussão nos leva à necessidade de entender outra prática constante nas organizações e instituições que compõem o terceiro setor: o voluntariado.

Para entendermos a questão do voluntariado, vamos verificar que, no Brasil, as iniciativas foram de âmbito religioso em legitimidade com o Estado, ou seja, a origem do voluntariado está atrelada às ações assistencialistas ligadas à Igreja Católica. De acordo com Faleiros (1995, p. 233), tanto no Brasil Colônia como no Império, "as Irmandades Nossa Senhora de Misericórdia dependiam, de fato, quase que exclusivamente de doações voluntárias de particulares, espólios de ricos senhores e de juros, para manter sua assistência às crianças abandonadas".

O trabalho voluntário remonta de tempos antigos na história da humanidade, e por séculos a religião foi a principal fomentadora dele. Se você pesquisar na história, verá que, nos séculos XVII e XVIII, grande parte das entidades que mantinham ações de filantropia estava vinculada à Igreja Católica, fazendo com que o voluntariado no país fosse marcado pelo assistencialismo da igreja.

Atualmente, a Igreja Católica é ainda uma das instituições que utiliza e mobiliza, principalmente, o trabalho voluntariado para seus projetos sociais.

A atuação voluntária pode ser vista como uma manifestação, um exercício prático de cidadania no conjunto de organizações sociais do terceiro setor.

É possível perceber que a questão do voluntariado ressurgiu com o debate sobre o terceiro setor, no processo de reforma do Estado, apresentando-se como estratégia da desresponsabilização do Estado e transferência do enfrentamento dos problemas sociais para a sociedade civil, que busca assumir voluntariamente o enfrentamento dos problemas sociais. Assim, de acordo com Yazbek (2002, p. 7):



É facilmente observável que a dimensão, visibilidade e protagonismo assumida pelo Terceiro Setor, no âmbito da solidariedade social, resulta em grande parte do trabalho voluntário, pois, sem dúvida, a filantropia e a provisão assistencial tem sido, ao longo da história, campo de valores como o altruísmo, o solidarismo e da ação voluntária.

A autora enfatiza que a solidariedade social resulta do trabalho voluntário com apelo a valores pessoais, como o altruísmo. Nesse sentido, ao abordar a questão sobre se o terceiro setor incentivaria o compromisso com a solidariedade local e voluntária, Montaño (2010, p. 166) alega que:



[...] Como se sabe, o termo solidariedade pode definir um direito e/ou uma obrigação. Entendida como direito, a solidariedade é tida como uma opção: ser solidário remete aqui a uma ação voluntária, que exige valores individuais altruístas. Entretanto, a solidariedade considerada como obrigação refere a uma atividade compulsória, necessária, exigida por lei e operacionalizada por uma instituição geral: como no padrão fordista/ Keynesiano é o Estado.

No caso da ação voluntária, apela para a disponibilidade e boa vontade de alguém, escondendo por trás do desenvolvimento dos laços de solidariedade voluntária a recusa ao princípio de solidariedade baseada em direitos universais.

Você deve imaginar que uma das principais características do voluntariado no terceiro setor é a não remuneração, desenvolvendo ações para substituir direitos sociais publicizados pelo Estado, ou seja, não se enquadra em uma relação de mercado e é motivado por outras dinâmicas que possuem normas e regras diversas da instituição ou da entidade deste setor.

De acordo com apontamento feito na pesquisa de Binotto et al. (2016, p. 227):

Algumas organizações do terceiro setor admitem grande número de empregados e voluntários, tornando necessário um modelo de gestão de pessoal. Segundo pesquisa realizada pelas Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL, 2010), em 2010, o terceiro setor gerou 1,2 milhão de empregos diretos e 20 milhões de empregos voluntários.



Exemplificando

Muitas ONGs se mantêm por meio de recursos financeiros, humanos e materiais de doações de agências de cooperação internacional. Cada vez mais, organizações disputam uma fatia do mesmo bolo, o qual se encontra cada vez menor. Uma das alternativas que algumas ONGs têm buscado é a contribuição das pessoas através do trabalho voluntário. Por exemplo, quando ocorrem calamidades, pessoas se mobilizam para apoiar causas, mesmo não fazendo parte, ou se associando às ONGs. Outras instituições fazem campanhas através do rádio e da TV, por exemplo, Criança Esperança e Teleton, apelando para a emoção e sensibilidade das pessoas, estimulando-as a contribuir financeiramente com a organização; outras buscam o engajamento voluntário das pessoas através de campanhas, por exemplo, Amigos da Escola, Amigos das Crianças e Hospital Amigo, para mobilizar o trabalhador voluntário.

Veja no esquema a seguir algumas noções sobre voluntariado.

VOLUNTARIADO DA ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS)

- A cada ano, milhares de pessoas de todo o planeta trabalham como voluntários da ONU. De acordo com as Nações Unidas, voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido ao seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem-estar social ou outros campos.

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

- Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins de lei, atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive de mutualidade.

PROGRAMA VOLUNTÁRIOS - CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA 97

- Define voluntário como o "cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário".

CENTRO DE VOLUNTARIADO DE SÃO PAULO

- Ser voluntário é doar seu tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário, e com isso melhorar a qualidade de vida da comunidade.

PORTAL DO VOLUNTARIADO

- Voluntário é uma pessoa que, motivada pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário.

Alguns conceitos e interpretações sobre o voluntariado estão atrelados ao conceito de solidariedade.



[...] O conceito de solidariedade empregado no debate hegemônico do 'terceiro setor' baseia-se no voluntarismo, na doação. Elimina, portanto, o direito de receber assistência e serviços. Esta concepção de solidariedade é diferente daquela erguida no Keynesianismo – e, no Brasil, distinta daquela plasmada na intenção da constituinte, em 1988 –, que remete a lutas e conquistas de classes. (MONTAÑO, 2010, p. 167)

O voluntariado, aparentemente, vem tomando forma do voluntarismo, baseando-se na doação. Tal formato é percebido justamente pelo aumento de empresas privadas que apoiam ou implantam projetos incentivando seus pares, colaboradores e a sociedade em geral a praticarem o "voluntariado corporativo", validando, dessa forma, a disseminação do voluntariado, supondo que são associados a essa divulgação de forma implícita ou explícita.

Agora que você já se aprofundou nesses temas, aproveite a oportunidade para analisar, observar e debater com grupos de estudos e mesmo realizar visitas a instituições que tenham em seu quadro funcional a presença de assistentes sociais, para que você possa entender, na prática, a gestão de pessoas nas organizações do terceiro setor, qual é papel do gestor social e como se dá o trabalho multiprofissional e interdisciplinar em equipes que atuam nas organizações ou instituições desse setor.

Bons estudos!

Sem medo de errar

Chegou a hora de solucionar o desafio desta seção! Você já entendeu a gestão de pessoas nas organizações do terceiro setor, a equipe multiprofissional e interdisciplinar e o voluntariado nas organizações desse setor, certo? Vamos, então, ajudar Ana no seu pré-projeto, que já está ficando excelente.

Para a segunda parte, vamos inserir como serão previstos os recursos pessoais para execução dos projetos na associação. O trabalho será apenas voluntariado? Como será o trabalho da equipe? Será equipe multiprofissional e interdisciplinar?

Agora, você precisa se apoiar na organização das ideias e ajudar a aproximar esta realidade para apresentar mais esta parte do pré-projeto.

Apresentaremos uma possibilidade de resposta a este desafio, porém é possível que, para a construção do pré-projeto, você debata em sala de aula com seus professores e colegas e explore outros caminhos metodológicos. Algumas etapas já foram consolidadas na seção anterior, como: introdução, breve histórico do projeto, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos, definição de atividades, cronograma de atividades, metodologia, orçamento,

bibliografia e espaço para os anexos; portanto, agora, vamos focar nos recursos humanos.

Uma das possibilidades que você poderá utilizar é:

- Estrutura: presente as fontes de financiamento e como você irá se estruturar enquanto equipe para realizar seu projeto social.
- Estrutura organizacional: neste momento do projeto, você deve detalhar quem são as pessoas que fazem parte do projeto (se for o caso, faça um breve histórico das pessoas envolvidas).
- Organograma: ferramenta para visualizar qual é a responsabilidade de cada um na equipe.
- Plano de Desenvolvimento Humano: cite o que será feito para que cada membro do time se desenvolva ao longo de um ano do projeto – treinamentos, cursos, reuniões, aprendizados, etc.

Esta parte deverá ser incluída no esboço de projeto que você iniciou na Seção 3.1.

Bom trabalho!

Avançando na prática

Trabalho em equipe em projeto de uma ONG

Descrição da situação-problema

O projeto “Drogas não!” visa promover a responsabilidade socioambiental, e faz parte das atividades da ONG Casa de Brinquedo Luz da Lua, cujo principal objetivo é conscientizar, educar e instigar o pensamento reflexivo a respeito dos prejuízos que podem ser causados por consumo de entorpecentes. Crianças e adolescentes são o público-alvo, e eles poderão ter acesso à informação e, com isso, desenvolverão autonomia para fazer novas escolhas e desenvolver melhores hábitos para a vida.

Como será possível contar com a participação de diferentes profissionais, como assistente social, psicólogo, educador físico na realização de um trabalho voltado ao atendimento desta questão social?

Resolução da situação-problema

Algumas são as possibilidades de resolução a depender da metodologia adotada pela instituição e pelos profissionais que atuarão no referido projeto. Desta forma, uma das formas leva em consideração que as metas e os objetivos do projeto devem ter uma justificativa que responda à necessidade que o originou através de um diagnóstico bem elaborado junto à comunidade e da participação de todos os envolvidos e de sua equipe técnica.

Na maioria das vezes, projetos são derivados de oportunidades, desafios ou problemas identificados junto à comunidade, e geram as necessidades de atenção.

É preciso definir objetivos gerais e específicos para os projetos, bem como funções e atividades dos profissionais devidamente habilitados para desenvolver cada ação, além de apresentar os indicadores de acordo com a metodologia escolhida para a efetivação do projeto.

A gestão da instituição e a gestão do projeto devem ser participativas, levando a equipe ao objetivo maior da instituição, nesse caso, esclarecer às crianças e aos adolescentes sobre os prejuízos que podem ser causados pelo consumo de entorpecentes, proporcionando que eles possam tomar decisões conscientes a respeito desse assunto.

O projeto, requer várias ações, com a participação de diversos profissionais, como psicólogo, assistente social e educador físico, e deve considerar a multi e a interdisciplinaridade, possibilitando que a criança e o adolescente tenham um aprendizado prático e vivencial de várias formas, tanto na área social como nas áreas psíquica e emocional.

Todos os profissionais envolvidos devem elaborar seus planos de ação e atividades, tendo em vista os objetivos e a metodologia do projeto que fará parte do planejamento do projeto, prevendo, também, as atividades de avaliação das ações com reuniões periódicas, diagnósticos e entrevistas quali-quantitativas, as quais podem ser realizadas para avaliar os resultados das ações para manutenção do projeto.

Faça valer a pena

1. Em toda organização, seja pública ou privada, o maior capital de uma empresa de sucesso é seu capital humano. Neste sentido, as organizações do terceiro setor passam a atuar com várias formas de vínculo, tais como:

1. Prestadores de serviço.
2. Voluntários.
3. Celetistas.
4. Estagiários.

Dentre as alternativas acima, qual(is) se aplica(m) à forma de trabalho no terceiro setor? Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a alternativa 1.
- b) Apenas as alternativas 1, 3 e 4.
- c) Apenas as alternativas 2, 3 e 4.
- d) As alternativas 1, 2, 3 e 4.
- e) Apenas as alternativas 1, 2 e 4.

2. Independentemente de seu posicionamento, sua importância social ou se se constitui instrumento de despolitização, o terceiro setor estimula laços de solidariedade local e voluntária. Sobre isso, Montaño (2010) faz alguns comentários.

Analise as afirmações a seguir, identificando quais trazem o pensamento do autor a respeito da solidariedade:

- I. Entendida como direito, a solidariedade é tida como uma opção: ser solidário remete, aqui, a uma ação voluntária, que exige valores individuais altruístas.
- II. Entendida como obrigação, a solidariedade é tida como uma opção, remetendo a uma ação voluntária, que não exige, necessariamente, valores altruístas.
- III. Entendida como direito, a solidariedade é tida como uma opção, na qual o indivíduo solidário realiza uma ação voluntária exclusivamente em entidades filantrópicas.

A respeito das afirmações, assinale a alternativa que apresenta corretamente o pensamento de Montaño (2010).

- a) Apenas a afirmativa I.
- b) Apenas as afirmativas I e II.
- c) Apenas as afirmativas I e III.
- d) Apenas as afirmativas II e III.
- e) As afirmativas I, II e III.

3. Em vários espaços ocupacionais, tem-se vivenciado a prática de um trabalho em equipe que possibilite a aproximação das áreas de maneira dialética para alcançar de fato a transformação social de mudança de paradigmas na sociedade.

Nesse sentido, analise as sentenças a seguir e a relação entre elas:

I. A multidisciplinaridade será um passo em direção ao trabalho em equipe interdisciplinar.

PORQUE

II. A interdisciplinaridade possibilita a troca de saberes e amplia a possibilidade de mediar os conhecimentos, permitindo uma prática profissional através da formatação de diálogos entre as várias ciências e saberes profissionais.

Sobre as duas afirmativas, é correto afirmar que:

- a) As duas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
- c) A primeira é uma afirmativa falsa; e a segunda, verdadeira.
- d) A primeira é uma afirmativa verdadeira; e a segunda, falsa.
- e) As duas afirmações são falsas.

Seção 3.3

O marketing institucional e a captação de recursos

Diálogo aberto

Está sendo muito instigante aprender sobre as possibilidades existentes no terceiro setor, não é mesmo? E para aprofundar ainda mais nossos estudos, vamos entender um pouco melhor sobre o marketing institucional e as formas de realizá-lo. Outro fator importante é a captação de recursos encontrando parceiros e parcerias. Verificaremos, ainda, sobre a prestação de contas, sua transparência e coerência com o solicitado nos projetos. Preparado?

O nosso pré-projeto está quase pronto e, dando continuidade às nossas ações, você se lembra o quanto já caminhamos, então está na hora de finalizá-lo. A associação para a qual Ana está elaborando um pré-projeto recebe recursos através de doações provenientes dos associados, em sua maioria, funcionários do banco e demais cidadãos sensibilizados e motivados pela causa. E tem outro fator importantíssimo, que é a prestação de contas com transparência e coerência. Neste momento de finalização do pré-projeto, todos esses itens são importantes para ele? Você acredita que é necessário pensar nessas questões mesmo na fase de pré-projeto? Como é feito o marketing institucional no terceiro setor? Todas as instituições o fazem? E sobre a transparência das ações, é possível estar claro desde a fase dos projetos? Como você resolveria tais questões? Finalize este pré-projeto prevendo as ações de marketing e captação de recursos para a realização das ações. Com sua ajuda, o projeto ficará excelente. Bons estudos!

Não pode faltar

Nesta seção, abordaremos sobre a importância do marketing institucional e entenderemos a importância da captação de recursos para o terceiro setor junto aos parceiros e a efetivação de parcerias, sem deixar de esquecer da importância da transparência e da coerência na prestação de contas.

Sabemos que a essência do terceiro setor é voltada para uma filosofia abstrata e ideológica, à qual se atribui a existência de um mecanismo social público, porém não-estatal. O crescimento do setor levou a uma maior competitividade e, naturalmente, a maiores exigências por parte dos financiadores por melhor aplicação dos recursos.

Para abordarmos esse assunto, é preciso fazer alguns esclarecimentos pontuais sobre o marketing, para que você possa compreender sua utilização no terceiro setor. Você deve ter percebido que o marketing é importante para empresas, organizações, etc., sejam elas com finalidade lucrativa ou com sua atuação voltada para a área social. Observe, por exemplo, as campanhas nos diversos meios de comunicação com a preocupação de comunicar uma imagem positiva para a sociedade e, principalmente, para os consumidores, no caso, gerando valor para uma determinada marca ou empresa. Tais estratégias, normalmente, são adotadas para agregar valor à marca, tendo em vista a competitividade do mercado, a relação das pessoas com o consumo de bens e serviços e a globalização.

Existem várias definições para marketing e diversas discussões de autores da área, a partir dos quais você pode se aprofundar no assunto caso seja necessário, porém, nesta disciplina, abordaremos o assunto de forma que você possa compreender como se dá esta atuação, apresentando um conceito, uma vez que, como futuro profissional de serviço social, você pode ter como campo de trabalho o terceiro setor, sendo inserido em uma equipe interdisciplinar, conforme vimos na seção anterior, e entender os processos de forma integral será muito importante para o seu desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, sobre o conceito de marketing, Kotler (1998, p. 25) define: "Marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros". O autor traz a questão da necessidade de troca e de valorização desde a concepção de um produto.

Kotler (2002, p. 44) atribui que sua principal função é agregar valor ao produto e satisfazer clientes, pois "Marketing é o conjunto de atividades humanas que tem por objetivo facilitar e consumir relações de troca".

Para realizar o marketing, faz-se necessária a adoção de estratégias, a exemplo da pesquisa de mercado, comunicação, segmentação, entre outras, que devem ser relacionadas com a visão e missão da organização.

Sabendo disso, vamos falar sobre o marketing institucional, pois este visa fomentar comportamentos acessíveis e positivos da sociedade sobre uma determinada organização. Assim,



O marketing institucional é uma modalidade do marketing que engloba uma série de outras, como o marketing social, cultural, o esportivo, o comunitário, o ecológico, e seu objetivo é a criação de atitudes favoráveis nos diversos segmentos do público em relação à empresa e à fixação da marca e da imagem corporativa.

As trocas do marketing exercidas por organizações sem fins lucrativos são de bens intelectuais. Essa evolução do pensamento mercadológico nas organizações com e sem fins lucrativos levou à interação de técnicas e objetivos de marketing nas suas ações específicas o que resultou na utilização do marketing institucional. (SANTANA, 2011, p. 13)

Começamos, assim, a entender o marketing institucional nas organizações sem fins lucrativos. Trata-se de estabelecer uma imagem corporativa positiva e reforçar uma imagem, uma ideia construída para conseguir apoio em áreas que a organização considera essenciais ao seu funcionamento, e para que isso aconteça se utilizam ferramentas que envolvem, por exemplo, o marketing social, comunitário, pessoal, ecológico, entre outros.

Ao tratar sobre a quarta debilidade do termo terceiro setor, no livro Terceiro setor e questão social, o autor Carlos Montaño (2010) questiona, dentre outras coisas, a questão da não lucratividade ao apontar que:



Outro caso é o caráter da 'não lucratividade' dessas entidades. Nas organizações sem fins lucrativos (OSFL) são caracterizados diversos tipos organizacionais. Algumas fundações, braços assistenciais de empresas (fundações Rockefeller, Roberto Marinho, Bill Gates), não podem esconder seu claro interesse econômico por meio da

isenção de impostos, ou da melhoria de imagem de seus produtos (aumentando a venda ou o preço) ou até na função propagandística que estas atividades exercem (ver a Parmalat, as fundações Ronald Mac Donald, Albino Souza Cruz, Telefônica, Odebrecht, Bradesco, entre outras). (MONTAÑO, 2010, p. 58)

Percebe-se, assim, o interesse na imagem que as empresas passam para sociedade em geral e o interesse que muitas apresentam direcionando a isenção de impostos. Nesse sentido, vale e muito termos um olhar crítico e não ideologizado para as ações que elas desenvolvem.



Assimile

O marketing, quando direcionado para a construção de uma imagem organizacional, busca, em geral, fortalecer a marca utilizando-se de estratégias e ações de marketing institucional, que nada mais é do que tratamento econômico voltado para os valores ideológicos, através do uso de técnicas mercadológicas, sempre incorporando um marketing ideológico, o qual é baseado em características de apelo ideológico, ajuste ideológico e apoio ideológico.

O marketing institucional não visa diretamente à venda, mas criar atitudes e comportamentos favoráveis das pessoas sobre a organização ou empresa. Construída a ideia, o resultado será positivo frente aos acionistas, ao público em geral, à sociedade, aos consumidores, aos colaboradores, aos fornecedores, entre outros, reforçando a posição e o comportamento favorável a respeito da organização. Para tanto, como dito, são usadas várias estratégias, como o marketing cultural direcionado para atividades que se utilizam da cultura como forma para divulgar um produto, um nome ou consolidar a imagem da empresa que patrocina a ação.

Você está compreendendo a utilização do marketing no terceiro setor, não é mesmo? Então, vejamos outra estratégia, que é a do marketing ambiental, cuja função seria a de arquitetar e apoiar a imagem da organização, propagando-a sob um olhar diferenciado, projetando-se como corretamente ecológico perante a sociedade. Já o marketing social equivale a diversas ações, cuja finalidade é propagar valores considerados favoráveis à sociedade, fomentando mudanças comportamentais e a disseminação de ações sociais empresariais.



De que forma você acredita que o marketing social seja um aspecto importante para as organizações que compõem o terceiro setor?

Muitas pessoas, empresas e alguns segmentos da sociedade veem o marketing institucional, principalmente, quando se utilizam da estratégia do marketing social, relacionado a uma causa social, como uma tecnologia para alcançar a mudança social, concatenada ao projeto, à implantação e ao controle de programas direcionados para aumentar a aceitação de uma ideia e/ou prática social. A grande questão com a qual nos deparamos é a de como saber se a causa de interesse social é relevante para a população a que está sendo destinada e se esta é coerente, ou se seu viés é apenas ideológico, visando atrair investimentos sem, no entanto, estar de fato preocupado com a questão social e suas refrações.

Marketing social, quando avaliadas as suas consequências, é um instrumento colocado à disposição de todos os agentes que se preocupam em lutar por uma sociedade democrática, com intenções éticas e visando aos direitos sociais. Formar uma opinião, e não somente incentivar mais um sentimento, fará a diferença para as instituições sérias que se utilizam de estratégias de marketing social.

Assim, atente-se para o que enfatiza Garcia (2004), ao afirmar que, por meio do marketing social, a solidariedade tem sido incentivada e utilizada como forma de autoproteção, de autodefesa contra a ação violenta do "excluído", contribuindo para um movimento de discriminação do "pobre".

Ações na área do marketing também servem para a captação de recursos. As entidades e organizações que compõem o terceiro setor buscam parceiros para firmar parcerias, como o governo; algumas empresas abrem editais ou licitações e chamamento público para determinados projetos que visam suprir demandas identificadas junto à sociedade. As organizações podem concorrer a esses financiamentos, para tanto, deverão apresentar seu plano de trabalho, seu projeto e uma série de documentos exigidos para firmar o acordo de parceria, de acordo com o objetivo ou as características da parceria. Nesse caso, podemos verificar que podem ser estabelecidos termos de convênio de acordo com a Lei

nº 8.666/93; Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Termo de Cooperação, de acordo com o previsto na Lei nº 13.019/14; temos, ainda, a possibilidade da realização de um contrato de gestão, de acordo com a Lei nº 9.637/98, e de um termo de parceria, conforme a Lei nº 9.790/99.

Quando falamos sobre as parcerias, lembre-se de que foi frente à desresponsabilização do Estado pela área social e com a inserção de critérios mercadológicos. Góis, Santos e Costa (2004. p. 86), tratando do tema responsabilidade social, afirmam que:

[...] Ao enfatizar a necessidade de maior participação da sociedade no enfrentamento da pobreza, esta discussão deu passagem à expansão da idéia de parceria como estratégia privilegiada para a produção de um novo padrão de relacionamento entre o mercado, o Estado e as organizações da sociedade civil. Foi nesse movimento que avançou a incorporação, por parte do mercado, da noção de responsabilidade social, materializada na montagem de fundações e associações que deveriam servir como canais para concretizar o investimento do setor empresarial na área social, ambiental e cultural. [...]



Dessa forma, você pode verificar que os investimentos empresariais em iniciativas sociais não são novos, posto que, como já vimos nesta disciplina, o avanço do terceiro setor através das organizações sociais e de outras instituições ocorre desde a década de 1990, sendo as parcerias novas formas para estabelecer um tipo diferente de relacionamento entre o mercado, o Estado e as organizações da sociedade civil, conforme apontam Góis, Santos e Costa (2004).

Então, observe que o governo iniciou a realização de parcerias com associações, instituições e organizações que compõem o terceiro setor diante da necessidade de atender às demandas da população que não estava suprindo. Em relação ao mercado, tais parcerias estão fundamentadas nos recursos financeiros que as empresas disponibilizam para as organizações que compõem o terceiro setor e que têm ações na área social.

Fazendo uma crítica a respeito do destino dos recursos repassados através de parcerias com o Estado, Montaño (2010, p. 58) diz que:



[...] Por seu turno, para o caso das ONGs, pesquisas mostram como grande parte dos recursos repassados do Estado para algumas organizações (por meio das 'parcerias') – ou seja, parte da mais-valia recolhida pelo Estado em forma de impostos, e supostamente dirigida a atividades assistenciais --, não chega a seus destinatários finais, ficando para custear gastos operacionais destas organizações.

Vale lembrar que a refilantropização traz consigo a racionalização e mercantilização do trato da questão social. Empresas que disponibilizam recursos para organizações, instituições ou associações do terceiro setor passam a solicitar o acompanhamento dos resultados do financiamento, cobrando relatórios com apresentação de resultados para serem utilizados em marketing social, dessa forma, vinculam a imagem da empresa e seu discurso como defensor de causas sociais à venda de produtos. Sendo assim, a refilantropização se apresenta para transformar o caráter humanitário das ações em mercadorias.

A respeito da filantropia empresarial e da responsabilidade social empresarial, alertando para a efetivação das parcerias nesta área, Menezes (2010, p. 505) se refere sobre a atuação dessas empresas através de parcerias com associações de moradores, ONGs, etc., afirmando que:



Para isso, podem contar até com o auxílio governamental, via parcerias, tendo as ONGs como 'pontes' e/ou via deduções de impostos devidos ao Estado, respaldadas por leis federais. Dentre elas, destacamos a Lei de Incentivo à Cultura, em que as empresas investidoras em projetos culturais podem abater 5% do imposto de renda devido ao fisco e, ainda, há a possibilidade de doação de até 1% do imposto de renda devido – no caso de pessoa jurídica – para o Fundo para a Infância e Adolescência.

Diante disso, conforme se refere a autora, pode-se perceber que as organizações do terceiro setor estão cada vez mais tentando obter financiamentos, ou seja, captando recursos junto a essas empresas, através de parcerias, sendo que algumas buscam até mesmo se

adequar aos interesses delas como forma de atrair parceria e captar os recursos que necessita, e com tal intuito utilizam-se também das estratégias de marketing que descrevemos anteriormente.



Pesquise mais

Pesquise mais e veja como estão difundidas as iniciativas para que as organizações do terceiro setor se capacitem em busca de apoio e captação de recursos para o desenvolvimento de atividades. Neste vídeo, você verá o lançamento do Programa Impulso, o qual visa estimular organizações que trabalham com o desenvolvimento social.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/paranatv-2edicao/videos/t/foz-do-iguacu/v/programa-vai-estimular-organizacoes-que-trabalham-com-o-desenvolvimento-social/5226121/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Veja também o vídeo institucional da Fundação SOS Mata Atlântica, com locução do ator Marcos Palmeira e produção da Pindorama Filmes, sobre a atuação da ONG.

Disponível em: <<https://youtu.be/O1V0c1nLapo>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Diante das questões levantadas até aqui, é importante que você esteja atento para a necessidade da prestação de contas no terceiro setor, conforme começamos a estudar na Seção 3.1, como sendo quesito indispensável, na medida em que as instituições e organizações sem fins lucrativos captam recursos financeiros tanto junto ao setor privado como através das parcerias com o governo, doadores individuais, campanhas de arrecadação, entre outros, nesse sentido, será exigida, pelas partes, a transparência sobre a aplicação dos recursos captados, com o intuito de analisar se foram destinados ao fim para o qual foram solicitados.

A necessidade de transparência nas contas é de extrema relevância para estabelecer distinções éticas e políticas nesta área, uma vez que pode proporcionar o conhecimento dos papéis sociais, políticos e econômicos das organizações, instituições, associações, etc.

Para saber se o dinheiro foi utilizado nos projetos apresentados, os financiadores e a sociedade em geral exigem cada vez mais a transparência através da apresentação de dados, das demonstrações contábeis e dos relatórios das associações e organizações que recebem esses recursos. Diversas organizações sociais utilizam-se

do voluntariado, e as pessoas também querem saber se seu trabalho está voltado para uma instituição séria, bem como conhecer a comunidade para a qual o projeto é destinado.

Devido ao escândalo relacionado à ausência da prestação de contas e conseqüentes desvios de recursos captados e corrupção, ressalta-se, perante a sociedade, a importância da transparência na prestação de contas das instituições e organizações que compõem o chamado terceiro setor. Existem órgãos que exigem que seja realizada a prestação de contas e, dentre eles, está o Ministério Público. Quando ocorre um caso de desvio de finalidade, de acordo com o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, o qual regulamenta a Lei nº 12.101/09, Capítulo V, que regulamenta a transparência, destacamos o art. 41:



Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome deverão manter cadastro das entidades sem fins lucrativos, beneficentes ou não, atuantes em suas áreas e tornar suas informações disponíveis para consulta pública em suas páginas na internet. (BRASIL, 2014, [s.p.]



Exemplificando

Veja, por exemplo, o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor (CPATES), instituído pelo Decreto nº 51.291, de 22 de novembro de 2006, destinado ao registro das entidades parceiras da administração pública do estado de São Paulo, que podem ser acessadas pelo endereço eletrônico.

Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/CPATES/Sistema/PesqArea.aspx>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

O CPATES proporciona à sociedade civil uma forma de pesquisa transparente e tempestiva, pois as entidades do terceiro setor têm a obrigatoriedade de informar ao Departamento de Controle e Avaliação (DCA), órgão responsável pelo recebimento e processamento das informações, todo e qualquer ajuste advindo de contratos de gestão, de termos de parcerias ou de convênios, no que se refere aos repasses de recursos e como estão sendo aplicados.

Por estar cursando o serviço social, você deve estar atento às questões levantadas, pois, para manter um compromisso ético e político, de acordo com o projeto do serviço social, é preciso ter conhecimento sobre como se dão as ações e como são os discursos de preocupação com o social por trás de várias ações, porém com um olhar crítico e com conhecimento é possível realizar um trabalho que esteja atrelado à promoção de direitos dos cidadãos.

A temática do terceiro setor ainda tem muito a ser explorada pela categoria profissional para que possa de fato ser um campo de trabalho para o assistente social, e não apenas servir como estratégia de acumulação capitalista.

Você pode contribuir participando de discussões, congressos da área do serviço social, fomentar as discussões acerca do tema e até escrever futuros artigos sobre a experiência que possa vir a adquirir na área.

Bons estudos!

Sem medo de errar

Vamos ajudar a Ana a finalizar o pré-projeto? Agora você deve juntar tudo o que aprendeu até aqui.

Para finalizar, você deve prever: como será feito o marketing institucional no terceiro setor? E sobre a transparência das ações, é possível desde a fase dos projetos? Como você resolveria essas questões? Agora, você precisa apoiar a organização das ideias e ajudar a aproximar esta realidade para apresentar mais esta parte do pré-projeto. Apresentaremos uma possibilidade de estrutura para finalizar este desafio, porém é possível que, para a construção deste pré-projeto, você debata com seu grupo e explore outros caminhos metodológicos. Uma das possibilidades que tem é a de utilizar a seguinte estrutura (lembre-se de que utilizará tudo o que já construiu nas seções anteriores desta unidade):

- Introdução: apresente um breve histórico da instituição e da parceria estabelecida.
- Breve histórico do projeto: apresente de forma breve o projeto, seus objetivos e suas metas (desta forma, o leitor terá mais condições de compreender o sistema de avaliação e os resultados sistematizados).

- Justificativa: apresente uma justificativa para a realização do projeto, fale sobre o porquê de sua existência e suas finalidades.
 - Objetivo geral e objetivos específicos: é o “para quê” do projeto. Identifique qual é o objetivo do projeto e, depois, o detalhamento das ações, os meios – objetivos específicos para atingir o objetivo geral.
 - Definição de atividades: defina as atividades que serão realizadas durante o projeto.
 - Cronograma de atividades: apresente um cronograma das atividades do projeto.
 - Metodologia: apresente qual é a metodologia de trabalho que está sendo utilizada, tanto no projeto como no sistema de avaliação.
 - Estrutura: apresente as fontes de financiamento e como você irá se estruturar enquanto equipe para realizar seu projeto social.
 - Estrutura organizacional: neste momento do projeto, você deve detalhar quem são as pessoas que fazem parte do projeto (se for o caso, faça um breve histórico das pessoas envolvidas).
 - Organograma: ferramenta para visualizar qual é a responsabilidade de cada um do grupo.
 - Plano de Desenvolvimento Humano: cite o que será feito para que cada membro da equipe se desenvolva ao longo de um ano do projeto – treinamentos, cursos, reuniões, aprendizados, etc.
 - Orçamento: apresente o orçamento do projeto, quais são os custos projetados para cada ação e de onde será captado o recurso necessário.
 - Bibliografia: informe toda a sua fonte de pesquisa e dados.
- Agora, o esboço de projeto que você iniciou está concluído.
Bom trabalho!

Avançando na prática

A necessidade de transparência

Descrição da situação-problema

A entidade Apoio Mútuo foi constituída há cinco anos e atua na área de Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), especificamente de transtorno autista, e proporciona atendimento clínico e terapêutico,

além de assistência social aos familiares dos pacientes. Na entidade, atuam quarenta profissionais das áreas de pedagogia, psicologia, enfermagem, fonoaudiologia, fisioterapia, neuropediatria e serviço social, além de outros profissionais e muitos voluntários, alocados em atividades-fim e atividades-meio. Há, em todos os setores da entidade, profissionais qualificados e que se identificam com os objetivos institucionais. Os voluntários são atuantes e comprometidos, e a maioria são familiares dos pacientes.

O organograma da instituição é objetivo e apresenta claramente as atribuições de cada profissional e voluntário. A formulação, o planejamento e a gestão das políticas institucionais, no entanto, são atividades privativas da diretoria, compostas pelos fundadores da entidade, os quais se revezam na direção dela, restringindo o acesso dos demais profissionais, inclusive dos usuários às informações financeiras e às atividades de articulação política envolvidas nos processos. Como o serviço social e os demais membros da equipe devem proceder ao se deparar com uma situação como esta? O que você faria?

Resolução da situação-problema

Esta é uma situação que você poderá encontrar em ambientes de trabalho. A ausência de transparência nas informações consubstancia-se em um risco à sustentabilidade da instituição. Conforme Falconer (1999, p. 18):

Em um contexto onde as organizações passam a competir de forma mais direta por recursos públicos e privados, deverá ser com a capacidade de demonstrar posições claras e resultados concretos que as organizações conseguirão se destacar. Organizações abertas, conhecidas do público, ganham legitimidade social e são menos propensas a sucumbir a escândalos de opinião pública, que já destruíram mais de uma organização bem-intencionada.



Observe que é necessária a transparência na prestação de contas aos financiadores e, principalmente, aos próprios usuários e profissionais, os quais também acabam sendo prejudicados em situações como essa. Isso demonstra que muitos têm como motivação

para o trabalho apenas a identificação com os objetivos institucionais e o comprometimento com o desenvolvimento dos pacientes.

Caro aluno, este é um caso em que a intervenção significativa do assistente social nos processos de planejamento e gestão social pode permitir que a entidade amplie seus serviços sobre a demanda existente, além de articular e demonstrar ao conselho diretor a importância da transparência na prestação de contas, para que se possa estabelecer as parcerias necessárias ao desenvolvimento institucional. Veja que a situação exige mudanças estruturais na mentalidade daqueles que exercem o poder institucional e dos próprios usuários, que em muitas instituições, extrapolando este caso, se mostram desinteressados. Aqui, o assistente social, bem como os profissionais atuantes, devem apresentar uma postura propositiva, e articular e exigir o cumprimento da transparência, bem como de outras ações planejadas, do contrário, se torna inviável uma atuação profissional comprometida com valores éticos e políticos profissionais. Uma possibilidade de ação, caro aluno, é que o serviço social organize encontros de discussão com os demais profissionais, usuários e familiares para reorganização do conselho de usuários, o que pode ser uma forma de estabelecer processos adequados nas relações institucionais e nivelar o poder decisório entre dirigentes e usuários.

Faça valer a pena

1. Sobre o marketing institucional, este visa fomentar comportamentos acessíveis e positivos da sociedade sobre uma determinada organização. A respeito dele, analise as afirmações a seguir:

I. É uma modalidade do marketing que engloba uma série de outras, como o marketing social, cultural, esportivo, comunitário e ecológico.

II. Seu objetivo é a criação de atitudes favoráveis nos diversos segmentos do público em relação à empresa e à fixação da marca e da imagem corporativa.

III. As trocas do marketing exercidas por organizações sem fins lucrativos são de bens intelectuais.

IV. Não existe necessidade alguma de empresas ou organizações adotarem estratégias para realizarem o marketing institucional.

Sobre o marketing institucional, está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

2. Leia atentamente o texto e complete as lacunas:

“Ao enfatizar a necessidade de maior _____ da sociedade no _____ da pobreza, esta discussão deu passagem à _____ da ideia de parceria como estratégia privilegiada para a _____ de um novo padrão de relacionamento entre o _____, o Estado e as organizações da sociedade civil.” (GÓIS; SANTOS; COSTA, 2004, p. 86).

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as palavras que preenchem as lacunas:

- a) individualismo, consenso, diminuição, reprodução, mercado.
- b) participação, conflito, diminuição, ascensão, funcionário.
- c) participação, enfrentamento, expansão, produção, mercado.
- d) participação, enfrentamento, ascensão, reprodução, funcionário.
- e) individualismo, consenso, diminuição, produção, mercado.

3. A necessidade de transparência nas contas é de extrema relevância para estabelecer distinções éticas e políticas, uma vez que pode proporcionar o conhecimento dos papéis sociais, políticos e econômicos das organizações, instituições, associações, etc. Nesse sentido, o Decreto nº 8.242/2014 regulamenta a transparência e destaca que:

Assinale V para verdadeiro ou F para falso nas afirmativas a seguir.

() O Ministério da Saúde, exclusivamente, deverá manter cadastro das entidades sem fins lucrativos, beneficentes ou não, atuantes em suas áreas, e tornar suas informações disponíveis para consulta pública em suas páginas na internet

() Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome deverão manter cadastro das entidades sem fins lucrativos, que forem beneficentes apenas e atuantes em suas áreas e tornar suas informações disponíveis para consulta pública em suas páginas na internet.

() Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome deverão manter cadastro das entidades sem fins

lucrativos, beneficentes ou não, atuantes em suas áreas, e tornar suas informações disponíveis para consulta pública em suas páginas na internet.
() Os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, exclusivamente, deverão manter cadastro das entidades sem fins lucrativos, não beneficentes, atuantes em suas áreas, e tornar suas informações disponíveis para consulta pública em suas páginas na internet.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de afirmativas verdadeiras e falsas.

- a) F - F - F - F.
- b) V - V - V - V.
- c) F - F - V - F.
- d) V - F - F - F.
- e) V - V - V - F.

Referências

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **ONGs: repensando sua prática de gestão**. 2007. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/download.php?id=30>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. et al. (Coord.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

ALENCAR, Monica Maria Torres de. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

AVANCINI, Eliane Vignatti; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. **A importância do Planejamento estratégico em organizações do terceiro setor**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n1_sandra.htm>. Acesso em: 1º mar. 2018.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.

----- **Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8242.htm#art70>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BINOTTO, Erlaine et al. Gestão de pessoas em organizações do terceiro setor: um modelo a ser construído. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 14, n. 2, p. 228, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2737/273749459009.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

CAVALCANTE, Andreia Santos; REIS, Milane Lima; LIRA, Suzete Araujo de. Interdisciplinaridade e questão social: novo paradigma no trabalho do serviço social na amazonia. In: CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo30.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

CEPAL. **Manual de formulação e avaliação de projetos sociais**. [s.d.] Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/MANUAL%20DE%20FORMULACAO%20E%20AVALIACAO%20DE%20PROJETOS%20SOCIAIS.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Planejamento democrático** – relatório final de pesquisa. Brasília, 1998.

FASFIL. **Mapeamento das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos**. 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000011164912102012492305590017.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **A Mata Atlântica é aqui** - Fundação SOS Mata Atlântica. 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/O1V0c1nLapo>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

G1. Paraná RPC. **Programa Impulso**: programa vai estimular organizações que trabalham com o desenvolvimento social. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/paranav-2edicao/videos/t/foz-do-iguacu/v/programa-vai-estimular-organizacoes-que-trabalham-com-o-desenvolvimento-social/5226121/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GARCIA, J. Considerações sobre a campanha pela responsabilidade social das empresas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CFESS, 2004.

GELBCKE, F. L.; MATOS Eliane Nádia; SALLUM Chiodelli. Desafios para a integração multiprofissional e interdisciplinar. **Tempus** - Actas de Saúde Coletiva, v. 6, n. 4, p. 31-39, 2012. Disponível em: <<http://tempus.unb.br/index.php/tempus/article/viewFile/1202/1087>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.

GÓIS, João Bosco Hora; SANTOS, Aline de Oliveira; COSTA, Isis Santos. Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. **Revista Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 78, ano XXV, 2004.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo. Makron Books, 1999.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMA, Franciane Gonçalves. A contabilidade como instrumento essencial no desenvolvimento das entidades do terceiro setor: o caso ACACCI. In: FÓRUM DE ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – O MARKETING E A VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL, 8., 2003, Aracruz. **Anais...** Aracruz, ES: Sesc - Praia Formosa, 2003. Disponível em: <www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/8/franciane_contabilidade.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

..... Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. 13. ed. São Paulo: Futura, 2002. 305p.

MAIA, Marilene. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, ano IV, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1010/790>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

MARA, Cynthia M. A Strategic planning process for a small nonprofit organization - a hospice example. **Nonprofit Management & Leadership**, v. 11, n. 2, p. 211-223, 2000.

MENEZES, Franciane Cristina de. O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 503-531, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ, Marcos. O Planejamento Estratégico e as Organizações do Terceiro Setor. In: VOLTOLINI, Ricardo (Org.). **Terceiro Setor**: planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 2004.

RIBEIRO, Fábio Anselmo. **Como profissionalizar sua ONG**. Goiânia: Editora Thesaurus; 1997. (Série ONGs nº 1)

RUWER Léia Maria Erlich; CANOAS, José Walter. **Gestão de pessoas em organizações do terceiro setor**: um estudo sobre a cultura organizacional. 2009. Disponível em: <http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/Trabalhos/Encontro/José%20Walter%20e%20Leia.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SANTANA, Osana Rossi de. A importância do marketing institucional nas organizações públicas. Monografia de pós-graduação em Marketing. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2011. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/R200246.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SANTOS, E. F.; SILVA, C. E. A influência das estratégias de marketing na captação de recursos para o Terceiro Setor. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, Sergipe, v. 3, n. 1, p. 94-106, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/314881788_A_influencia_das_estrategias_de_marketing_na_captacao_de_recursos_para_o_Terceiro_Setor> Acesso em: 27 nov. 2017.

SECRETARIA DE FAZENDA. Estado de São Paulo. **Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor** – CPATES. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/CPATES/Sistema/PesqArea.aspx>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

TEODOSIO A. S. S. Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2002.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

VASCONCELOS, E. M. **Saúde Mental e Serviço Social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

XAVIER, Patrícia Regina Hella; LOPES, Stella Maris Brum. As práticas do Assistente Social e sua articulação com a Equipe de Saúde de um Hospital de Curitiba. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 132-150, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/18507/19107>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e Profissionalidade na intervenção social. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 23-40, jan./jun. 2002. Disponível em: <www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/.../1749>. Acesso em: 17 nov. 2017.

O serviço social no terceiro setor

Convite ao estudo

Olá aluno,

Você já pode notar que existem várias análises a serem feitas no trabalho realizado junto ao terceiro setor e, para a atuação do assistente social, temos como norte o nosso código e ética profissional, o projeto ético-político e as legislações específicas da área de atuação certo?

É importante nos atentarmos para considerações como a de Amaral e Cesar (2009, p. 503) que ao falar sobre as fundações empresariais diz:

[...]justamente para este espaço considerado público, porém dentro de uma organização privada, que convergem as ações das empresas “socialmente responsáveis” e os “investimentos sociais” das fundações empresariais, promotoras da imagem positiva de suas mantenedoras, associando as logomarcas de seus produtos e serviços às causas sociais, como uma estratégia de mercado.



Existem empresas que, acabam por incentivarem, gerirem e investirem capital financeiro em ações junto à população ou mesmo ações voltadas para as comunidades localizadas no entorno de sua empresa, ou ainda investirem em ações globais que chegam a diversas comunidades, grupos ou causas. Ocorre que algumas dessas ações são de cunho meramente assistencial e outros desenvolvidos em benefício da marca da empresa e, o assistente social que trabalha desenvolvendo ou participando de programas de responsabilidade social dessas

empresas, tem como suas tarefas, realizar diagnósticos, verificar demandas da população, analisando formas de atendê-las dentro do que fora planejado junto à empresa, porém observando as necessidades ora levantadas para dar acesso aos usuários que demandam tais serviços.

Nesta unidade de ensino vamos acompanhar o assistente social Carlos que observa em sua atuação profissional os princípios contidos no projeto-ético político, no código de ética profissional e nas diretrizes que norteiam a ação profissional. Ele vislumbra a possibilidade de estender a atuação na empresa em que trabalha para muito além da fábrica. Seu objetivo é o de superar os desafios cotidianos da prática profissional e realizar uma intervenção profissional no terceiro setor visando possibilitar o acesso aos serviços oferecidos para a população.

Veja bem caro aluno, o seu novo desafio é apresentar um projeto social de trabalho na área social, a ser desenvolvido numa instituição do terceiro setor, estabelecendo planos e estratégias aplicadas ao terceiro setor. Este projeto deve ter um caminho metodológico que possa ser trilhado pelo serviço social.

Para tanto, vamos entender na prática como elaborar um projeto social no terceiro setor. Como é o projeto social, seus instrumentos e a apresentação de resultados. Analisaremos a atuação do assistente social nas organizações do terceiro setor e a aplicabilidade do projeto ético-político do serviço social. Preparados? Vamos adentrar nesta unidade e ampliar nossos conhecimentos.

Seção 4.1

O plano gestor institucional: programas e projetos sociais

Diálogo aberto

Olá aluno, vamos aprofundar ainda mais nossos estudos e entender um pouco mais sobre o plano gestor institucional e os programas e projetos sociais. Nesta unidade, você poderá saber como é feita a elaboração e gestão de projetos sociais no terceiro setor e terá acesso a um roteiro para elaboração de projetos.

Vamos agora avançar no entendimento de uma situação que pode acontecer na prática profissional do assistente social e analisá-la de perto. Carlos, está a mil por hora, quer apresentar seu projeto e sabe que a práxis profissional é importante para enriquecer a experiência no exercício de seu trabalho, bem como para o acúmulo teórico da profissão. Agora, ele precisa elaborar seu projeto para uma organização sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Carlos pensa em um trabalho voltado para o atendimento a crianças, uma vez que em um levantamento de necessidades na comunidade, ficou evidente que seria uma de suas prioridades, pois há crianças na comunidade em situação de risco, na faixa etária de zero a seis anos. Carlos vislumbra a "socialização da educação", levando-a aos ambientes considerados menos favorecidos. Mas será esse o problema central a ser priorizado no projeto? Como Carlos pode desenvolver seu projeto? Um projeto na área da educação infantil interdisciplinar que proporcione, simultaneamente, saúde, educação, nutrição e desenvolvimento social será a resposta adequada ao problema? Como diagnosticar os fatores predisponentes da incidência de problemas que caracterizam o "autorrisco" educacional na criança, nos primeiros anos de vida? Que propostas são viáveis para prevenir a marginalização social pela integração das famílias e desenvolvimento da comunidade? É preciso detalhar tais questões no projeto? Qual é a metodologia apropriada para crianças de zero a seis anos das comunidades envolvidas? Tudo isso deve constar no plano de trabalho?

Seu desafio é construir com Carlos o projeto social desta unidade, e, nesta seção, você vai começar pela identificação do problema. Ao final desta unidade, será elaborado um projeto social. Lembre-se, o projeto a ser desenvolvido deve levar em consideração o projeto ético-político do serviço social. Mãos à obra, desenvolveremos nesta disciplina um material que irá apoiá-lo nesta construção.

Bons estudos!

Não pode faltar

Olá, aluno, vimos até então que as organizações, instituições, fundações e entidades que compõem o chamado 'terceiro setor' adotam diversas ações com a finalidade de realizar sua gestão social, estratégica, de pessoas e também gerar receitas no intuito de que seus projetos saiam do papel e se tornem uma prática. Tais ações envolvem várias formas de execução para que as instituições sejam autônomas e que possam levar projetos sérios para a comunidade, a maioria dessas instituições, para sua sobrevivência, busca estabelecer parcerias, tanto junto ao governo como junto à iniciativa privada e a sociedade e para tanto utiliza-se de ações de marketing institucional.

Para se desenvolver institucionalmente, é preciso que a organização ou instituição seja capaz de implementar, concomitantemente, ações ou programas, tais como processos de gerenciamento e políticas institucionais, de maneira complementar, tratando especificamente cada aspecto, para que um não se sobressaia ao outro. Isso nos leva a pensar em sustentabilidade que, para Armani (2003, p. 142), "sustentabilidade não diz respeito à dimensão da sustentação financeira de uma organização, mas sim a um conjunto bem mais amplo de fatores de desenvolvimento institucional cruciais para o êxito continuado de uma ONG".

Ao realizar a gestão no terceiro setor, desenvolver um plano gestor institucional, será essencial, para ter a direção de suas ações, que este plano seja proposto com uma ótica propositiva, a fim de conseguir a efetivação dos direitos políticos e sociais dos cidadãos.

Você, estudante do curso de serviço social, deve estar atento para realizar uma participação efetiva nos espaços sócio-ocupacionais em que for inserido e, nesse sentido, observe que um plano de ação

bem elaborado lhe permitirá esmiuçar seu processo interventivo profissional, no intuito de garantir respostas às necessidades sociais dos atores envolvidos na sua área de atuação.

No tocante a processos de planejamento e gestão, pode-se dizer que se trata de ações profissionais voltados para a gestão que vão da informação, organização ao gerenciamento de programas, projetos (MIOTO; NOGUEIRA, 2006). Diante disso, é importante diferenciarmos plano, programas e projetos. Para tanto, Carvalho (1978):

torna claro o lugar de cada um no interior do processo geral que pretende concretizar políticas públicas.

PLANO – É o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade.

PROGRAMA – É o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.

PROJETO – É a menor unidade do processo de planejamento. Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado (CARVALHO, 1978 apud TEIXEIRA, 2009, p. 4).

É essencial entender as diferenças básicas entre cada um dos itens mencionados por Carvalho (1978) quando referimos a plano, programa e projeto, pois as diferenças aparecem na forma de agregação das decisões e nos detalhes pormenores de execução. Para tal, sempre que um plano for estabelecido deve, necessariamente, estar aderente à estrutura organizacional, pois é no plano que são definidos, agrupados e ajustados objetivos e metas, sempre direcionando para o aproveitamento dos recursos da organização planejadora, já o programa é caracterizado quando tratamos de um setor, área ou até mesmo uma região e, por fim, o projeto tem como característica o detalhamento de diversas alternativas de intervenção que na maioria das vezes são singulares.

Todo e qualquer projeto deve ser planejado, sendo essencial o estabelecimento de diretrizes para execução futura, independentemente se é da iniciativa privada, se tem presença de órgãos governamentais ou mesmo se financiado com recursos públicos.



Pesquise mais

Leia o texto do professor Jairo Nogueira, no qual explica e distingue planos, programas e projetos.

Disponível em: <www.jaironogueira.noradar.com/jairo13.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

De acordo com Olsen Henrique Bocchi (2013), um plano de trabalho serve para “delimitação da futura execução de projetos de interesse público, salvo algumas peculiaridades a serem observadas quando derem respaldo aos termos de parceria, no que concerne à previsão **de CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO MEDIANTE INDICADORES DE RESULTADO.**” (BOCCHI, 2013, p. 150, grifos do autor). Quando nos referimos à questão do plano de trabalho aplicado ao ‘terceiro setor’, vale ressaltar os requisitos mínimos para a elaboração de um plano de trabalho de acordo com o art. 116 da Lei 8.666/1993:



§ 1º - A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador (BRASIL, 1993).

Como se pode notar, o plano de trabalho é de suma importância na consolidação do seu projeto, por isso, antes de submetê-lo, é necessário rever se todas as atividades planejadas ao longo da proposta estão alinhadas com o orçamento do projeto.

Neste sentido, a gestão de projeto torna-se um desafio para as instituições do terceiro setor, pois devem se atentar aos desafios representados na Figura 4.1.

Figura 4.1 | Desafios gerenciais



Fonte: adaptada de Ferreira (2005).

Como você pode ver, existem muitos desafios a serem superados pela gestão em organizações do 'terceiro setor' que realizam um trabalho com seriedade, tais desafios passam pela modelagem adequada da gestão, concorrências entre entidades, quando se trata de captação de recursos, e também a existência de pressões por resultados e impactos, e questões como baixa experiência na gestão. Tudo isso nos leva a pensar na elaboração de projetos que deve seguir alguns critérios para que as ações propostas sejam efetivas.

Nos seus estudos, você vai encontrar diversas possibilidades para elaboração e gestão de projetos sociais e entrará em contato com

muitas maneiras de se referir a eles, sendo assim, é bom ressaltar, de acordo com Marino e Cancellier (2010, [s/p]), que “Projetos sociais apresentam algumas etapas e jargões distintos dos projetos empresariais”. No que diz respeito à gestão de projetos sociais em organizações que compõem o terceiro setor é importante lembrar que, mesmo que essas sejam sem finalidade lucrativa, precisam apresentar resultados, principalmente quando os recursos são captados, como vimos na unidade 3, junto ao governo, empresas e sociedade em geral, através de doações para manutenção dos projetos.

É de suma importância transitar em direção à realização de um diagnóstico de conjuntura que possa apresentar leituras da realidade, e, para que isso aconteça, você necessita observar o ciclo de vida do projeto, cujos autores Campos, Abegão e Delamaro dizem que pode ser desmembrado em fases distintas:



1- Elaboração: é o momento da identificação do problema, definição dos objetivos, programação das atividades e confecção da proposta técnica do projeto.

2- Estruturação: uma vez decidido que o projeto vai ser realizado, é hora de organizar a equipe executora e mobilizar os meios necessários para executá-lo.

3- Realização: é o período quando as atividades previstas são realizadas e acompanhadas, de acordo com o planejado. Por vezes é necessário alterar a programação, em razão de fatos não previstos.

4- Encerramento: ao término do projeto é preciso analisar seus resultados e impactos, comparando-se o que se pretendia originalmente com o realmente alcançado. Também é o momento de cuidar da desmobilização do projeto, caso não haja prosseguimento. (CAMPOS; ABEGÃO; DELAMARO, 2002, p.19)

É de suma importância que seja realizada a gestão de projetos nas organizações do terceiro setor, posto que a atenção ao planejamento das ações poderá minimizar riscos e otimizar resultados através da eficiência dos resultados demonstrados após a execução dos projetos.

Você deve pensar que um projeto bem elaborado tem suas qualidades e sobre isso resgatamos Baptista (2002), que ressalta as qualidades esperadas de um projeto, que são:

- Simplicidade e clareza na redação.
- Disposição gráfica adequada.
- Clareza e precisão nas ilustrações.
- Objetividade e exatidão nas informações, na terminologia e nas especificações técnicas.
- Suficiência e precisão na descrição de cada operação.
- Abrangência, ou seja, o projeto deve se referir de forma exaustiva a todos os aspectos da estrutura da questão a que se destina.
- Ser compatível e coerente em suas relações entre as partes e em suas relações com os outros níveis da programação.
- Ter relação visível entre as operações previstas e o alcance dos resultados desejados, expressos nos objetivos.
- Apresentar limitação temporal e espacial.



Assimile

Sobre os projetos e sua elaboração é importante que utilizem todo o saber e conhecimento para sua propositura, dessa forma, lembre-se de que:

“Elaborar projetos é uma forma de independência. É uma abordagem para explorar a criatividade humana, a mágica das ideias e o potencial das organizações. É dar vazão para a energia de um grupo, compartilhar a busca da evolução” (KISIL, 2001, p. 10).

Na elaboração de projetos é muito importante ater-se às fases que o compõem, pois desta forma você terá certeza do caminho que está trilhando na construção de seu projeto, observe na Figura 4.2 as fases do projeto.

Figura 4.2 | Fases de projeto



Fonte: adaptada de Armani (2009, p. 30).

Você já deve ter percebido que planejar e identificar o problema e qual a real demanda da comunidade onde se pretende implantar um projeto é o pontapé inicial para definição do início da elaboração de um projeto, esse é um passo crucial que dará o norte para as demais etapas.

Santos (2003 *apud* ARMANI, 2009, p. 31) aborda uma forma para identificar um problema, assim: "Recomenda-se considerá-lo uma situação adversa no momento, contextualizando-a como uma condição negativa, expressa de forma precisa, objetiva e, preferencialmente, interrogativa. O ponto de partida é conceber o projeto como resposta a algo que se pode chamar situação-problema". Ainda de acordo com Armani (2009, p. 45), tais como:



- a) Identificar as situações-problema ou desafios que melhor expressam a problemática social da questão;
- b) Hierarquizar tais problemas/desafios de forma que eles apareçam relacionados numa cadeia de causa e efeito (usando-se uma "árvore de problemas e consequências" ou um diagrama de causas e efeitos) (ARMANI, 2009, p. 45).

Figura 4.3 | Árvore de problema



Consequências: neste campo, deve ser descrito os efeitos que o problema produz.

Problema Central: neste campo deve ser descrito o problema principal.

Raiz do problema: são descritas as causas que levaram ao problema.

Fonte: <<https://pixabay.com/pt/%C3%A1rvore-carvalho-vento-folhas-307951/>>. Acesso em: 12 abr. 2018. Textos adaptados de Armani (2009, p. 45).

No caso da árvore, o tronco é o problema principal, suas raízes são as causas e a copa os efeitos. Para utilizar esta metodologia é imprescindível identificar os problemas diante da situação analisada para determinar um problema central, após analisar todos os aspectos relevantes da situação, em seguida, identificar os efeitos que o problema produz e estabelecer as relações que existem entre esses efeitos. Na medida em que os efeitos identificados são considerados importantes, o problema é importante.

Na árvore, as causas do problema central deverão ser inseridas abaixo deste, deve-se estabelecer as relações entre as causas identificadas para identificar as cadeias causais de vários níveis e com várias ramificações, tanto acima do problema central (efeitos), como abaixo dele (causas). Lembre-se de que é importante revisar a lógica da árvore e reformulá-la se houver necessidade. Ressaltamos que o projeto deve estar focado nas causas (raízes).



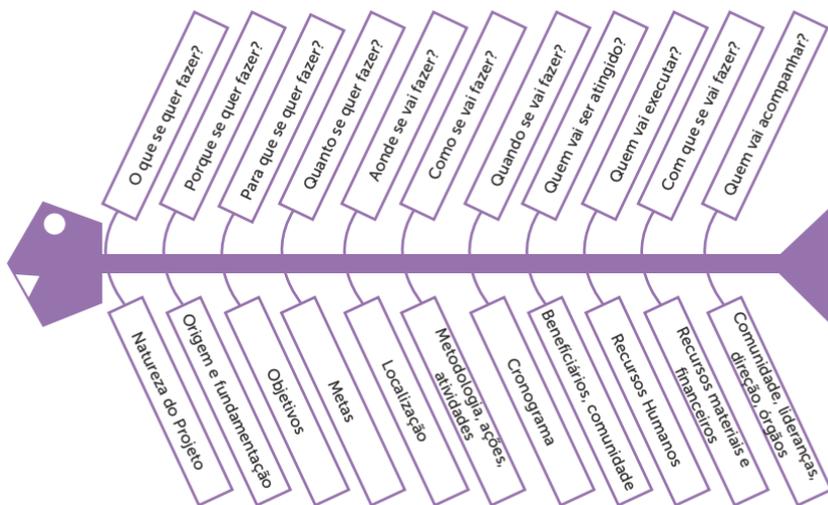
Refleta

Você considera que é possível estabelecer consenso entre os atores envolvidos no planejamento de um projeto sobre o problema central a ser abordado?

Podem ocorrer divergências no que se refere à elaboração e à execução do projeto?

Para elaborar um projeto é importante seguir um roteiro que seja um norteador das etapas a serem seguidas, na maioria das vezes, existe um roteiro pré-determinado, o qual, frequentemente, é definido de acordo com as necessidades e exigências próprias do órgão de execução e/ou financiador. Ao elaborar um projeto é importante pensar em questões como as identificadas na figura a seguir.

Figura 4.4 | Questões para nortear a elaboração de um projeto



Fonte: adaptada de Nogueira (s.d., on-line).



Pesquise mais

Veja o artigo de Arminda Eugenia Marques Campos, Luís Henrique Abegão e Maurício César Delamaro. *O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias*. (da página 47 a 55). Você verá a apresentação do roteiro de um projeto hipotético, que tem por finalidade melhorar o estado de nutrição dos estudantes da rede municipal de ensino de Brejo da Cruz e, com isso, interferir na melhoria do rendimento escolar e na redução do absenteísmo e da repetência dos alunos. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2154.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Ao escrever um projeto é importante verificar se existe um roteiro pré-fixado para seguir, mas apresentaremos aqui uma das possibilidades para escrever um projeto com base nos estudos de Armani (2009), basicamente deve conter:

- **Título:** representa sucintamente a natureza do problema.
- **Resumo:** deve conter a apresentação e introdução, destacando fatores importantes. Fornece a compreensão da proposta geral.
- **Dados da instituição:** deve apresentar informações institucionais, dados da diretoria, histórico da instituição, valores, dentre outras.
- **Análise de contexto e justificativa:** deve conter a fundamentação do projeto. Apresente os benefícios do projeto, tanto pessoais como materiais, descreva qual a importância deste projeto para a comunidade.
- **Antecedentes e origem do projeto:** deve detalhar como surgiu o projeto, a iniciativa e relacionar com a instituição.
- **Objetivo geral:** deve indicar o objetivo que norteia o projeto com o máximo de clareza.
- **Objetivos específicos:** são os objetivos que se pretende alcançar com o projeto.
- **Resultados:** deve conter as metas concretas a serem alcançadas, indique resultados a curto, médio ou longo prazo, pode utilizar um quadro de metas.
- **Atividades:** deve descrever todas as atividades previstas no projeto, de acordo com o cronograma.
- **Metodologia:** deve explicar e justificar a existência do projeto e a lógica de suas ações. Deixe claras as estratégias e as rotinas planejadas, referencie os métodos a serem utilizados para alcançar os objetivos específicos.
- **Premissas e fatores de risco:** deve considerar questões externas que podem afetar o projeto, bem como as formas para minimizar os riscos.
- **Recursos humanos e materiais necessários:** deve indicar os recursos necessários, a infraestrutura, recursos humanos etc.
- **Cronograma:** insira o calendário de execução das atividades do planejamento até a finalização do projeto.



Veja um exemplo para apresentação de cronograma, distribua as atividades pelos meses.

Quadro 4.1 | Cronograma

Fase	Objetivo	Ação	Atividade	Período/mês									
Preparatória	Construir diagnóstico	Mobilizar parceiros	Reunião de trabalho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
				X		X							

Fonte: elaborado pela autora.

- **Sistema de avaliação e monitoramento:** indique como será feita a avaliação e monitoramento do projeto.
- **Orçamento e financiamento:** apresente o orçamento detalhado do projeto. Deve indicar a receita, a previsão de gastos com imprevistos etc.
- **Anexos:** anexar os documentos que considerar necessários e que foram utilizados na realização do projeto.

Veja como é importante o domínio sobre a elaboração de projetos sociais, posto que em sua futura atuação profissional, você com certeza escreverá muitos projetos, tanto o seu projeto de intervenção social como projetos sociais, sejam em instituições, que compõem o terceiro setor, como em outros espaços sócio-ocupacionais. Agora que você já compreendeu as questões básicas sobre a elaboração de projetos, poderá seguir um roteiro-base de elaboração, continue se aperfeiçoando ainda mais para ter uma atuação propositiva e saber mais sobre a elaboração de projetos no terceiro setor.

Bons estudos!

Sem medo de errar

Chegou a hora de ajudar o Carlos com a identificação do problema para poder elaborar seu projeto para uma organização sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Você se lembra que Carlos pensa em um trabalho voltado para o atendimento a crianças, uma vez que em levantamento de necessidades na comunidade, ficou evidente que seria uma de suas prioridades, pois há crianças na comunidade

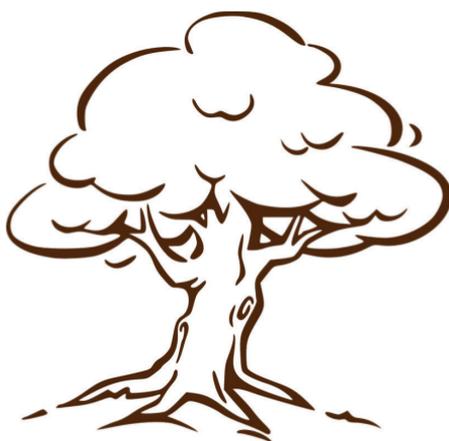
em situação de risco, na faixa etária de zero a seis anos, Carlos vislumbra a "socialização da educação", levando-a aos ambientes considerados menos favorecidos. Mas será esse o problema central a ser priorizado no projeto? Para a solução da questão será que um projeto na área da educação infantil interdisciplinar que proporcione, simultaneamente, saúde, educação, nutrição e desenvolvimento social é a resposta adequada ao problema?

Existem várias possibilidades para você desenvolver um projeto social, mas vamos aqui apresentar uma forma que poderá ser utilizada para identificar um problema central. Esta metodologia deve ser feita com a participação de todos os atores envolvidos e pode ser utilizada em uma reunião por exemplo. Trata-se da árvore de problemas que é um diagrama simples e tem por objetivo explicar o problema, identificando suas "raízes", que são os determinantes estruturais, seu "tronco" que é o problema central e seus "galhos", "folhas" e "frutos" que são as consequências.

Para identificar o real problema que ocorre na comunidade e afeta as crianças na faixa etária de zero a seis anos, Carlos pode utilizar a árvore e você deve ajudá-lo a representá-la.

Retome a Figura 4.3:

Figura 4.3 | Árvore de problema



Consequências: neste campo, deve ser descrito os efeitos que o problema produz.

Problema Central: neste campo deve ser descrito o problema principal.

Raiz do problema: são descritas as causas que levaram ao problema.

Após a realização da reunião com os atores envolvidos no processo, pode-se inserir em uma tabela:

Efeitos:
Problemas:
Causas:

É importante listar as causas e avaliar concretamente o problema, a identificação do problema que faz parte do diagnóstico; a análise situacional poderá fazer parte da justificativa de seu projeto.

Bom trabalho!

Avançando na prática

Identificando o problema

Descrição da situação-problema

Uma Organização Não Governamental (ONG), que atua junto a população de jovens do município de Carreirinha, resolveu desenvolver um projeto para viabilizar a qualificação desses jovens no intuito de capacitá-los para o mercado de trabalho, este programa visa beneficiar 1000 jovens que se cadastraram para participar das ações. A ONG, Emprego Jovem, buscou estabelecer parcerias com empresas locais e com o governo para tornar efetivas suas ações que objetivam beneficiar parte da população, jovens em situação de vulnerabilidade social, que não acessam os programas direcionados a inserção de jovens no mercado de trabalho.

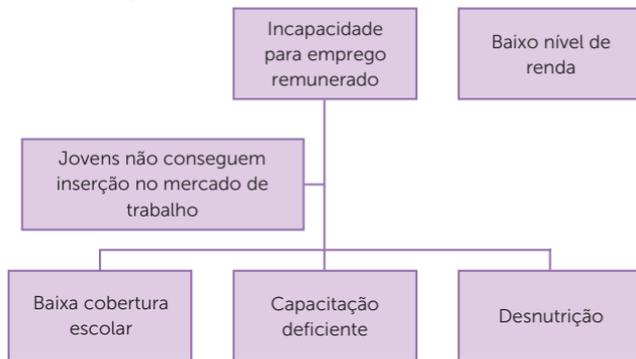
Dentre várias atividades planejadas nesse projeto, estão elencadas oficinas e workshops que abrangem desde aulas de ética, até inclusão digital. Para que um projeto como esse fosse desenvolvido, como foi possível identificar o problema para propor tais ações?

Resolução da situação-problema

Veja bem, caro aluno, um diagnóstico bem elaborado com a participação dos atores envolvidos, bem como da comunidade na qual estão inseridos os jovens beneficiados com a propositura de um projeto que vise o apoio ao primeiro emprego será de suma importância para elaboração do projeto. Uma das possibilidades

para identificar o problema é utilizar a metodologia da árvore de problemas, essa escolha dependerá da abordagem metodológica escolhida pela equipe responsável pela elaboração do projeto. Nesse caso, uma das possibilidades pode ser a de listar as causas e efeitos para se chegar ao problema central. Por exemplo:

Figura 4.5 | Árvore de problema



Fonte: elaborada pela autora.

Faça valer a pena

1. Ao realizar a gestão no terceiro setor, ter o direcionamento das ações é fundamental para o sucesso da organização, neste sentido, a definição de um plano institucional ajudará a identificar e concretizar as ações.

Diante do exposto, julgue as afirmativas abaixo sobre plano:

- I. Plano é um documento mais abrangente e geral.
- II. Plano deve conter estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados.
- III. Plano é o documento que indica um conjunto de projetos, cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.
- IV. Plano é a menor unidade do processo de planejamento.

De acordo com o exposto anterior, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas I, II e IV estão corretas.
- e) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

2. A elaboração de projetos, em geral, acompanha um roteiro predeterminado, o qual, frequentemente, é definido de acordo com as necessidades e exigências próprias do órgão de execução e/ou financiador. A respeito do projeto, analise as afirmativas a seguir.

I. O projeto contém documentos que indica um conjunto de projetos, cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.

II. O projeto é a menor unidade do processo de planejamento.

III. O projeto é o documento mais abrangente e geral.

IV. O projeto trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado.

De acordo com as informações acima, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e IV estão corretas.
- e) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

3. Você já deve ter percebido que planejar e identificar o problema e qual a real demanda da comunidade na qual se pretende implantar um projeto é o pontapé inicial para definição do início da elaboração de um projeto, assim, quando nos referimos à análise situacional e diagnóstico, podemos utilizar diversas metodologias, dentre elas, a árvore de problemas.

Sobre árvore de problemas, assinale a alternativa correta.

- a) A copa da árvore representa as causas que levaram ao problema.
- b) A raiz da árvore representa o problema principal.
- c) No tronco da árvore deve ser representado os efeitos que o problema produz.
- d) No tronco é que são descritos as causas que levaram ao problema.
- e) É na raiz da árvore que são descritas as causas que levaram ao problema.

Seção 4.2

O trabalho do assistente social na gestão e na prestação de serviços diretos em organizações do terceiro setor

Diálogo aberto

Olá, aluno! Você já vislumbrou algumas possibilidades e conhece as questões que são objeto de debate sobre o terceiro setor, então, vamos avançar um pouco mais e entender as questões relacionadas ao trabalho do assistente social na gestão e na prestação de serviços diretos em organizações do terceiro setor e entender a profissão frente às transformações societárias recentes; a atuação do assistente social e suas demandas: sociais, institucionais e profissionais e algumas especificidades da atuação do assistente social nas organizações do terceiro setor.

Agora que você já apoiou Carlos na identificação do problema para construção do projeto, vamos para outro desafio muito importante. Como Carlos irá receber Lúcia, assistente social, que ficará responsável pela coordenação técnica dos projetos, ele irá apresentar a ela o trabalho realizado até então e teve uma grande preocupação, quer deixar claros alguns pontos: quais são as demandas sociais, institucionais e profissionais no terceiro setor? Como se dá a atuação do assistente social nas organizações? Existem especificidades da atuação do assistente social nessas organizações do terceiro setor? O serviço social não pode ter sua atuação atrelada à validação de um projeto burguês, sendo assim, vamos analisar todas essas questões e ajudar Carlos a estruturar a apresentação do trabalho neste espaço sócio- ocupacional?

Bons estudos!

Não pode faltar

Você pôde perceber até o momento que muito ainda temos a debater sobre as questões relacionadas ao terceiro setor e é importante que possamos contribuir com este debate. O trabalho

do assistente social na gestão e na prestação de serviços diretos em organizações do terceiro setor é uma realidade, podemos ter acesso a alguns artigos acadêmicos, revistas e mesmo congressos da categoria que apresentam relatos de excelentes trabalhos nesta área, os quais estão alinhados com o projeto ético-político da profissão, sobre o qual vamos tratar na próxima seção. No entanto, essas publicações ainda são muito poucas para a necessidade de ampliar o debate nesta área, tendo em vista o crescimento e avanço do terceiro setor, bem como o fato deste também se apresentar como uma possibilidade para atuação do profissional do serviço social. Desta forma, é válida e importante a reflexão a respeito do trabalho e serviço social, posto que também se encontra, nesta área, relatos de experiências profissionais que reiteram tanto visões ufanistas ou acrílicas da realidade vivenciada nas instituições que compõem o terceiro setor como visões pessimistas.

Vejam, trouxemos para você, no decorrer desta disciplina, algumas discussões relacionadas ao projeto neoliberal, suas influências para a expansão do terceiro setor, bem como abordamos sobre a reforma do Estado que alterou as relações de trabalho de forma geral, as políticas sociais de emprego, dentre outras, e tais mudanças ocorridas desde a década de 1980 e 1990, objetivando a expansão e manutenção do capitalismo, afetaram as práticas de intervenção no campo de trabalho do assistente social, exigindo do profissional a apresentação de um perfil diferenciado, com habilidades e estratégias renovadas frente às transformações societárias recentes para o enfrentamento de novas demandas ou velhas demandas apresentadas sob uma nova ótica.

Diante de mudanças constantes de políticas públicas, sociais, mudanças na economia, dentre outras e com a redução das responsabilidades do Estado frente às demandas sociais, o assistente social encontra-se em meio a esse debate, uma vez que seu trabalho está diretamente ligado às políticas sociais, seguridade e direitos sociais de forma geral. A respeito disso, relembramos Marilda Yamamoto (2010, p. 83-84) que refere que “[...] considera-se o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais”, desta forma, as transformações societárias impactam diretamente o trabalho de forma geral e o serviço social.



Reforçamos que o serviço social tem seu compromisso firmado com a defesa dos direitos sociais, que de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012), dentre direitos e deveres do assistente social, apresenta-se “o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;” tal posicionamento deve ser reforçado pela categoria, uma vez que nos vemos diante de várias contrarreformas que visam a socialização dos custos da crise do capitalismo com a classe trabalhadora para manutenção da burguesia.

Sobre o trabalho, você já deve ter percebido, conforme afirma lamamoto (2010, p. 90), que “O estímulo à figura do trabalhador polivalente, capaz de realizar múltiplas atividades ao mesmo tempo e pelo mesmo salário, rompe as rígidas barreiras das especialidades profissionais especialmente nas funções de menor qualificação [...]”.

As diversas transformações societárias que estão ocorrendo na atualidade impactam também no surgimento de distintas demandas para o assistente social, de uma sociedade globalizada que se vê diante da necessidade de recorrer a processos de investigação que possibilitem a ocorrência de transformações em vários espaços sócio-ocupacionais nos quais se encontram inseridos os profissionais do serviço social.

De acordo com José Paulo Netto (1996, p. 87) “[...] o período histórico em que estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades”. Assim, diante de tais transformações, é necessário que o profissional se reinvente.

Hoje, mesmo diante de avanços e retrocessos, encontramos muitas fragilidades diante da nova realidade societária frente ao projeto neoliberal, que se apresentam relacionados ao mundo do trabalho, tanto para os assistentes sociais como para outros profissionais, a exemplo, o aumento do trabalho temporário, a terceirização, o desemprego e a redução do trabalho formal, com vistas à acumulação do capital. Vale ainda ressaltar, no que se refere

às políticas sociais, a ampliação de programas sociais de corte assistencialista, conforme afirma Alencar (2009, p. 7):



Ao lado da ampliação desses programas sociais de corte assistencialista, predomina o aprofundamento de tendências históricas do sistema de proteção social brasileiro, como, por exemplo, a tendência de privatização nas áreas da saúde, educação e, também, previdência. Por fim, essas fortes tendências convivem hoje com as novas formas de gestão pública das políticas sociais que, por meio da descentralização e municipalização das ações, têm conduzido, muitas vezes, ao desmonte dos programas tornando ainda mais grave o quadro de pobreza e miséria do país.

Sendo assim, o trabalho do assistente social se pautará na luta por condições de trabalho dignas e pela proposição de políticas públicas e serviços sociais que elejam demandas da classe trabalhadora. Neste sentido, em uma reflexão acerca do serviço social, lamamoto (2010, p. 67) pondera que:



O Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previsto em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas a ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social desta população.

Ao tratarmos da questão relacionada ao trabalho e serviço social, vemos que o profissional de serviço social interfere nessa relação, sendo assim, torna-se necessário que sua atuação no enfrentamento das questões sociais contribua para a compreensão do trabalhador a respeito da forma e posicionamento da sociedade frente às refrações da questão social.



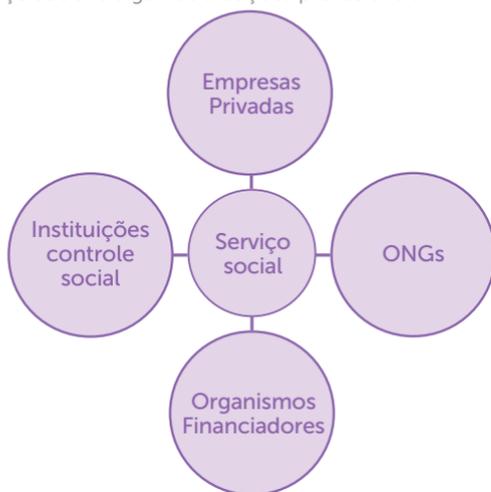
Podemos dizer que políticas sociais são a fundação do trabalho do assistente social, legitimando e abrindo espaços sócio-ocupacionais, com as transformações societárias e alterações no contexto social e político ocorrido no país, conforme explicado anteriormente, a profissão de serviço social também passa por mudanças significativas em sua demanda e na sua forma de atuar e de intervir, sendo assim, quanto às demandas que chegam ao assistente social, você acredita que é possível que o profissional atue e consiga atender questões que lhe são demandadas na atualidade? Como os profissionais inseridos no “terceiro setor” podem atuar?

Pode-se dizer que uma demanda que chega ao serviço social acaba, em muitas vezes, se traduzindo em uma obrigação da sociedade, da instituição ou do próprio mercado de trabalho. O assistente social pode se ver diante de demandas dos usuários dos serviços, do empregador, ou ainda daquelas que ele próprio diagnostica, e deverá apresentar o conhecimento profundo da categoria mediação, além de instrumental teórico-metodológico, o qual faz parte do cotidiano de trabalho e atuação profissional.

Existe uma realidade contraditória, conforme aponta Renato Almeida, de que “O assistente social é um profissional assalariado e, nas instituições, busca responder às demandas, imerso em mediações que muitas vezes podem dificultar seu desempenho, pois atua numa realidade contraditória e historicamente situada” (ANDRADE, 2015, posição 2446-2448).

Você já deve ter notado que o serviço social há muito tempo vem se relacionando com instituições, sejam elas estatais, filantrópicas, caritativas, e também com movimentos sociais, aliás, essas relações são vistas desde a sua gênese, não é mesmo? Em meio a contradições, lutas e conflitos. Agora, na atualidade, o assistente social vem se inserindo em empresas privadas, ONGs e instituições que compõem o terceiro setor e, muitas vezes, é inserido por exigência de controle social ou de organismos financiadores, representado na figura 4.1, o que nos leva a refletir sobre sua atuação no terceiro setor.

Figura 4.6 | Serviço social e algumas atuações profissionais



Fonte: elaborada pela autora.

Dentre as diversas demandas, temos ainda a gestão no terceiro setor, que é um espaço restrito, sendo que o trabalho do assistente social na gestão e na prestação de serviços diretos em organizações do 'terceiro setor' encontra algumas resistências. Discutimos a questão da gestão em unidades anteriores, muitas instituições ou organizações não consideram o trabalho de profissionais como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, dentre outros, diretamente relacionados à gestão, porém, seu trabalho é essencial nessas instituições, conforme explicado anteriormente, muitos são contratados por exigência dos financiadores, porém são alocados não na gestão, mas em atividades burocráticas e sem participação nas decisões, contrária à prerrogativa da atuação profissional qualificada de assistentes sociais criativos e que tenham uma visão propositiva na gestão das atividades institucionais.

Ao pensarmos a respeito da atuação do assistente social no terceiro setor, vale resgatar algumas demandas que são levadas para o profissional que, segundo Andrade (2015, posição 2940-2942), chegam ao serviço social, como:

As causas e consequências do desemprego podem ser delimitadas como principais demandas. Minimizar as consequências acarretadas pelo desemprego é o principal objetivo dos profissionais; no entanto, suas causas são de difícil intervenção e/ou compreensão por parte da maioria dos assistentes sociais.



O autor faz referência ao desemprego que repercute na realidade da população usuária do serviço social, posto que o Estado intervém minimamente na garantia dos direitos sociais e quando esta mesma população busca solução de seus problemas no segundo setor – que é o mercado constituído em sua maioria por empresas privadas – pode encontrar dificuldades, pois muitas vezes os recursos disponibilizados por esse setor não são exatamente para atender as reais necessidades da população, uma vez que são geridos pelas relações comerciais e econômicas. Sendo assim, a população acaba por buscar soluções para suas carências financeiras nos programas sociais, geridos pelo chamado terceiro setor, que se torna um campo de atuação para o assistente social, e que se vê diante de demandas carregadas de ideologias, políticas e culturais.



Pesquise mais

Leia o artigo de Janaina Lopes do Nascimento Duarte que versa sobre o *Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONG's*. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/9126/1/ARTIGO_CotidianoProfissionalAssistente.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018. Neste artigo, a autora elucida algumas indicações de análise sobre o cotidiano da atuação profissional do assistente social em ONGs.

É de suma importância desenvolver uma gestão competente no terceiro setor que possa demonstrar qualidade e preocupação com direitos sociais em seu trabalho, e isso será percebido nas ações desenvolvidas na direção da promoção social e no desenvolvimento humano; agora, ações fragmentadas e pontuais, voltadas para atenuar situações específicas, não são capazes de

provocar mudanças e muito menos de transformar a realidade das comunidades, dos cidadãos.

Tratando de questões a serem observadas por profissionais atuantes no terceiro setor, como assistentes sociais, é fundamental conhecer, basicamente, de que se trata o terceiro setor e determinada organização, isso é, ter visão do todo na instituição, saber que o público atendido nas organizações é de pessoas possuidoras de direitos (o que deveria ser uma visão básica) e não são simplesmente peças da ação profissional, simplesmente, Costa (2005).

Já a respeito da especificidade do trabalho do profissional de serviço social, Costa (2005, [s/p]), acrescenta que:



[...] este profissional, necessita, além dos requisitos apontados, de possuir uma sólida formação profissional sobre,

- Os determinantes da questão social brasileira e suas diferentes manifestações,
- As políticas sociais setoriais para o enfrentamento dessas manifestações,
- A relação Estado, Mercado e Terceiro Setor, discernindo o papel e função de cada um no contexto da formulação e execução dessas políticas; não esquecendo que cabe ao ESTADO o dever de prover políticas sociais adequadas e eficientes para o enfrentamento da questão social. O terceiro setor é parceiro do Estado e não o contrário (COSTA, 2005, [s/p]).

Conforme ressalta a autora, o assistente social deve dominar questões que são específicas para que sua atuação seja propositiva e eficaz e possa se inserir em tais instituições, conhecendo as relações que se estabelecem entre Estado, mercado e Terceiro Setor.

Tal necessidade se torna importante, na medida em que vemos, tanto empresas como organizações e instituições, que desconsideram algumas atribuições privativas do assistente social, que perpassam pela elaboração, avaliação e execução de planos, programas e projetos, dos quais falamos na unidade 3, tais atribuições são essenciais para a efetiva atuação do profissional também no terceiro setor. (BRASIL, Lei 8662 de 7 de junho de 1993).

Outra questão que devemos nos atentar é uma a qual Andrade chama atenção, ao verificar em sua pesquisa que:

Existem assistentes sociais que trabalham na elaboração de projetos de captação, em que uma parte dos recursos captados vai para o elaborador e esse profissional nem sempre se identifica com a ONG para a qual prestou serviço. É um tipo de trabalho que não cria vínculo ou compromisso com a população-alvo do projeto de intervenção, pois esse profissional não tem contato com o público da ONG e muito menos irá acompanhar a utilização do recurso captado (ANDRADE, 2015, posição 2706-2709).

Nesse sentido, como exposto anteriormente, é de suma importância ao profissional entender e realizar uma leitura crítica da realidade que se apresenta no trabalho desenvolvido por instituições do chamado 'terceiro setor', para que não utilize a especialização do seu trabalho em atuações descomprometidas, conforme a citada pelo autor.

Nesta especialização do trabalho, vale lembrar que são atribuições privativas do assistente social, executadas por profissional de Serviço Social, conforme a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão (BRASIL, Lei 8662 de 07 de junho de 1993):

Art. 5º - Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II. planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III. assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV. realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; [...].

Na atuação profissional, o assistente social utiliza todo o seu conhecimento e as atribuições que lhe são pertinentes para apoiar projetos e programas em seu espaço sócio-ocupacional, portanto, é importante conhecer e estar atento às suas atribuições.



Exemplificando

Um assistente social inserido em um espaço ocupacional de uma entidade de assistência social, por exemplo, pode estar exercendo uma atribuição específica profissional quando presta assessoria, consultoria a esta entidade no que se refere a área social, realizando por exemplo um diagnóstico social da comunidade que é população-alvo das ações da entidade. Com um diagnóstico social bem elaborado, pode-se identificar necessidades, demandas, reflexos da questão social presentes na comunidade, os quais podem vir futuramente a ser objeto da ação social, fazendo parte da elaboração de um projeto social a ser executado pela entidade.

A partir das demandas que chegam as instituições e Ongs, que compõem o “terceiro setor”, são desenvolvidos programas assistenciais, principalmente para solucionar a questão das carências financeiras que citamos anteriormente e sobre isso Andrade afirma que:



Programas assistenciais, de geração de renda e complementação financeira familiar, são uma realidade para a maioria dos assistentes sociais, que trabalham tanto em instituições públicas como privadas. Esses programas têm “belos nomes” para encobrir a realidade, quando não se quer falar em “distribuição” de sopa, cesta básica, remédio, roupa usada, mobília, vale-transporte, enxoval para bebê etc. Esses são os programas que vão ao encontro das necessidades da maioria absoluta das pessoas que buscam as ONGs. Suas demandas são pontuais e, como por encanto, recebem respostas pontuais (2015, posição 3152-3156).

Enfim, o assistente social necessita apresentar respostas concretas e práticas para questões sociais, que são o objeto de intervenção de organizações em que estiver inserido e, com a atuação crítica e propositiva deste profissional, pode apresentar projetos que de fato atendam às reais necessidades de seus usuários. O profissional do serviço social, sobretudo que atua no terceiro setor, não deve abandonar sua postura reflexiva, crítica e construtiva para as realidades sociais as quais lhe chegam como demandas.

Vimos aqui algumas questões relativas à profissão frente às transformações societárias recentes, às demandas postas ao serviço social e à atuação específica do assistente social nas organizações do “terceiro setor”. Esperamos que você se aproprie dessas reflexões e possa contribuir significativamente para o avanço deste debate tão importante e necessário no âmbito de nossa profissão. Agora você possui elementos para avançar nos seus estudos.

Sem medo de errar

Chegou a hora de ajudarmos o assistente social Carlos a resolver a situação em que estava mergulhado, então, vejamos, uma de suas preocupações era sobre como iria receber Lúcia, assistente social, que ficará responsável pela coordenação técnica dos projetos, ele ficou de apresentar a ela o trabalho realizado até então e teve uma grande preocupação, quer deixar claros alguns pontos: quais são as demandas sociais, institucionais e profissionais no terceiro setor? Como se dá a atuação do assistente social nas organizações? Existem especificidades da atuação do assistente social nessas organizações do Terceiro Setor? O Serviço social não pode ter sua atuação atrelada à validação de um projeto burguês.

Para Carlos estruturar a apresentação do trabalho, neste espaço sócio-ocupacional, uma das possibilidades é que ele componha um relatório com dados coletados e tabelas, as quais utilizou para estruturar o projeto em si, sua justificativa e seu diagnóstico, ou seja, análise da situação:

Quadro 4.2 | Demandas diagnósticas

Ordem	Demandas	Frequência
1	Recursos financeiros e auxílio-transporte	13
2	Encaminhamentos na área de saúde	9
3	Acompanhamento às famílias	7

Fonte: elaborado pela autora.

Veja bem, é preciso descrever a metodologia utilizada para os encaminhamentos, bem como a justificativa das ações e como foram realizadas ou propostas as intervenções, utilizando todo o aporte teórico necessário e de apropriação do serviço social, a

postura propositiva, crítica e reflexiva configura a proposição das ações nos projetos apresentados pelo serviço social.

Acredito que você possa agora ajudar o assistente social Carlos a elaborar seu relatório das ações realizadas nessa perspectiva.

Bons estudos!

Avançando na prática

Plano de trabalho

Descrição da situação-problema

A Educativos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atua para apoiar o governo na adoção de políticas públicas consistentes que promovam a qualidade da educação pública. A assistente social Cleide é a responsável pelo planejamento e execução do programa, destinado a apoiar a escola pública situada em Lagoinha Santa a levar às crianças e adolescentes matriculados um ensino de qualidade. O programa deve promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação, e a equipe de Cleide deve investigar as causas que estão levando o ensino nessa região a ser considerado ineficaz, propondo soluções que levem a um melhor aprendizado, elevando a qualidade do ensino. Diante da necessidade do assistente social, inserido nessa organização, traçar uma proposta, um plano de intervenção que seja fundamentado, teórica e metodologicamente, através dos subsídios e instrumentos produzidos na área de conhecimento do Serviço Social, como Cleide pode determinar e mensurar quais são as demandas, as necessidades da clientela, para montar o plano de trabalho de acordo com essas necessidades?

Resolução da situação-problema

A compreensão do trabalho do assistente social é organizada conforme as exigências econômicas e sociopolíticas no processo capitalista, diretamente vinculado a um espaço institucional, neste caso, a OSCIP, com políticas sociais atendidas pelo Estado, sendo transferidas às organizações da sociedade civil.

Sendo assim, perceba que a assistente social Cleide deve adotar uma perspectiva que vise os direitos sociais e as práticas cidadãs. Será necessário elaborar um mapeamento das demandas, por meio do plano de trabalho que consiste em um instrumento que organiza as atividades a serem desenvolvidas e como serão executadas essas tarefas, passando por avaliações e efetivação do processo, atendendo às necessidades do público que demanda as políticas.

É importante que a assistente social e equipe realizem o diagnóstico que possibilite identificar as causas do problema, além das demandas que podem ser objeto de intervenção. Esse diagnóstico deve fazer parte da elaboração do programa e de seus projetos, sendo um dos primeiros passos para a existência do programa. Assim, é possível que Cleide consiga mapear as demandas levantadas, por exemplo:

Quadro 4.3 | Demandas diagnósticas

Ordem	Demandas	Frequência
1	Evasão escolar	13
2	Famílias sem condições de apoiar a criança com as tarefas escolares	9
[...]		

Fonte: elaborado pela autora.

Após o levantamento dos dados, eles devem ser analisados, tendo em vista a proposta de ações mais diretas e assertivas, no intuito de apoiar a melhoria do processo ensino-aprendizagem na comunidade.

Faça valer a pena

1. Quando tratamos de algumas atribuições privativas do assistente social, podemos relacionar algumas que são demandadas ao profissional em distintos órgãos e instituições que se constituem em espaço sócio-ocupacional deste profissional, dentre elas:

- I. Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- II. Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- III. Assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

IV. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

A respeito das atribuições privativas do assistente social, é correto o que está:

- a) Apenas na afirmativa I.
- b) Apenas na afirmativa II.
- c) Apenas na afirmativa III.
- d) Apenas nas afirmativas I, II, III.
- e) Nas afirmativas I, II, III e IV.

2. Sobre as transformações societárias ocorridas desde a década de 1990, analise as afirmações e assinale V para verdadeiro e F para falso.

- () Afetam diretamente o conjunto da vida social.
- () Incidem fortemente sobre as profissões.
- () Incidem apenas em empresas privadas.
- () Afetam diretamente a funcionalidade de ONGs e OSCIPs.

Agora, assinale a alternativa que apresenta corretamente a sequência entre verdadeiro e falso.

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, V, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, F, F, F.
- e) F, F, F, V.

3. A respeito da atuação do assistente social em organizações do terceiro setor, Costa (2005) refere que o profissional deve possuir uma sólida forma referente:

- I. Aos determinantes da questão social brasileira e suas diferentes manifestações.
- II. Às políticas sociais setoriais para o enfreteamento dessas manifestações.
- III. À relação Estado, mercado e terceiro setor, discernindo o papel e função de cada um no contexto da formulação e execução dessas políticas.

A respeito do pensamento de Costa (2005), é correto o que está:

- a) Na afirmativa I, apenas.
- b) Na afirmativa II, apenas.
- c) Nas afirmativas I e II, apenas.
- d) Nas afirmativas II e III, apenas.
- e) Nas afirmativas I, II e III.

Seção 4.3

Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e o serviço social

Diálogo aberto

Olá, aluno! Quantos conhecimentos você já adquiriu até o momento, não é mesmo? Você pôde entender diversas questões que fazem parte do debate sobre o “terceiro setor” e vislumbrou as possibilidades de atuação para o profissional de serviço social, então, vamos estudar um pouco mais sobre as expressões da questão social e o “terceiro setor” analisando possibilidades e limites da atuação profissional. É importante também entender se a aplicabilidade do projeto ético-político do assistente social nas organizações do “terceiro setor” é possível?

Vamos adentrar ainda mais na questão sobre o “terceiro setor” enquanto campo de trabalho para o assistente social um campo que desperta diversos debates para entender a questão da resistência e luta dos profissionais do serviço social inseridos neste campo de atuação.

Para tornar o aprendizado prático, nesta unidade, você e Carlos, assistente social de nossa situação-problema, apresentarão um relatório crítico sobre as expressões da questão social e o “terceiro setor”, destacando os limites da atuação profissional. Após ter pensado muito quando estruturou a apresentação para a nova coordenadora técnica a assistente social Lucia, Carlos se questiona sobre como garantir a aplicabilidade e viabilização do projeto ético-político do assistente social e as organizações do “terceiro setor”? É possível apresentar um projeto que represente uma atuação ética, voltada para a garantia de direitos dos cidadãos? Como realizar essa mediação junto às instituições que fazem parte do “terceiro setor” e se apresentam como campo de trabalho para o assistente social?

Vamos ajudar Carlos a refletir sobre essas questões e apresentar um projeto condizente com a atuação a que se propõe.

Bons estudos!

Não pode faltar

Vamos entender um pouco mais sobre o serviço social, a questão social, suas expressões e o “terceiro setor”. Você deve se lembrar que já falamos um pouco sobre esse assunto que é tão importante para a nossa categoria profissional, certo? Como visto, a questão social é o objeto de estudo do serviço social e, na área acadêmica, temos vários autores que se debruçaram em seu estudo sobre isso, tanto em teoria como em prática. É de suma importância compreender as contradições existentes neste espaço sócio-ocupacional do “terceiro setor”, bem como saber que conexão estabelece no trato com as diversas expressões da questão social.

O profissional de serviço social, em sua atuação, estabelece interconexões decorrentes de suas configurações relacionadas entre Estado, sociedade e as transformações gestadas a partir dos processos de produção e reprodução sociais que impõem limites à atuação do assistente social, interferindo, inclusive, na proposição de respostas destes profissionais às questões que lhe são demandadas. Iamamoto (2010, p. 22-23), refere que “a abordagem do serviço social como trabalho supõe apreender a chamada “prática profissional” profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com a endogenia no Serviço Social”.

Dessa forma, é importante vislumbrarmos os desdobramentos da profissão com um olhar para realidade que se apresenta com novas configurações, assim como vimos nas unidades anteriores, nós percebemos uma nova esfera social entre o público e o privado quando tratamos do relacionamento com o chamado “terceiro setor”. Conforme afirma Andrade, (2015, on-line) ao se referir aos processos de transformação na profissão de serviço social bem como nas ONGs, que diz:



Como as ONGs, o Serviço Social, enquanto profissão historicamente situada, também passou por processos de mudança em seu referencial teórico-metodológico, objetivos e papel desempenhado nas relações sociais e na reprodução da força de trabalho. Houve um processo de “intenção de ruptura” com a concepção da profissão de

caráter mais assistencialista e de controle social, passando a direcionar seus projetos e programas em articulação com a luta pela conquista de direitos sociais e de reconhecimento de seus usuários como cidadãos.

Neste sentido, o autor afirma a concepção da profissão no que tange à luta pela conquista de direitos sociais, desempenhando um papel importante no âmbito profissional.

Voltando nosso olhar para o debate sobre a questão social, reportamo-nos a Mota (2000, p. 1) *apud* Barreto (2011, p. 200) que se referem a termos históricos, este debate apresenta-se como uma

[...] expressão politizada da desigualdade social inerente à constituição da sociedade burguesa. Sua emergência e visibilidade está organicamente vinculada à constituição da classe trabalhadora na medida em que, como sujeito-político coletivo, ela publiciza a pobreza, expondo a contradição que marca a relação capital/trabalho, presente no antagonismo entre as contradições em que ambas as classes se inserem no processo de produção e usufruto da riqueza socialmente produzida.

Assim, pode-se verificar que há muito ainda que se debater sobre a questão social, posto que a mesma surge diante das contradições advindas da relação capital e trabalho e mais ainda entender o serviço social e a relação estabelecida entre a sociedade civil e o Estado e as novas configurações desta sociedade que, como vimos na unidade 2, com a desresponsabilização do Estado para com o social, o chamado “terceiro setor” passa a dispensar um tratamento à questão social.

O serviço social em uma sociedade capitalista se encontra em meio a ações públicas ou privadas para responder às sequelas da questão social e o planejamento dessas ações no seu local de trabalho.



De acordo com Iamamoto (2010, p. 27),



O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Diante do exposto até o momento, com as novas bases de produção e reprodução da questão social, faz-se necessário repensar a atuação do profissional do serviço social frente às expressões da questão social, vislumbrando as possibilidades e limites de sua atuação diante da expansão do "terceiro setor" e deste ter assumido uma função social no trato às expressões da questão social.

A questão social brasileira, em virtude do estratégico fenômeno do "terceiro setor", consequência da desresponsabilização do Estado diante da viabilização de políticas públicas, acaba sendo tratada de maneira emergencial por entidades que compõem este "terceiro setor", porém essa forma não resolve as problemáticas e tão pouco chega na origem de problemas reais, que são decorrentes de desigualdades socioeconômicas, dessa forma, as políticas sociais não são tratadas como direito do cidadão. Conforme ressalta Paoli (2005, p. 409), "uma estratégia de despolitização da 'questão social', altamente funcional ao projeto neoliberal, tendendo a ser uma espécie de nova volta no parafuso do controle e da dominação de classe na sociedade capitalista".

Na prática cotidiana do assistente social está presente uma possível intervenção na realidade social, tendo em vista que as sequelas da questão social e seus rebatimentos são demandados aos profissionais do serviço social que necessitam dominar um conjunto de instrumentais e técnicas que estão permeados também por questões políticas, solicitando deste profissional uma apreensão crítica da realidade, bem como a compreensão e aplicação de

metodologias e teorias para atender tais demandas que chegam ao setor. O profissional de serviço social está capacitado para fazer leitura da realidade e investigar situações conflitantes e/ou polêmicas.

Agora, dentre os limites que encontramos para a atuação do profissional de serviço social nas organizações do “terceiro setor” é que muitos deles trazem em suas ações formatos conservadores para o atendimento às necessidades apresentadas pela comunidade ou população atendida. Tais práticas podem ser observadas em muitos trabalhos comunitários, voluntários voltados à caridade e extremamente assistencialistas, e ao profissional do serviço social, no limiar de questões como essas, deve ter uma formação sólida e crítica dessa realidade para romper com determinados padrões que muitas vezes se encontram enraizados e institucionalizados nessas organizações que compõem o chamado “terceiro setor”.

Estamos diante também da precarização do trabalho profissional, muitas ONGs utilizam-se do trabalho voluntário ou por projeto, assim o assistente social pode se ver substituído por serviços de autoajuda e ajuda mútua, trabalhos voluntários, o que Montaño (2010) caracteriza de “desprofissionalização”.

Alguns limites são impostos pelo chamado “terceiro setor”, pois este é repleto de ideologia e contradições no trato às políticas sociais, pois algumas instituições sérias pensam seus projetos como viabilização de direitos sociais, porém outras, conforme colocado anteriormente, atuam na funcionalidade ao projeto neoliberal, visando à manutenção do capitalismo.

O profissional do serviço social, cuja atuação é comprometida com a luta por direitos sociais e que faz uma análise crítica do debate contraditório por trás do chamado “terceiro setor”, não se conformará com tais políticas, sendo postas de forma conservadora, focal e fragmentada.

Em qualquer espaço de atuação, podemos verificar a existência de questões contraditórias e muitos desafios a serem superados, cada qual apresenta condições específicas que o assistente social necessita compreender para desenvolver sua práxis em torno do projeto profissional da categoria.



Tendo em vista que muitas das ações desenvolvidas em organizações do “terceiro setor” estão permeadas pela contradição da grande capital e podem servir como funcional ao projeto neoliberal, conforme afirmam alguns estudiosos desta área, como será possível a concretização de ações no cotidiano do profissional de serviço social na direção do projeto ético-político da categoria?

Quando nos referimos ao projeto ético-político do serviço social aplicado às organizações do “terceiro setor” é de fato importante ressaltar como o profissional se insere neste contexto de tal forma a tornar tal aplicabilidade possível. Para entendermos como o serviço social passou de mero protagonista das lutas das classes sociais para o ator desse processo, é preciso compreender o percurso desta evolução, e para isso vamos retornar ao passado e entender como ocorreu essa virada. Historicamente o projeto ético-político tem sua origem, conforme mencionado por Silva (2002), quando foram registradas grandes recusas e críticas às práticas profissionais do assistente social, devido aos métodos conservadorísticos e tradicionalistas da época, os quais limitavam a atuação dos profissionais, o que conseqüentemente levou a ocorrência de uma ruptura com o tradicionalismo da época e o renascimento de um profissional com identidade própria e uma visão aplicada numa direção mais crítica e madura. Tais ações ocorridas no passado foram essenciais e fundamentais para contribuir com o fortalecimento da categoria dos assistentes sociais, na perspectiva da construção de um projeto coletivo para a categoria, o projeto ético-político profissional.

Veja na Figura 4.7 elaborada por Fernandes (2014) quais são os elementos que compõem o projeto ético:

Figura 4.7 | Elementos que compõem o projeto ético-político do Serviço Social



Fonte: Fernandes (2014, p. 32).

É importante destacar que todas essas ações na direção da construção do projeto ético-político acabaram por ampliar os horizontes de percepção do profissional. Como você pôde observar na figura 4.7, o projeto propõe a construção de uma nova ordem social e transformação social. Antes de avançarmos para compreendermos a aplicabilidade do projeto profissional junto às organizações do “terceiro setor”, é preciso compreender de antemão o projeto ético-político que de acordo com Rodrigues apud Mauricio (2010, p. 17) aponta que:

o projeto ético-político corresponde justamente à ruptura com este tradicionalismo e ao aparecimento de uma identidade profissional nova, isto é, de um serviço social radicalmente renovado numa direção crítica, produto da maturação de uma determinada perspectiva de renovação profissional que, denominada de Intenção de Ruptura, emerge, no país, no caso da ditadura e torna-se hegemônica no interior da categoria nos anos 90. Tanto é assim que a autorrepresentação profissional

que ele comporta é herdeira direta do serviço social crítico, ou seja, daquela perspectiva que no interior do Movimento de Reconceituação ambicionava um corte radical com o conservadorismo profissional e a constituição de um serviço social sintonizado com os interesses da massa da população.

As competências do profissional de serviço social, aplicadas as visíveis necessidades do “terceiro setor”, aliada com as atribuições privativas, que, por si só, estabelecem as relações possíveis entre o Serviço Social e qualquer setor, estão atreladas às crescentes iniciativas associadas à responsabilidade social e a descentralização da gestão das políticas de Assistência Social e representam um campo de crescentes desafios aos profissionais, pois observam-se aplicações inadequadas de recursos públicos, levando a redução dos serviços assistenciais ou a ineficiência deles, aumentando as crescentes demandas pelos serviços oferecidos por tais entidades que compõem o chamado “terceiro setor”. Nesse sentido, tais instituições acabam por negligenciar as atribuições e papéis privativos do profissional de serviço social pelo fato de não proverem competências relevantes para uma intervenção eficaz e visão para a elaboração e execução de planos, programas e projetos e o planejamento e administração de Serviços Sociais, pois somente o profissional com formação em serviço social está qualificado como profissional de grande relevância ao enfrentamento dos principais dilemas do setor.

Dado o exposto, lembramos que o assistente social para Sarmiento (2000, p. 100 apud RONCONI, 2003, p. 148) será:



Um profissional qualificado na execução e formulação de políticas sociais públicas, com uma postura crítica e, ao mesmo tempo, criativa e propositiva, ou seja, um profissional que possa responder com ações qualificadas que detectem tendências e possibilidades impulsionadoras de novas ações, projetos e funções, rompendo com as atividades rotineiras e burocráticas.

É importante ressaltar que no “terceiro setor” alguns resultados imediatistas acabam por neutralizar os debates de lutas de classe presentes no dia a dia dessas instituições e, conseqüentemente, provendo apenas ações pontuais acerca da realidade na qual a instituição está inserida. Dessa forma, o profissional de serviço social deve ir além da sua função básica e fazer mais, para assim promover uma participação da comunidade, promovendo, desse modo, a cidadania e ampliação da democracia.

Resumidamente, a gestão do “terceiro setor” é ainda restrita ao profissional do serviço social, bem como de outras profissões, como advogados, psicólogos entre outros, pois, na maioria das vezes, os gestores dessas instituições (muitas vezes despreparados) impõem certa resistência por medo de serem questionados.

Então, mesmo que na formação do assistente social sejam abordadas as questões relativas aos eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, no dia a dia da prática institucional, apresentam dificuldades para sua efetivação.

Algumas limitações encontradas para a efetivação do projeto profissional são as imposições relativas ao projeto neoliberal que apresenta efeitos para a intervenção profissional que, como já falamos, agrava o desemprego, as desigualdades sociais e ocorre a diminuição dos direitos sociais, dentre outros. Assim, para superar os efeitos desse projeto capitalista, o assistente social deve se apropriar do significado do projeto ético-político e seus métodos possíveis para materializá-lo em busca de transformações econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Iamamoto (1999) apud Mota (2011, p. 63) afirma que o grande desafio para efetivação do projeto ético-político é torná-lo um guia exequível para o exercício profissional, o que exige dos profissionais um radical esforço de integrar o dever com sua implementação prática, sugerindo que os profissionais disponham, dentre outros atributos, de senso crítico sofisticado e de capacidade propositiva para desenvolver ações direcionadas à democratização social.



Pesquise mais

Assista o vídeo: *Palestra de Maria Lúcia Martinelli CCAS 2016*, a professora fala sobre o projeto ético-político do serviço social e as mediações cotidianas realizadas pelos profissionais: 11:37 à 20:06. Disponível em: <<https://youtu.be/9v7mP9sCGPQ>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Como para toda e qualquer profissão e não menos diferente para o profissional de serviço social, os desafios impostos vêm de encontro com sua capacidade de compreender e explorar a realidade encontrada de forma criativa, crítica e inovadora e dessa forma contribuir para a garantia dos direitos dos cidadãos, sendo que, muitas vezes, tais direitos são obtidos com resistência e luta.

Entende-se que as organizações que compõem o “terceiro setor” podem ser espaços sócio-ocupacionais para o serviço social, o que podemos destacar que é imprescindível que se construa um olhar ampliado para leitura crítica da realidade, pois somente assim será possível dar respostas concretas as reais demandas apresentadas pelas comunidades, população e cidadãos que recorrem a esses espaços. Mesmo diante de um espaço com contradições muito presentes, percebemos a existência de movimentos dos profissionais para a materialização do projeto profissional do serviço social nesses espaços, posto que o assistente social é um profissional comprometido com a democracia, igualdade e defesa dos direitos sociais.



Exemplificando

Um exemplo de contradições encontradas no cotidiano das ONGs é com relação ao trabalho voluntário que muitas vezes trazem um caráter da solidariedade, deixando de lado a universalidade dos direitos e a igualdade. Tais situações podem ser percebidas na área da saúde, no qual diversas vezes o voluntariado é formado por familiares de pessoas com doenças crônicas dentre outras que requerem medicamentos de alto-custo, muitos desses voluntários se mobilizam por sua proximidade com o doente.

Nas instituições ou organizações que compõem o “terceiro setor”, verificamos que o serviço social vive certo antagonismo em seu campo de trabalho, pois esse espaço, no que se refere à responsabilidade social, no sentido da filantropia praticada por empresas, pode estar sendo utilizado para esvaziar direitos sociais, de acordo com as estratégias neoliberais que vimos nesta disciplina, e o assistente social, que vende sua força de trabalho, sendo portanto um trabalhador assalariado, não pode se recusar a ocupar este espaço sócio-ocupacional, percebe essa contradição?

A atuação de instituições do “terceiro setor” é permeada por contradições e, por isso, é preciso que o profissional do serviço social faça uma leitura crítica dos projetos societários postos que, em uma vertente de resistência e luta, seja possível viabilizar formas e estratégias para que as instituições possam garantir direitos à população de seus serviços.

Sem medo de errar

Chegou a hora de você e Carlos, assistente social de nossa situação-problema, apresentarem um relatório crítico sobre as expressões da questão social e o “terceiro setor”, destacando os limites da atuação profissional. Após ter pensado muito, quando estruturou a apresentação para a nova coordenadora técnica, a assistente social Lucia, Carlos se questiona sobre como garantir a aplicabilidade e viabilização do projeto ético-político do assistente social e as organizações do “terceiro setor”? É possível apresentar um projeto que represente uma atuação ética, voltada para a garantia de direitos dos cidadãos? Como realizar esta mediação junto às instituições que fazem parte do terceiro setor e se apresentam como campo de trabalho para o assistente social? Existem várias maneiras de construir o relatório, a depender da metodologia de trabalho escolhida pelo assistente social que estará atuando na instituição, porém lembrar que é importante destacar no seu relatório como é possível a materialidade do projeto profissional no cotidiano de trabalho, sendo assim, é importante abordar os seguintes tópicos:

- É de suma importância compreender as contradições existentes neste espaço sócio-ocupacional do “terceiro setor”, bem como saber que conexão estabelece no trato com as diversas expressões da questão social.

- Que "a abordagem do serviço social como trabalho supõe apreender a chamada 'prática profissional' profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com a endogenia no Serviço Social" (IAMAMOTO, 2010, p. 22-23).

- O profissional do serviço social, cuja atuação é comprometida com a luta por direitos sociais e que faz uma análise crítica do debate contraditório por trás do chamado terceiro setor, não se conformará com tais políticas, sendo postas de forma conservadora, focalista e fragmentada.

- O profissional deve propor, formular e avaliar programa de intervenção social a partir de uma perspectiva que atenda as reais necessidades da população-alvo, visando a garantia dos direitos sociais dos cidadãos.

Elabore um relatório bem completo, insira um cabeçalho e uma justificativa e lembre-se de que o compromisso profissional passa pelo posicionamento em favor da equidade social e justiça social; da não discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, nacionalidade, religião, opção sexual e condição física.

Bons estudos!

Avançando na prática

Refletindo sobre a atuação

Descrição da situação-problema

A assistente social Ana Tereza em uma conversa com sua gestora, a também assistente social Karla Maia, disse o seguinte: "em alguns momentos, é necessário que falemos para as pessoas que utilizam os serviços 'olha você faz desse jeito'. Instruímos muito as pessoas para que tomem consciência de situações que acontecem com elas. Veja só, às vezes, nós temos que ir contra o que está imposto pela própria instituição e, em muitas ocasiões, não consigo fazer meu trabalho, sendo de fato uma agente de transformação social".

Nesse caso, como podemos realizar uma reflexão quanto à atuação do assistente social?

Resolução da situação-problema

No exercício profissional, muitas vezes, o assistente social pode encontrar limitações, de diversas formas, como por exemplo, em relação ao acesso à direitos dos usuários, cabe ao assistente social criar possibilidades a partir da intervenção profissional. Mesmo que essa seja uma intervenção pequena dentro uma situação ampla, ela será essencial, mesmo porque não é de responsabilidade única e exclusiva do profissional de serviço social realizar mudanças estruturais.

Na fala de Ana Tereza, podemos fazer uma reflexão quanto à atuação do assistente social, que deve sim ter um olhar diferenciado e reflexivo em seu campo de atuação, estando à frente da instituição, a fim de garantir os direitos das pessoas que o procuram, não preterindo ninguém, muito menos a instituição, sendo justo e correto, conforme o nosso código de ética, garantindo que ocorram mudanças estruturais significativas, sendo o articulador e mediador entre os vários setores da sociedade que defendam um projeto que vise a transformação social.

Faça valer a pena

1. Leia o texto a seguir e complete as lacunas.

"A abordagem do serviço social como _____ supõe apreender a chamada _____ profundamente condicionada pelas relações entre o _____ e _____, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com a endogenia no Serviço Social".

Fonte: IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Agora assinale a alternativa que apresenta na sequência as palavras que completam corretamente as lacunas do texto citado.

- a) Trabalho; prática profissional; Estado; a Sociedade Civil.
- b) Trabalho; prática cotidiana; Estado; o terceiro setor.
- c) Trabalho; prática profissional; Mercado; a Sociedade Civil.
- d) Trabalho; prática cotidiana; Estado; o terceiro setor.
- e) Trabalho; prática assistencial; Mercado; a Sociedade Civil.

2. Quando nos referimos ao projeto ético-político, é importante destacar que diversas ações na direção da construção deste, acabaram por ampliar os horizontes de percepção do profissional de serviço social. Compreender a aplicabilidade do projeto profissional junto às organizações do “terceiro setor” é essencial para compreender de antemão o projeto ético-político.

A respeito do projeto ético-político, é correto afirmar que:

a) O projeto ético-político corresponde à ruptura com a contemporaneidade e o surgimento de uma identidade profissional nova de um serviço social mais humanista, direcionada a uma apologia não crítica, e emerge, no país, no ocaso da ditadura e torna-se hegemônica no interior da categoria nos anos 1970.

b) O projeto ético-político corresponde à ruptura com a apologia às políticas tradicionalistas e ao aparecimento de uma identidade profissional fundamentada no confronto político mais radical numa direção crítica, com perspectiva de renovação profissional e emerge no país, no ocaso da ditadura, e torna-se hegemônica no interior da categoria nos anos 1970.

c) O projeto ético-político corresponde à ruptura com o tradicionalismo e ao aparecimento de uma identidade profissional de um serviço social radicalmente renovado numa direção crítica, produto da maturação de uma determinada perspectiva de renovação profissional, que, denominada de Intenção de Ruptura, emerge, no país, no ocaso da ditadura, e torna-se hegemônica no interior da categoria nos anos 1990.

d) O projeto ético-político corresponde à ruptura com a apologia às políticas tradicionalistas e ao aparecimento de uma identidade profissional, fundamentada no confronto político moderado, numa direção conservadora, devido ao fato do domínio político ditatorial da época e emerge no país, tornando-se hegemônica no interior da categoria nos anos 1980.

e) O projeto ético-político corresponde à ruptura com a apologia às políticas tradicionalistas e ao aparecimento de uma identidade profissional fundamentada, abstendo do confronto político e crítico, com perspectiva de renovação profissional, e emerge no país, no ocaso ditadura e torna-se hegemônica no interior da categoria nos anos 1990.

3. Quando tratamos da constituição do projeto ético-político do serviço social, existem alguns elementos que oferecem materialidade a esse projeto. A esse respeito, nas afirmações a seguir, indique V para verdadeiro e F para falso sobre os elementos que oferecem materialidade ao projeto ético-político, dentre outros, são:

- () Produção do conhecimento no interior do serviço social.
- () Instâncias político-organizativas da profissão: fóruns deliberativos.
- () A dimensão jurídica da profissão: resoluções, leis, pareceres.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a sequência de verdadeiras e falsas das afirmações do texto base:

- a) V, F, V.
- b) F, F, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, V.
- e) F, F, F.

Referências

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

ANDRADE, Renato. **Serviço social, gestão e terceiro setor**. Coleção serviço social, (edição online). São Paulo: Saraiva, 2015.

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

ARMANI, Domingos. **Sustentabilidade: desafio democrático**. In: FIEGE, Hans Jürgen. **Ongs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

_____. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. Lisboa: Veras, 2002.

BARRETO, Sandra Regina Manes. *Questão social, mídia e programas sociais*. In: SALES, M. A., ; RUIZ, J. L. de S. (Orgs.). **Mídia, questão social e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> acesso em 18 de dez. 2017.

_____. **Lei 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em 06 dez 2017.

BOCCHI, Olsen Henrique. **O terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público** [livro eletrônico]. Série Gestão Pública. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CAMPOS, Arminda Eugenia Marques; ABEGÃO, Luís Henrique; DELAMARO, Maurício César. O planejamento de projetos sociais: dicas, técnicas e metodologias. **Cadernos da Oficina Social**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-57, jan. 2002. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2154.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Avaliação de projetos sociais*. In: ÁVILA, Célia M. de. (coord.). **Gestão de projetos sociais**. (Coleção gestores sociais) 3. ed. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/Gestao_publica/GestaoProjetosSociais-AACS.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília, 2012.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o terceiro setor. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 7, n. 2, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm>. Acesso em: 18 dez.2017.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONG's. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 66-76, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/9126/1/ARTIGO_CotidianoProfissionalAssistente.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2017.

FERNANDES, Pedro Alves. **Relações entre o ideal e o real: a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social**. 2014. 148f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/tese-pedro-alves.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela et al. **Modelos de gestão**. Série Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. [Coleção Gestão e Sustentabilidade]. São Paulo: Global, 2001.

KROTON EDUCACIONAL. **Manual de orientação para produção da aula modelo**. [S.l.], 2015.

MARINO, Eduardo; CANCELLIER, Everton L. P. de. **Ciclo de vida de projetos sociais: um estudo de Vitae - apoio à cultura, educação e promoção social**. [S.l.]: Pronord, 2004. Disponível em: <<https://pcuengenhariacomunitaria.files.wordpress.com/2010/10/ciclos-de-vida-de-projetos-sociais.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MAURICIO, J. M. M. **O exercício profissional dos assistentes sociais no CREAS Norte: uma análise referenciada no Projeto Ético-Político**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

MIOTO, R. C. T. NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA, A. E. et al (Org). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, 2006. p. 273-303.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 1, v. 10, p. 56-68, jan./jul., 2011. Disponível em: <[NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, 1996.](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi0tKDakqrYAhWJPPAKHedED6MQFggzMAI&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Ffpass%2Farticle%2Fdownload%2F8031%2F6439&usq=AOwVaw3BaqWHesk4dwC8dubIFu-L>. Acesso em: 19 abr. 2018.</p></div><div data-bbox=)

NOGUEIRA, Jairo. Plano/Programa e Projetos. [s.d]. Disponível em: <www.jaironogueira.noradar.com/jairo13.htm>. Acesso em 06 dez. 2017.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 373-418.

RODRIGUES, M. P. Projeto ético-político e a política de assistência: a centralidade da luta pela afirmação dos direitos. In: SOUZA, N. R. O. Q. et al (Orgs.). **Política de Assistência Social no Brasil: desafios para o assistente social**. Rio de Janeiro: Public Editora e publicidade, 2007.

RONCONI, Luciana F. de Abreu. **Gestão Social e Economia solidária: desafios para o serviço social**. 2003. 228f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85681/194191.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ISBN 978-85-522-0635-4



9 788552 206354 >